

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉ LAMBLET DIAS

**EFEITOS DO CPC 47 (IFRS 15) NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO: UMA ANÁLISE SOB A
ÓTICA DO GERENCIAMENTO DE RECEITAS E PERSISTÊNCIA DOS LUCROS**

RIO DE JANEIRO

2023

ANDRÉ LAMBLET DIAS

**EFEITOS DO CPC47 (IFRS 15) NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO: UMA ANÁLISE SOB A
ÓTICA DO GERENCIAMENTO DE RECEITAS E PERSISTÊNCIA DOS LUCROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Thiago de Abreu Costa

RIO DE JANEIRO

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

L224e Lamblet Dias, André.
Efeitos do CPC 47 (IFRS 15) na qualidade da informação contábil das empresas brasileiras de capital aberto: uma análise sob a ótica do gerenciamento de receitas e persistência dos lucros / André Lamblet Dias. – 2023.
102 f.; 31 cm.

Orientador: Thiago de Abreu Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2023.
Bibliografia: f. 88 – 102.

1. Receita. 2. Informação contábil. 2. Accruals discricionários. 3. Persistência de lucros. 4. Mercado de capital. I. Costa, Thiago de Abreu, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 657

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

ANDRÉ LAMBLET DIAS

**EFEITOS DO CPC47 (IFRS 15) NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
DAS-EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO: UMA ANÁLISE SOB A
ÓTICA DO GERENCIAMENTO DE RECEITAS E PERSISTÊNCIA DOS LUCROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 10 de julho de 2023

Prof. Dr. Thiago de Abreu Costa - Presidente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

Prof. Dr. Marcelo Álvaro da Silva Macedo – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

Prof. Dr. Emanuel Marcos Lima – Membro Externo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCC/UFMS)

Prof. Dr. Hugo Costa de Macedo – Membro Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha mãe Rosangela, ao meu pai Josias.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, pois ele sempre esteve presente, principalmente nos momentos mais críticos dessa jornada em busca do conhecimento científico.

Agradeço a minha mãe, que sempre esteve presente em oração e apoiando as minhas decisões com palavras de motivação. Também agradeço ao meu pai, que sempre apoiou e nunca deixou de acreditar nos meus sonhos. Agradeço meus irmãos, pois sempre torceram e incentivaram em todos os caminhos. Agradeço a toda família pelo suporte.

Agradeço todos os meus colegas de estudos, pois são pessoas incríveis e admiráveis. Eu tive muita sorte por aprender e compartilhar tanto conhecimento além de lidar com grandes desafios nessa jornada com cada um deles. Eles foram apoio, suporte, ombro amigo e, em diversos momentos terapeutas! Ninguém largou a mão de ninguém, todos juntos!

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Thiago de Abreu Costa, que muito me ajudou a ser um estudante e pesquisador melhor, principalmente, por ter aceitado me apoiar nessa temática de pesquisa com muita paciência e, sem dúvida, liberdade.

Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito.
Não sou o que deveria ser, Graças a Deus, não sou o que era antes (Martin Luther King).

RESUMO

LAMBLET DIAS, André. **Efeitos do CPC 47 (IFRS 15) na qualidade da informação contábil das empresas brasileiras de capital aberto: uma análise sob a ótica do gerenciamento de receitas e persistência dos lucros**. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este estudo teve como objetivo analisar o efeito da adoção do CPC 47 (IFRS 15), de reconhecimento de receitas, na qualidade da informação contábil sob a ótica do gerenciamento de receitas e da persistência dos lucros nas empresas brasileiras de capital aberto. A amostra do estudo possui um total de 560 observações correspondentes a 112 empresas no período de 2016 a 2020. Para mensuração dos níveis de gerenciamento, foram considerados os modelos por *accruals* específicos discricionários de receitas propostos por Caylor (2010) e Stubben (2010) e, adicionalmente, utilizou-se o modelo por *accruals* agregados discricionários proposto por Dechow *et al.* (2012). Para análise da persistência dos lucros foi escolhido o modelo definido por Dechow, Ge e Schrand (2010). Como método de análise, utilizou-se os modelos de regressão com dados em painel com testes a um nível de significância de 5%. Conforme os resultados obtidos, não foi possível confirmar se a adoção do CPC 47 (IFRS 15) afetou a qualidade da informação contábil assim como se os efeitos em setores específicos apontados pela literatura como mais impactados foram maiores que os demais setores no mercado brasileiro de capitais. Quanto a persistência dos lucros, os testes estatísticos não evidenciaram efeitos significativos após adoção do novo padrão de reconhecimento de receitas. Em todos os testes, verificou-se que o período da pandemia do coronavírus apresentou uma relação positiva e significativa com a persistência dos lucros. Portanto, essa pesquisa contribui para o aprofundamento das discussões sobre os efeitos na aplicação dos normativos contábeis e auxilia nas análises dos órgãos reguladores, preparadores, auditores e informações financeiras sobre os efeitos do novo padrão contábil.

Palavras-chave: CPC 47; Reconhecimento de Receitas; Qualidade da Informação Contábil; Gerenciamento de Receitas; Persistência dos Lucros.

ABSTRACT

LAMBLET DIAS, André. **Efeitos do CPC 47 (IFRS 15) na qualidade da informação contábil das empresas brasileiras de capital aberto: uma análise sob a ótica do gerenciamento de receitas e persistência dos lucros.** Rio de Janeiro, 2023. Master's Dissertation (Master's Degree in Accounting Sciences). Faculty of Administration and Accounting Sciences, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This study aimed to analyze the effect of the adoption of CPC 47 (IFRS 15), of revenue recognition, on the quality of accounting information from the perspective of revenue management and earnings persistence in Brazilian publicly traded companies. The study sample has a total of 560 observations corresponding to 112 companies in the period from 2016 to 2020. To measure the management levels, the models by specific discretionary accruals of revenues proposed by Caylor (2010) and Stubben (2010) were considered and, additionally, the model by aggregate discretionary accruals proposed by Dechow *et al.* (2012) was used. For the analysis of earnings persistence, the model defined by Dechow, Ge, and Schrand (2010) was chosen. As a method of analysis, regression models with panel data were used with tests at a significance level of 5%. According to the results obtained, it was not possible to confirm if the adoption of CPC 47 (IFRS 15) affected the quality of accounting information as well as if the effects in specific sectors pointed out by the literature as more impacted were greater than the other sectors in the Brazilian capital market. As for the persistence of earnings, the statistical tests did not show significant effects after the adoption of the new revenue recognition standard. In all tests, it was found that the period of the coronavirus pandemic showed a positive and significant relationship with the persistence of earnings. Therefore, this research contributes to the further discussion about the effects on the application of accounting standards and assists in the analyses of regulatory bodies, preparers, auditors, and financial information on the effects of the new accounting standard.

Keywords: CPC 47; Revenue Recognition; Quality of Accounting Information; Revenue Management; Persistence of Earnings.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais impactos do novo padrão de reconhecimento de receitas.....	25
Quadro 2 – Principais diferenças em relação ao padrão contábil anterior	25
Quadro 3 – Modelo de cinco passos de reconhecimento da receitas	26
Quadro 4 – Tipos de incentivos ao gerenciamento de resultados	31
Quadro 5 – Amostra da pesquisa.....	57
Quadro 6 – Amostra final por setor	57
Quadro 7 – Síntese dos modelos e variáveis de Caylor (2010)	61
Quadro 8 – Síntese dos modelos e variáveis de Stubben (2010).....	62
Quadro 9 – Síntese dos modelos e variáveis de Dechow <i>et al.</i> (2012)	63
Quadro 10 – Síntese dos modelos e variáveis de Dechow; Ge e Schrand (2010).....	64
Quadro 11 – Variáveis de controle e interesse dos modelos finais de gerenciamento	68
Quadro 12 – Síntese dos modelos de pesquisa de gerenciamento.....	70
Quadro 13 – Variáveis de controle e interesse dos modelos finais de persistência.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alcance do padrão contábil de reconhecimento de receitas.....	26
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis de gerenciamento de receitas (H1 e H2).....	74
Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis de persistência do lucros (H3 e H4).....	75
Tabela 3 – Resultados da regressão dos modelos teóricos de gerenciamento.....	76
Tabela 4 – Resultados da regressão dos modelos da pesquisa (H1).....	77
Tabela 5 – Resultados da regressão dos modelos da pesquisa (H2).....	78
Tabela 6 – Resultados da regressão dos modelos de persistência e da pesquisa (H3)	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

BRGAAP – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFP – Demonstração Financeira Padronizada

EBIT– *Earnings Before Interest and Taxes*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FIV – Fator de Inflação da Variância

FCO – Fluxo de Caixa Operacional

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Accounting Standards Board*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	21
1.2.1 Objetivo geral	21
1.2.2 Objetivos específicos	21
1.3 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA	21
1.4 CONTRIBUIÇÃO	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTES DE ACORDO COM CPC 47	24
2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E IFRS	27
2.2.1 Gerenciamento de Resultados	30
2.2.2 Gerenciamento de Receitas por <i>Accruals</i> Específicos	36
2.2.3 Persistência dos Lucros	43
2.3 ESTUDOS ANTERIORES	47
2.4 DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES DA PESQUISA	53
3 MÉTODO DE PESQUISA	55
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	55
3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA, COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	55
3.3 MODELO E VARIÁVEIS	59
3.3.1 Modelo e Variáveis de Gerenciamento	60
3.3.2 Modelo e Variáveis de Persistência dos Lucros	63
3.4 MODELOS DA PESQUISA	64
3.4.1 Variáveis e Modelos Finais de Gerenciamento	64
3.4.2 Variáveis e Modelos Finais de Persistência dos Lucros	70
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	74
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	74
4.2 RESULTADOS DOS MODELOS DE GERENCIAMENTO	75
4.3 RESULTADOS DOS MODELOS DE PERSISTÊNCIA DOS LUCROS	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A adoção dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS) é uma significativa alteração normativa e regulatória nos relatórios financeiros nas últimas décadas. Em 2005, foram emitidos os IFRS, que é o nome dado ao conjunto de padrões internacionais de contabilidade, editadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que é o Comitê Internacional de Padrões Contábeis. As companhias brasileiras de capital aberto divulgam suas demonstrações financeiras conforme o padrão IFRS, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A obrigatoriedade da adoção das IFRS teve início no Brasil em 2010, após um período de transição iniciado em 2008. Rodrigues e Niyama (2018) afirmam que o esforço para a convergência contábil ainda tem sido um desafio em diversos países, principalmente, para divulgar informações contábeis comparáveis. O IASB e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), emitem as normas IFRS com objetivo de melhorar a qualidade dos relatórios financeiros e, dessa forma, aumentar a comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras (COELHO; NIYAMA; RODRIGUES, 2011; DOUKAKIS, 2014; LOURENÇO; BRANCO, 2015).

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*The Conceptual Framework for Financial Reporting*) elaborada pelo IASB e representada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 R2 reforça esse entendimento ao estabelecer que o objetivo dos relatórios financeiros é oferecer informações úteis para os usuários da contabilidade, auxiliando na tomada de decisão sobre a alocação de recursos (IASB, 2018; CPC 00 – R2, 2019). Além disso, o CPC 00 R2 (2019) enfatiza que a utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Dechow, GE e Scrand (2010) esclarecem que não há um termo específico que defina qualidade da informação contábil, no entanto, há presença de qualidade quando existe uma divulgação maior sobre o desempenho financeiro de uma empresa e que essa informação seja relevante para a tomada de decisão. Além disso, deve-se ressaltar que não existe uma única métrica para medir a qualidade da informação contábil, mas sim, diversos modelos que capturam diferentes propriedades ou atributos como persistência, conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade dos *accruals*, transparência, nível de *disclosure*, entre

outros (PAULO, 2007; ALMEIDA, 2010; DECHOW; GE; SCRAND, 2010; MOURA; ZILIOOTTO; MAZZIONI, 2016).

Barth, Landsman e Lang (2008) argumentam que a qualidade da informação pode ser afetada pelas ações oportunísticas dos gestores. Essa qualidade pode ser influenciada pela motivação em não divulgar a real situação econômico-financeira das empresas em função de estar associada a interesses próprios ou da empresa, como por exemplo, o aumento de lucros e na escolha de aplicação dos padrões contábeis e estimativas de formas não adequadas (PAULO, 2007; GRECCO, 2013; JOIA; NAKAO, 2014).

Os padrões contábeis possibilitam novas escolhas em relação ao tratamento contábil das operações e que podem gerar novos efeitos nos níveis de gerenciamento de resultados (JOIA; NAKAO, 2014). Segundo Silva, Martins e Lemes (2016), as novas normas contábeis oferecem maior flexibilidade nas escolhas e que tal fato ocorre porque o ambiente de divulgação é dinâmico e segue a movimentação dos mercados, sistemas legais, tributários e regulatórios de cada país.

Essa flexibilidade possibilita que os gestores busquem outros objetivos com os relatórios financeiros que não sejam a representação fidedigna das informações. Nota-se, portanto, que os gestores podem utilizar dessa flexibilidade e das brechas associadas aos princípios e aplicação dos padrões contábeis para atingir metas e lucros com práticas “criativas” (COELHO; NIYAMA; RODRIGUES, 2011). Por outro lado, Doukakis (2014) ressalta que a adoção do IFRS poderia limitar a discricionariedade oportunista dos gestores já que estabelece normas mais padronizadas.

Portanto, pode-se verificar que a discussão sobre os efeitos de um padrão contábil na qualidade da informação ainda é uma questão empírica e aberta para investigação em diversos países e perspectivas na literatura acadêmica. Por exemplo, Eiler, Miranda-Lopez e Tama-Sweet (2022) identificaram que a adoção do IFRS é um fator limitante de práticas de gerenciamento via suavização de resultados no México. Na Índia, Klish, Shubita e Wu (2022) concluíram que as empresas tiveram resultados positivos com adoção dos IFRS com redução nas práticas de gerenciamento de resultados e aumento na qualidade dos relatórios financeiros.

Em sentido contrário, Bansal e Garg (2021) constataram que a qualidade da informação foi prejudicada a partir do aumento da prática de suavização dos lucros após adoção do IFRS na Índia evidenciando as consequências da adoção do padrão contábil. Nesta mesma temática, Karapinar e Zaif (2022) confirmaram que empresas turcas usam as provisões discricionárias para diminuir o lucro após adoção do IFRS. Portanto, observa-se que ainda não

há evidências conclusivas sobre os efeitos dos IFRS na qualidade da informação conforme já havia sido destacado por Fuad, Juliarto e Harto (2019).

Logo, verifica-se que os estudos sobre os efeitos dos IFRS ainda não obtiveram um consenso com relação aos registros sobre seus efeitos após adoção de um novo padrão, mas foram unânimes em relação aos efeitos positivos no mercado de capitais (AHMED; CHALMERS; KHLIF, 2013; BRUGGEMANN; HITZ; SELLHORN, 2013; BRAGA, 2016; DAMASCENA; DUARTE; PAULO, 2017).

Nesse sentido, sugere-se que essa falta de consenso sobre os efeitos dos padrões contábeis pode ter relação com uma mudança de paradigma, pois as escolhas contábeis não são mais realizadas por meio de regras definidas, mas sim por um conjunto de princípios complexos e que geram maior grau de julgamento (LOURENÇO; BRANCO, 2015). Logo, o efeito de um padrão contábil como as normas IFRS, por ser baseado em princípios, tende a aumentar a discricionariedade dos elaboradores dos relatórios contábeis além de gerar mais de uma opção igualmente válida para contabilização de um mesmo evento econômico (SILVA; MARTINS; LEMES, 2016).

Barth (2014) destaca alguns motivos que podem levar a tal flexibilidade nos julgamentos ao argumentar que o padrão IFRS precisa de melhores especificações na estrutura conceitual, nos objetivos, na mensuração contábil e, principalmente, no direcionamento conceitual das escolhas alternativas. Almeida (2010) afirma que companhias que atuam no mercado de capitais podem ter incentivos para gerenciar seus resultados aproveitando dessa subjetividade na aplicação dos padrões contábeis e, dessa forma, influenciar a qualidade da informação.

Os critérios e a forma de aplicação dos padrões contábeis adotados pelas empresas podem influenciar a qualidade dos relatórios financeiros utilizando-se dessa discricionariedade em suas escolhas, ou seja, sob viés de práticas de gerenciamento de resultados (FIELDS; LYS; VICENT, 2001). Os gestores podem usar dessa discricionariedade para gerenciar ou manipular os resultados e, dessa forma, afetar a qualidade da informação (COELHO; NIYAMA; RODRIGUES, 2011; MARTINEZ, 2001; PAULO, 2007). Christensen, Huffman, Lewis-Western e Scott (2022) abordam a manipulação como um tipo de gerenciamento de resultados realizado com intuito de enganar e, portanto, não gerar informações fidedignas.

A partir dessa abordagem sobre ações oportunistas dos gestores, Healy e Wahlen (1999) definem os gerenciamentos de resultados como consequências de medidas arbitrárias ao manipularem as informações contábeis divulgadas acerca do desempenho das empresas.

Quando os gestores realizam alterações nas informações divulgadas pela contabilidade diante de algum poder discricionário, estes passam a modificar a percepção dos usuários sobre a real situação econômico-financeira da entidade em questão (HEALY; WAHLEN, 1999).

McNichols e Wilson (1988) discutem que na literatura há análises divergentes sobre as métricas de gerenciamento de resultados, atribuindo, tal fato, ao uso intensivo dos modelos de estimação dos *accruals* agregados para caracterizar a discricionariedade do gestor. Diante disso, McNichols (2002) apresenta como alternativa às estimativas de *accruals* agregados as modelagens de *accruals* específicos. Tais modelagens permitem ao pesquisador avaliar fatores que influenciam o comportamento dos *accruals* específicos.

Dentre as modelagens para análise por meio de abordagens por *accruals* específicos, destaca-se a métrica de gerenciamento por receitas discricionárias, classificada como gerenciamento de receitas. Caylor (2010) esclarece que o gerenciamento de receitas tem relação com a discricionariedade do gestor sobre o momento de reconhecer a receita e que isso pode gerar efeitos anormais das contas a receber e das receitas diferidas.

A receita é uma das medidas mais relevantes para mensurar o desempenho financeiro das empresas e, a partir dela, é possível obter informação do lucro como resultado das atividades do negócio em um determinado período (WAGENHOFER, 2014). Portanto, além da importância de analisar o efeito de um padrão contábil na qualidade da informação sob a ótica dos *accruals* específicos de gerenciamento de receitas, deve-se mensurar esses efeitos na qualidade dos lucros.

O lucro e sua persistência são maneiras de se verificar a qualidade das informações contábeis (KAJIMOTO; NAKAO, 2018). Dichev, Graham, Harvey e Rajpal (2013) definem, por exemplo, que os lucros são as informações contábeis mais importantes para os usuários, sendo o conceito de qualidade dos lucros fundamental para os campos da contabilidade e finanças.

Dechow, Ge e Schrand (2010) argumentam que existe relação entre o gerenciamento e qualidade dos lucros, pois ele está associado à perda no fluxo de caixa futuro, e, por conseguinte, queda na qualidade dos lucros. Logo, entende-se que quanto maior o gerenciamento de resultados menor será a qualidade do lucro.

A partir dessa discussão sobre os efeitos dos padrões contábeis na qualidade da informação contábil, em 2014 o IASB emitiu, em conjunto com o FASB, uma nova norma contábil de receita de contrato com clientes, a IFRS 15. Esse novo padrão contábil substituiu os normativos anteriores, o IAS 18 – Receitas, que é padrão contábil de receitas aplicado para

todos os setores, exceto construção civil e IAS 17 – Contratos de Construção, específico para aplicação em empresas pertencentes ao setor de construção civil.

No Brasil, a aprovação do CPC 47, correlacionado ao IFRS 15, se deu em 22 de dezembro de 2016, sendo obrigatória a sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018 de acordo com a determinação do IASB. O objetivo deste normativo é a harmonização de procedimentos para registrar os compromissos das empresas em transferir bens ou serviços a clientes por um valor que reflita o que as entidades esperam ter direito em contrapartida desses bens e serviços (IASB, 2014).

A adoção do novo normativo configura uma etapa importante em direção à convergência global na forma de reconhecimento das receitas (MOTA; CAMPOS; NIYAMA; PAULO, 2012). Segundo Church (2016) a adoção do padrão contábil de reconhecimento de receitas deve ser considerado relevante, pois aumenta a comparabilidade da receita nas demonstrações financeiras e, ainda, elimina deficiências identificadas nos padrões anteriores, visto que é mais completo para o tratamento contábil de reconhecimento, mensuração e divulgação da receita.

De acordo com o novo padrão contábil CPC 47, a receita deve ser reconhecida em momento específico ou ao longo do prazo contratual. Conforme esclarecido por Rutledge, Karin e Kim (2016), os possíveis impactos provocados pelas alterações trazidas pela implementação do novo normativo estão relacionados ao momento de reconhecer a receita, já que podem afetar diretamente o valor preditivo da receita e dos lucros (RUTLEDGE; KARIN; KIM, 2016).

Além disso, ressalte-se que o novo padrão pode gerar impactos contábeis em diferentes setores econômicos, haja vista que o normativo determina que a receita deve ser reconhecida ao longo do tempo ou data específica e de forma segregada a partir da entrega das obrigações de performance definidas em contrato, ou seja, pelo preço de venda de cada produto ou serviço. Sendo assim, as empresas com contratos de longo prazo ou vendas de pacotes e serviços juntos devem ser mais impactadas (HUEFNER, 2016).

Portanto, espera-se que os setores mais impactados sejam os de telecomunicações; tecnologia da informação, engenharias e construção; automobilístico e imóveis (IASB, 2014). Há estudos que já evidenciaram esses impactos em setores específicos como de construção civil (CAMPOS, 2017; FAGUNDES, 2017) e de telecomunicações (CORREA; MARTINS, 2018; DIAS; MARTINS; PEREIRA; CONSTANTINO; FONTES, 2019; SILVA; PIERRI JUNIOR, 2021).

Por outro lado, há também estudos sobre a aplicação do novo normativo em setores que a literatura não apontou efeitos significativos após adoção, como por exemplo, o setor elétrico (MELO; NUNES; SALES, 2020); de transporte (SILVA, 2018), de saúde (AQUINO; IUDÍCIBUS; SANTOS; SAPORITO, 2020), de óleo e gás (PEREIRA, 2017). Essas pesquisas revelam que as empresas atenderam aos procedimentos normativos para reconhecimento da receita, porém não divulgaram de forma transparente os impactos de aplicação do CPC 47.

Os efeitos do novo normativo de reconhecimento de receitas na qualidade da informação também foram avaliados por meio de abordagens quantitativas e modelos empíricos de *value relevance* (TRABELSI, 2018; BRAGA, NASCIMENTO; SANTOS, 2022); Gerenciamento de resultados (TUTINO; REGOLIOSI; MATTEI; PAOLONI; POMPILI, 2019; SOUZA; GONÇALVES; SILVA, 2022; DIAS; ANJOS; COSTA; MARQUES, 2023); Gerenciamento de receitas (BRAGA, 2020, MORAWSKA, 2021). Há outros estudos com abordagens qualitativas por meio de análise de conteúdo, entrevistas e questionários (HAMEED; AI-TAIE; AI-MASHHADANI, 2019; MATTEI; PAOLONI, 2019; ERGUDEN, 2020; NAPIER; STADLER, 2020; VEYSEY, 2020; COETSEE; MOHAMMADALI-HAJI; A.; VAN WYK, 2022; ÖZTÜRK, 2022).

Além de estudos que utilizaram métricas de qualidade da informação para verificar os efeitos do normativo, outras pesquisas analisaram o novo padrão em outras perspectivas a partir da percepção dos preparadores, auditores e usuários sobre os impactos do padrão IFRS 15 (KHAMIS, 2016; DAVERN; GYLES; POTTER; YANG, 2019; KOHLET; POCHET; MANH, 2021) sob a ótica do impacto na previsão dos analistas financeiros (PAIN; VICTOR; BIANCHI, 2021) além da verificação do grau de conformidade de divulgação (BOUJELBEN; KOBBI-FAKHFAKH, 2020; OLIVEIRA; SANTIAGO; SANTOS; ALMEIDA, 2020; OLIVEIRA, CRABBI, RODRIGUES, 2020).

Observa-se que o atual quantitativo de estudos sobre o tema demonstra a importância da discussão sobre os potenciais efeitos do padrão contábil de reconhecimento de receitas e como eles podem auxiliar aos usuários da informação contábil em suas análises após sua implementação. Nesse intenso debate, Dalkilic (2014) argumenta que o padrão IFRS 15 tem uma abordagem mais flexível para determinar quando reconhecer a receita e, portanto, reforça que trata-se de uma mudança de mentalidade em vez de apenas uma alteração contábil.

Rutledge, Karin e Kim (2016) afirmam que o novo padrão de reconhecimento de receitas pode afetar a qualidade dos lucros, pois os gestores podem gerenciar mais os lucros justamente em função dessa maior flexibilização e julgamento nas escolhas contábeis, já que

podem ser utilizadas pelos gestores em benefício próprio e, ao mesmo tempo, alinhadas ao interesse da empresa como oportunidade de lucros (JOIA; NAKAO, 2014).

Veysey (2020) explicou que o novo padrão tem um modelo próprio (chamado modelo de cinco etapas), e que ele é muito lógico e bem estruturado, mas envolve um número significativo de julgamentos indo ao encontro das afirmações de Rutledge, Karin e Kim (2016). Esses julgamentos, encorajam o que alguns profissionais podem chamar de procedimento de mais agressivo, ou seja, flexível em termos de exigir o reconhecimento antecipado da receita antes de poder cobrá-la (VEYSEY, 2020).

De acordo com o estudo da KPMG (2014), a norma introduziu novas estimativas e limites, o que pode afetar o valor e/ou o momento de reconhecimento de receita. Os julgamentos e as estimativas devem ser atualizados, o que pode conduzir eventualmente a mais ajustes nas demonstrações financeiras para mudanças de estimativas em períodos subsequentes (COVA, 2015).

Logo, pressupõe-se que o padrão CPC 47 (IFRS 15) pode gerar efeitos nas informações contábeis divulgadas pelas empresas, pois o novo modelo de reconhecimento de receitas é mais dependente do profissional e exige mais julgamentos dos gestores e preparadores das demonstrações financeiras (DALKILIC, 2014). Assim, há relevância na análise dos fatores positivos e dos negativos gerados pelas mudanças trazidas pela adoção do novo padrão contábil (RUTLEDGE; KARIN; KIM, 2016).

A alteração do reconhecimento da receita a partir da vigência do padrão IFRS 15, suscita debates pelas entidades sobre efeitos nas demonstrações contábeis, principalmente no resultado. Essa discussão está relacionada pelo fato de a receita ser um dos itens mais relevantes e de maior valor nas demonstrações contábeis das entidades (SRIVASTAVA, 2013).

Há pesquisas que apresentam possíveis impactos na aplicação do padrão, por outro lado, ainda existem controvérsias sobre os reais efeitos de sua adoção pelas empresas. Rutledge, Karin e Kim (2016) esclarecem que o padrão flexibiliza o tempo de reconhecimento de receita e que tal discricionariedade pode afetar a qualidade da informação contábil. Por outro lado, de acordo com Veysey (2020) o IFRS 15 é complexo, mas parece não ter causado grandes efeitos práticos nos números quanto se esperava.

Diante disso, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o efeito do padrão contábil de reconhecimento de receitas definido pelo CPC 47 (IFRS 15) na qualidade da informação contábil sob a ótica do gerenciamento de receitas e persistência dos lucros nas empresas brasileiras de capital aberto?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o efeito da adoção do CPC 47 (IFRS 15) de reconhecimento de receitas na qualidade da informação contábil sob a ótica do gerenciamento de receitas e persistência dos lucros nas empresas brasileiras de capital aberto.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) analisar os efeitos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) no gerenciamento de receitas;
- b) analisar os efeitos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) no gerenciamento de receitas nos setores mais impactados (telecomunicações, tecnologia da informação, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico) em comparação com os demais setores da B3;
- c) analisar os efeitos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) na persistência dos lucros;
- d) analisar a relação do gerenciamento de receitas com a persistência dos lucros após adoção do CPC 47 (IFRS 15).

1.3 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa buscou analisar a problemática atual em relação aos possíveis efeitos da adoção do padrão contábil CPC 47 na qualidade da informação contábil, pois, conforme exposição da literatura, argumenta-se que o normativo tende a impactar o processo de reconhecimento de receita das empresas e, por conseguinte, refletir impactos nas demonstrações contábeis. Nesse sentido, o estudo é relevante para mensurar se o padrão CPC 47 afetou, na prática, a qualidade da informação a partir da análise do gerenciamento de receitas e da persistência dos lucros.

Portanto, faz-se necessário verificar os efeitos após adoção desse padrão contábil, uma vez que, um dos objetivos de adotar o IFRS no Brasil, em princípio, seria aumentar a qualidade das informações contábeis. Além disso, conforme a literatura, o padrão pode impactar mais fortemente alguns setores específicos, e, por isso, esse estudo também avaliou se esse efeito, de fato, ocorreu com mais intensidade nesses setores, ao comparar com os demais setores da B3.

Ressalte-se que a presente pesquisa diferencia-se dos estudos já existentes na literatura acadêmica sobre efeitos do CPC 47, pois a análise foi realizada sob a ótica de mais de uma métrica de qualidade. As pesquisas já publicadas evidenciam o efeito do novo padrão de reconhecimento de receita pela análise de *value relevance* nas empresas de capital aberto (DANI *et al.*, 2017; BRAGA; NASCIMENTO; SANTOS, 2022), pela análise do gerenciamento de receitas em setores específicos (BRAGA, 2020) e na verificação dos efeitos na qualidade dos *accruals* e no gerenciamento de resultados (SOUZA; GONÇALVES; SILVA, 2022; DIAS; ANJOS; COSTA; MARQUES, 2023).

No âmbito internacional, Trabelsi (2018) analisou o *value relevance* a partir da adoção antecipada do IFRS 15, enquanto Morawska (2021) analisou os efeitos do IFRS 15 nas empresas da Polônia utilizando o modelo de gerenciamento de receitas de Caylor (2010) e Tutino *et al.* (2019) verificaram o efeito da adoção do IFRS 15 por meio da análise do nível de gerenciamento de resultados por modelo de *accruals* agregados.

Outras pesquisas sinalizaram que o padrão contábil poderia provocar mudanças negativas, pois tende a oferecer ações oportunísticas ou discricionárias no reconhecimento da receita para melhorar os resultados das empresas (CAYLOR, 2010; GALLISTEL; GEOFFERY; BARTLETT; DODD, 2012; DALIKILIC, 2014; RUTLEDGE; KARIN; KIM, 2016). E por outro lado, evidenciando impactos pouco significativos na qualidade dos lucros (HAMEED; AL-TAIE; AL-MASHHADANI, 2019; NAPIER; STADLER, 2020; VEYSEY, 2020).

Entende-se que, com a adoção do novo padrão para reconhecimento de receitas, as empresas podem exercer maior julgamento e, por isso, a qualidade dos lucros pode ser prejudicada pela possível prática de gerenciamento de resultados. Diante disso, conforme relevância e discussão empírica apresentada, o novo padrão pode mudar o tempo de rotação de reconhecimento de receitas e, portanto, pode provocar efeitos diretos na persistência dos lucros (RUTLEDGE; KARIN; KIM, 2016).

1.4 CONTRIBUIÇÃO

O estudo amplia as discussões na academia ao aprofundar o tema sobre o CPC 47 (IFRS 15) e seus efeitos na qualidade da informação contábil, além de fornecer dados importantes para análise dos órgãos reguladores, preparadores, auditores e usuários das informações financeiras com objetivo de avaliar existência de práticas discricionárias de gerenciamento de receitas e

seus efeitos no lucro a partir da adoção desse padrão tão relevante e obrigatório para todas as empresas no mercado brasileiro de capitais.

Essa pesquisa também contribui de forma prática, pois ao evidenciar os efeitos após adoção, pode auxiliar e até mesmo justificar aos analistas financeiros as possíveis distorções existentes em suas previsões de resultados das empresas. Além disso, esse estudo permitiu analisar se determinados setores específicos foram mais impactados que os demais após implementação do padrão contábil.

Há poucos estudos relatados na literatura sobre análise dos efeitos do IFRS utilizando mais de uma *proxy* para mensurar a qualidade da informação contábil e, nesse sentido, este estudo busca contribuir para o avanço dessas discussões no meio acadêmico, pois pretende confirmar hipóteses originadas a partir de discussões sobre os efeitos do padrão CPC 47 (IFRS 15) na qualidade da informação contábil com uso de modelos econométricos de gerenciamento com *accruals* específicos de receitas discricionárias e *accruals* agregados e persistência dos lucros.

É importante destacar que estudos sobre os efeitos da aplicação deste padrão com relação à qualidade da informação ainda são pouco explorados, haja vista que o novo padrão entrou em vigor em 2018 e, portanto, as primeiras divulgações ocorreram em 2019.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo pretende evidenciar a estrutura teórica que sustenta os objetivos para realização desta pesquisa. Inicialmente o capítulo 2.1 aborda os conceitos e definições sobre CPC 47 (IFRS 15), ou seja, o padrão de reconhecimento de receitas. Em seguida, o capítulo 2.2 traz uma revisão de literatura sobre os conceitos de qualidade da informação contábil e sua relação com IFRS. Nos subcapítulos 2.2.1 a 2.2.3, aprofunda-se o estudo sobre o gerenciamento de resultados, gerenciamento de receitas e a persistência dos lucros. Por fim, nos capítulos 2.3 e 2.4 um levantamento de estudos sobre o tema e uma breve discussão teórica que motivou o desenvolvimento de hipóteses desta pesquisa.

2.1 RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTES DE ACORDO COM CPC 47

A partir de maio de 2014, foi publicada pelo IASB, a norma IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes em conjunto com o *Topic* 606 do FASB com adoção a partir de 1º de janeiro de 2018. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 47 – Receita de contrato de clientes correlacionada à IFRS 15 em 2016, e ele substituiu as normas até então vigentes: CPC 30 - Receita, CPC 17 - Contratos de Construção, ICPC 02 – Contratos de Construção do Setor Imobiliário e ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes.

A importância do padrão contábil de reconhecimento de receitas é corroborada com a afirmação de Mota *et al.* (2012) no qual esclarecem que a receita é um dos principais indicadores para determinar políticas, estratégias e por ter ligação direta com a formação do lucro, além de ser um importante indicador para análises financeiras realizadas pelas empresas.

No mesmo sentido, Dalkilic (2014) ratifica esse entendimento ao esclarecer que a receita é crucial para os usuários das demonstrações financeiras, pois permite avaliar o desempenho. Portanto, a receita é uma métrica de grande importância para os usuários e analistas já que auxilia na avaliação de perspectivas futuras das empresas (COVA, 2015).

Conforme evidenciado no quadro 1, a KPMG (2014), aponta possíveis impactos no desempenho econômico das empresas, no seu valor de mercado e no custo de capital próprio e/ou de terceiros decorrentes da adoção do IFRS 15. Além disso, como consequência, o padrão contábil também pode refletir impactos na distribuição dos lucros (CAMPOS, 2017).

Quadro 1: Principais impactos do novo padrão de reconhecimento de receitas

1 - A receita pode ser reconhecida em um determinado momento ou ao longo do tempo.
2 - Possível aceleração ou diferimento do reconhecimento da receita.
3 - Revisões para o planejamento tributário, cumprimento de cláusulas de “covenants” e incentivos de vendas.
4 - Sistemas de TI podem precisar ser atualizados.
5 - Novas estimativas e julgamentos serão exigidos.
6 - Os processos contábeis e controles internos precisarão ser revisados.
7 - Novas divulgações extensivas serão exigidas

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de KPMG (2014).

Cova (2015) esclarece que o novo padrão está estruturado em uma única fonte de princípios para todas as entidades em todos os setores da economia e, dessa forma, constitui-se uma mudança significativa em relação às normas contábeis em vigor até 2017. Seguindo o mesmo direcionamento, Aquino *et al.* (2019), esclarecem que as discussões e orientações sobre o registro contábil de receita de clientes apresentam muitos desafios para os reguladores, pois as empresas são diferentes e estão alocadas em diversos segmentos, o que dificulta a estruturação e aplicação de regra única para o tratamento de todas as especificidades dos negócios.

No entanto, apesar dos grandes desafios na implementação deste padrão contábil, ele traz muitos efeitos qualitativos como melhor padronização, transparência e comparabilidade das práticas entre entidades (AQUINO *et al.*, 2019). Sendo assim, espera-se que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15), aprimore a comparabilidade de receitas de contratos com clientes além de gerar informações mais úteis a partir dos novos critérios de divulgação (IASB, 2014). O novo normativo tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação (PWC, 2017).

A KPMG (2016) destaca que o padrão contábil fornece orientação relacionada ao novo tratamento e alterações nos diversos tópicos, incluindo garantias e licenças. Adicionalmente, traz orientação sobre quando capitalizar custos de obtenção e cumprimento de um contrato, a menos que tais custos já estejam no alcance de outra norma contábil (KPMG, 2016).

Nesse sentido, a partir do quadro 2, pode-se verificar as principais alterações em relação ao padrão contábil anterior, substituído pelo atual CPC 47.

Quadro 2: Principais diferenças em relação ao padrão contábil anterior

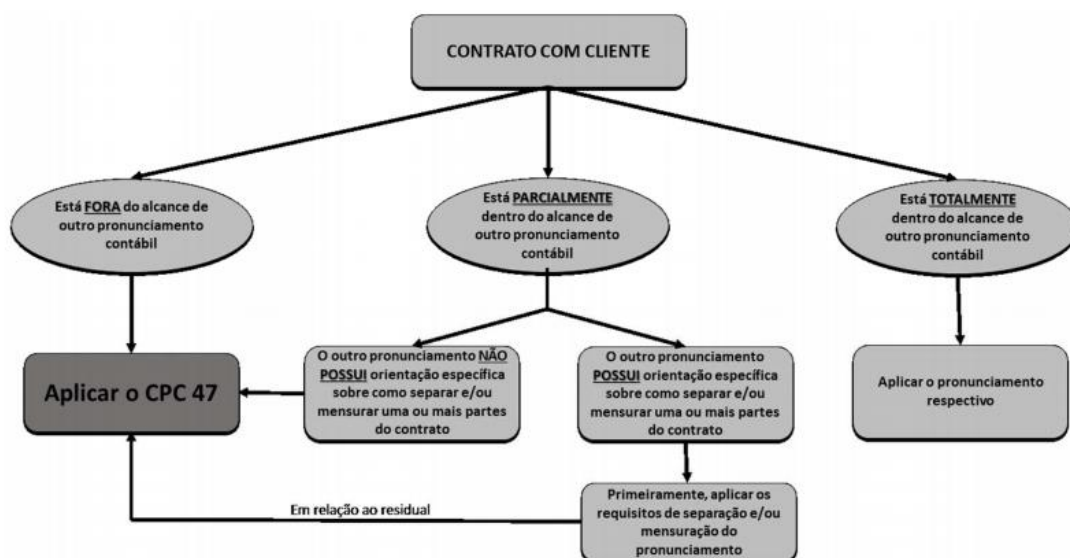
1 - Todas as orientações contidas em uma única norma ou padrão contábil.
2 - Modelo com base no controle (o conceito de “riscos” e “benefícios” para transferência foi mantido).
3 - Contraprestação medida como o valor que a empresa espera ter o direito de receber, em vez do valor justo.
4 - Novas orientações para separação de bens e serviços em contrato.
5 - Novas orientações para o reconhecimento de receita com o passar do tempo.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de KPMG (2014).

O padrão contábil de reconhecimento de receitas determina o modelo em etapas para identificar, mensurar e reconhecer as receitas de contrato com cliente. Esse modelo determina que a receita só deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que ela espera ter direito a receber após todas as etapas forem cumpridas.

Na primeira etapa do modelo, o desafio está na avaliação do contrato, pois ele precisa atender todos os critérios da aplicação do padrão, conforme evidenciado no diagrama sobre alcance do padrão contábil CPC 47 na figura 1. Essa avaliação deve ser realizada em cada situação que envolva contrato com clientes (AQUINO *et al.*, 2019).

Figura 1: Alcance do Padrão Contábil de Reconhecimento de Receitas



Fonte: Aquino *et al.* (2019).

O IFRS 15 (2014) determina que o tratamento contábil de identificação, reconhecimento, mensuração de receitas de contrato com cliente é estruturado em cinco etapas conforme descrito no quadro 3.

Quadro 3: Modelo de cinco passos para reconhecimento da receita

ETAPAS		DESCRIÇÃO
1ª ETAPA	Identificação do contrato	Um contrato é um acordo entre partes que cria direitos e obrigações exigíveis. Tal acordo pode ser escrito, oral ou implícito. Uma empresa deve aplicar o novo padrão contábil a cada contrato com um cliente que tenha substância comercial e atenda a outros critérios especificados na norma.

2ª ETAPA	Identificação de obrigações de performance	No início do contrato, a entidade deve avaliar os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e deve identificar como obrigação de performance cada promessa de transferir ao cliente: (a) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou (b) série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.
3ª ETAPA	Determinação Preço da transação	O preço de transação é o valor que uma entidade aloca às obrigações de performance identificadas no contrato e, portanto, representa o montante de receita reconhecido quando satisfeita a obrigação de performance.
4ª ETAPA	Alocação do preço da transação a obrigação de performance	Quando um contrato tiver mais de uma obrigação de performance, a empresa deve alocar o preço de transação para cada obrigação de acordo com o valor que a entidade espera receber pela satisfação de cada obrigação em específico.
5ª ETAPA	Reconhecimento da receita	Uma empresa deve reconhecer a receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de performance transferindo o bem ou prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que), o cliente tiver o controle desse ativo. A obrigação de desempenho pode ser satisfeita em um momento específico ou ao longo do tempo, sendo que, quando satisfeita ao longo do tempo, a empresa deve medir o progresso em direção à sua satisfação.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do CPC 47.

De acordo com a PWC (2017), alguns setores sofrerão maiores impactos do que outros, como gestão de ativos, automotivo, engenharia e construção civil; entretenimento e mídia; produtos industrializados e fabricação; farmacêutica e biotecnologia; imóveis; varejo e consumidor; tecnologia da informação; telecomunicações. Nesse apontamento, Cova (2015) já havia esclarecido que este padrão implicaria em mudanças que poderiam ter pouco efeito em algumas empresas, porém outras seriam mais impactadas dependendo do modelo de negócio.

Assim, nota-se que as empresas prestadoras de serviços com contratos com clientes associados a diversos itens juntos tendem a ser mais impactadas. De acordo com Almeida (2016), o momento de reconhecer a receita é um dos temas mais subjetivos e importantes da contabilidade, pois, deve gerar maior complexidade nos julgamentos e, principalmente, em empresas pertencentes a setores específicos.

2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E IFRS

A qualidade dos lucros ou, de forma mais ampla, a qualidade da informação contábil não possui uma definição precisa, porém deve ser considerada como uma métrica que representa fielmente os lucros e, portanto, a situação econômica subjacente. Além disso, ela representa o grau desses resultados com os conceitos básicos de contabilidade (MAZZIONI; KLANN, 2018).

A qualidade da informação contábil vem sendo discutida em contextos diversos, como de mercado de capitais, em discussões contratuais e seus agentes econômicos e, especificamente, em relação aos efeitos das normas contábeis sobre os relatórios financeiros, com objetivo de minimizar a assimetria informacional (DAMASCENA; DUARTE; PAULO, 2017). De acordo com Paulo (2007), o tema relacionado a qualidade da informação contábil está associado ao ambiente onde a empresa está inserida, ou seja, o seu contexto.

É sabido que as informações contábeis são divulgadas para atender a necessidade dos usuários, ou os agentes interessados a fim de cumprir o seu propósito. Cappellesso, Niyama e Rodrigues (2021) esclarecem que as informações contábeis de qualidade são necessárias para que a contabilidade cumpra seu papel de prestadora de informações. Nesse sentido, a qualidade da informação contábil tem relação com à sua utilidade para os usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Os estudos sobre qualidade da informação contábil no mercado de capitais tiveram influência de Beaver (1968), Ball e Brown (1968) e Watts e Zimmerman (1999) no alcance internacional, enquanto Lopes (2002) e Almeida (2010) no Brasil.

Com relação a pesquisas no cenário internacional sobre qualidade da informação contábil e IFRS, destaca-se o estudo de Barth, Landsman e Lang (2008) realizado com empresas não-estadunidense, no qual evidenciou que o processo de convergência refletiu melhorias na comparabilidade das informações. Na pesquisa, verificou-se que as empresas que divulgaram suas informações elaboradas de acordo com as normas internacionais tiveram melhor qualidade nas informações contábeis em relação às normas locais.

Ressalte-se que as pesquisas baseadas a partir dessa temática têm associação direta com os objetivos da contabilidade, e, portanto, avaliar fatos econômicos e divulgar os resultados aos *stakeholders*, com foco no ambiente externo, no mercado de capital e seus usuários, ou seja, os investidores e potenciais investidores (PAULO, 2007; MACEDO; KELLY, 2016; DUARTE; PAULO, 2017).

De acordo com Diniz (2020), a análise da qualidade da informação contábil tem um destaque entre os temas de estudo da teoria da contabilidade, pois, ao divulgar uma informação de qualidade se reduz as incertezas e assimetria da informação. Sendo assim, os usuários da informação contábil devem atentar para as características qualitativas fundamentais dessa informação, que são a relevância e a representação fidedigna (DINIZ, 2020).

No tocante as características qualitativas fundamentais, destacam-se a relevância dos lucros no apoio da tomada de decisões; a capacidade informativa sobre a performance financeira das entidades e, por último, o desempenho da empresa que define a qualidade da

informação contábil diante das decisões com auxílio de um sistema contábil eficaz. Logo, há três grupos de *proxies* associadas a propriedade dos lucros, sendo, portanto, um item importante para os usuários externos (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010; DUARTE; PAULO, 2017).

Mazzioni e Klann (2016) esclarecem que os estudos geralmente desenvolvem medidas de qualidade pelo uso dos lucros divulgados e de componentes dos lucros, definindo o constructo como “qualidade dos lucros” ou qualidade dos *accruals*. Assim, a qualidade dos lucros tem relação com o aumento de sua persistência em uma série temporal; lucros com precisão nas implicações econômicas das operações subjacentes; a proporção de lucros em relação aos fluxos de caixa operacionais; *accruals* de capital de giro mapeados nos fluxos de caixa do passado, presente e futuro (MCNICHOLS, 2002; MAZZIONI; KLANN, 2016).

No entanto, Dechow, Ge e Schrand (2010) esclarecem que na literatura não há uma única métrica para mensurar a qualidade da informação contábil e, em função disso, desenvolveram-se diversos modelos que capturam diferentes propriedades da contabilidade. Dessa forma, pode-se constatar que pesquisadores têm utilizado algumas *proxies* para analisar o efeito na qualidade da informação contábil, como o conservadorismo condicional, a persistência dos lucros, o gerenciamento de resultados e o *value relevance* que representa a reação dos investidores quando a divulgação dos relatórios (PAULO; MARTINS, 2007; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; LOPES, 2009; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Os estudos sobre qualidade da informação contábil usualmente analisam métricas separadamente, com os seus determinantes ou suas consequências (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Entretanto, Duarte e Paulo (2017) sinalizam a importância de mensurar a qualidade da informação contábil de forma simultânea por meio de diversas *proxies* já apresentadas na literatura científica. A partir desse entendimento, nota-se que a análise da qualidade da informação e IFRS pode ser realizada empregando essa simultaneidade e não, necessariamente, ser de forma segregada utilizando as métricas de conservadorismo condicional, gerenciamento de resultados e *value relevance*.

Tradicionalmente, os estudos que investigam o aspecto qualitativo da informação contábil, em geral, aplicam todas as *proxies* relatadas anteriormente, no entanto, Mazzioni e Klann (2016), ressaltam que as pesquisas nacionais ainda concentram os estudos sobre os efeitos da adoção das IFRS e as métricas da qualidade informacional de forma individual e separada.

Essa pesquisa utilizou de forma simultânea duas *proxies* para análise da qualidade da informação contábil, que são o gerenciamento dos resultados por meio de *accruals* totais e

específicos no modelo de gerenciamento de receitas além do modelo de persistência dos lucros, ou seja, propriedades dos lucros (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Na revisão de literatura, verificou-se estudos que discutem os efeitos do IFRS no gerenciamento de resultados tanto separadamente (GRECCO, 2013; JOIA; NAKAO, 2014; CARDOSO; SOUZA; DANTAS, 2015; RODRIGUES; NIYAMA, 2018) quanto em análises simultâneas por meio de suavização de resultados, gerenciamento de resultados por *accruals* agregados e persistência dos lucros (KOLOZSVARI; MACEDO, 2016; REIS; BRUNOZI JÚNIOR; LIMA, 2018; MARÇAL; MACEDO, 2019) além de análises sobre a relação do gerenciamento de resultados de atividades operacionais reais e persistência dos lucros (PRATA; FLACH, 2021).

2.2.1 Gerenciamento de Resultados

De acordo com Schipper (1989), o gerenciamento de resultados é uma prática que busca realizar interferências de forma intencional na execução das demonstrações contábeis e, portanto, têm o objetivo de ganhos particulares. Portanto, compreende-se que o gerenciamento de resultados está voltado ao gerenciamento das divulgações, pois não está no alcance dos relatórios gerenciais e outras ações que possam afetar os resultados.

Entende-se que o uso do gerenciamento de resultados pode abranger escolhas contábeis, as quais tem origem nas decisões tomadas com o objetivo de influenciar as informações geradas pelo sistema contábil, como as demonstrações financeiras, e outros relatórios fiscais e regulatórios (FIELDS; LYS; VICENT, 2001).

O gerenciamento de resultados ocorre quando os administradores julgam a informação financeira e as atividades operacionais para modificar os relatórios contábeis ou manipular alguns investidores sobre o desempenho da empresa ou para alcançar resultados contratuais que dependam dos números contábeis informados (HEALY; WAHLEN, 1999). Nesse sentido, Martinez (2001) reforça esse argumento ao esclarecer que o gerenciamento de resultados se caracteriza fundamentalmente como alteração proposital dos resultados contábeis, ou seja, de forma intencional, com objetivo de atender uma motivação ou interesse particular.

Cardoso, Souza e Dantas (2015) explicam que há diversos conceitos sobre gerenciamento, e, portanto, pela falta de uma definição mais objetiva e universalmente aceita, ocorre diferentes métodos para investigar o que se define como “gerenciamento de resultados”. De acordo com Martinez (2008) muitos autores defendem que as novas normas contábeis

permitem novos métodos de reconhecimento, mensuração e divulgação, destacando a importância do padrão contábil na transparência das informações, porém, apesar desse avanço, os administradores podem ver o exercício do julgamento a partir desses normativos como uma oportunidade para gerenciar resultados, e, por conseguinte, realizar escolhas contábeis que não condizem com a situação econômica da empresa (HEALY; WAHLEN, 1999).

As definições de gerenciamento de resultados são norteadas pelas intenções gerenciais e, que muitas das vezes, não são simples de serem observadas. Há alguns tipos de gerenciamento a partir de motivações: o *Target Earnings* trata-se do gerenciamento praticado com objetivo de “aumentar (melhorar) ou diminuir (piorar) os resultados contábeis”; enquanto o *Income Smoothing* busca diminuir a variação dos resultados e o *Big Bath Accounting* que pretende “gerenciar para reduzir o lucro corrente, de forma a aumentar o lucro futuro” (MARTINEZ, 2001, p. 43).

Conforme o quadro 4, há muitas motivações e incentivos para prática de gerenciamento de resultados, como por exemplo, especulações do mercado de capitais, incentivos relacionados a alguns contratos, políticas de mercado e regulatórias (HEALY; WAHLEN, 1999; ALMEIDA; ALMEIDA, 2009).

Quadro 4: Tipos de incentivos ao gerenciamento de resultados

Incentivos	Tipos
Contratuais	<i>Debt covenants</i> , remuneração dos executivos, Job Security e acordos bilaterais.
Mercado	Relação de lucro e valor de firma, abertura de capital (IPO), litígio, previsão dos analistas, crescimento.
Regulatórios	Fatores políticos, regras setoriais, agências, políticas antitruste, aspectos fiscais e tributários.

Fonte: Adaptado de Almeida e Almeida (2009).

Pode-se constatar estudos que revelam outros incentivos à prática de gerenciamento de resultados como a remuneração da administração, rotatividade do CEO, governança corporativa, emissão de ações, operações de fusões e aquisições, alcance de *benchmark* (EL DIRI, 2018).

Mendes, Pimenta e Sousa (2019) verificaram qual o impacto do anúncio de fusões e aquisições no aumento do nível de gerenciamento de resultados das companhias abertas listadas na B3. Após análise dos *accruals* discricionários, constatou-se que as empresas atuaram no aumento dos lucros via gerenciamento de resultados para legitimar como lucrativas as negociações efetuadas.

Morás e Klann (2020) analisaram a influência da governança corporativa (GC) na escolha do tipo de gerenciamento de resultados. O estudo evidenciou que a GC está relacionada negativamente ao gerenciamento de atividades operacionais reais, não sendo identificada relação significativa desta com o gerenciamento de resultados por *accruals*.

Lopes, Peixoto e Carvalho (2020) verificaram a relação entre a representatividade dos ativos intangíveis e o gerenciamento de resultados. O estudo concluiu que existe uma relação negativa entre gerenciamento de resultados e ativos intangíveis. Logo, esses resultados reforçam que a proporção dos intangíveis é um dos fatores que influencia a qualidade da informação contábil.

Faria, Machado e Dantas (2021), verificaram a relação entre a ocorrência de fraudes corporativas e o gerenciamento de resultados em instituições bancárias brasileiras e, os resultados encontrados revelaram que as instituições financeiras fazem uso da parcela discricionária da provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa com objetivo de gerenciar resultados, porém não se identificou relação significativa entre ocorrência de fraude com a parcela discricionária da despesa de PECLD.

No estudo de Corazza, Magro, Mazzioni e Klann (2020), os autores relacionam o gerenciamento de resultados com as características dos CEOs *Insiders* no qual evidenciam que nos primeiros anos de mandato, os CEOs *insiders* são mais propensos a praticar o gerenciamento de resultados, tanto pelo uso de decisões operacionais quanto pelas escolhas contábeis dos *accruals*, entretanto, ao longo do mandato se tornam mais conservadoras, abandonando essas práticas.

Nesse mesmo sentido, Souza, Sampaio e Flores (2021) averiguaram a presença de gerenciamento de resultados nos períodos afetados pela substituição dos CEOs no Brasil. Os resultados revelaram que não há indícios da prática de gerenciamento de resultados por parte dos gestores que deixam as organizações, porém verificou-se que os novos executivos tendem a gerenciar resultados mais veemente nos seus mandatos.

Parreira, Puppim, Nascimento e Murcia (2021), investigaram se a substituição do auditor independente impacta, de alguma maneira, no gerenciamento de resultados, *proxy* adotada para qualidade da auditoria, nas empresas listadas na B3. De acordo com a análise dos resultados, constatou-se que a mudança de auditoria independente não afeta os *accruals* totais, mas reduz os discricionários. Os autores argumentam que tal fato pode ter relação ao pouco conhecimento sobre o contexto do cliente ou receio de assumir riscos judiciais, como também detecção de erros ou revisão de procedimentos contábeis.

Por outro lado, Gomes, Eça, Moraes e Valle (2021), verificaram se as empresas que praticam *equity market timing* apresentaram níveis mais elevados de gerenciamentos de resultados ao redor do período de emissão de ações. As evidências comprovaram que as empresas que praticam *equity market timing* gerenciam mais seus resultados de modo a aumentar o lucro contábil, em relação às empresas que não utilizam essa prática. Desse modo, gestores mais oportunistas aumentam o lucro contábil por meio de *accruals* e, assim, influenciam a capacidade do mercado de precificar corretamente as ações.

Prata e Flach (2021) analisaram se a adoção das IFRS aumentou a relação negativa entre gerenciamento de resultados e boas práticas de governança corporativa, sendo elas: os níveis diferenciados de governança da B3, a presença de um conselho de administração independente e se a companhia é auditada por uma Big Four.

Os resultados sugerem que na presença de um comitê administrativo independente, os níveis de gerenciamento de resultados são menores, sendo essa relação impulsionada pela adoção das IFRS. O estudo não confirmou que as empresas nos níveis mais altos de governança corporativa e auditadas por uma *Big Four* possuem menor incidência de gerenciamento de resultados após a aplicação das IFRS.

Marçal (2021) pesquisou sobre a relevância dos lucros na determinação do valor de mercado das empresas de capital aberto no Brasil considerando os efeitos do gerenciamento de resultados via *accruals* discricionários. Diferentemente do que era esperado na pesquisa, os resultados econômicos divulgados pelas empresas, quando segregados da *proxy* de gerenciamento de resultados, refletiram menor poder informacional para predição do valor de mercado das empresas se comparado com os resultados econômicos na sua forma integral.

Umas das práticas de gerenciamento dos resultados se dá através de decisões sobre os *accruals* (ALMEIDA, 2010). Eles podem ser utilizados pelos gestores para manipular a informação contábil, culminando na prática de gerenciamento de resultados. A literatura apresenta estudos já realizados sobre gerenciamento de resultados focados na manipulação contábil por meio dos *accruals* (DECHOW, SLOAN; SWEENEY, 1995; HEALY; WAHLEN, 1999; JONES, 1991; KOTHARI; LEONE; WASLEY, 2005). Entretanto, nem todas as decisões contábeis são definidas por *accruals* relacionados à manipulação de resultados, tornando necessário segmentar os *accruals* em componentes discricionários e não discricionários.

A diferença entre eles é que os não discricionários estão associados à atividade normal do negócio da empresa, enquanto os discricionários dizem respeito à decisão que o gestor pode tomar a fim de gerar efeitos esperados sobre os resultados contábeis (PAULO, 2007). Além

disso, os discricionários são utilizados como *proxy* de gerenciamento de resultados e se positivos, revelam que o resultado está sendo gerenciado para ser melhorado, se negativos, para ser piorado (MARTINEZ, 2008).

Os *accruals* são caracterizados como acumulações representadas pela discrepância entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido. Portanto, deve-se considerar que são todas as classificações de resultados que são computadas ao lucro e que não provoquem movimentações de caixa e ou de equivalentes de caixa. Logo, verifica-se que os *accruals* não discricionários tem origem em transações normais das empresas, enquanto o discricionário em transações anormais, classificadas como gerenciamento de resultados (MARTINEZ, 2001; PAULO, 2007). A partir desse esclarecimento, Almeida (2010) afirma que *accruals* trata-se de um dos componentes do lucro contábil e, portanto, uma das variáveis mais analisadas pelos estudiosos como *proxy* da qualidade da informação contábil.

As primeiras pesquisas sobre gerenciamento de resultados tiveram início com o estudo de Healy (1985) e DeAngelo (1986) que buscaram medir a discricionariedade dos gestores pelos os *accruals* e de suas modificações. Ao longo dos anos, outros estudos estimaram os *accruals* discricionários (HEALY, 1985; DeANGELO, 1986; SCHIPPER, 1989; DECHOW; SLOAN, 1991; JONES, 1991; DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995; KANG, SIVARAMAKRISHNAN, 1995; MCNICHOLS, 2000; DECHOW; DICHEV, 2002; KOTHARI *et al.*, 2005; PAE, 2005; DECHOW; HUTTON; KIM; SLOAN, 2012).

Por outro lado, deve-se destacar que os modelos de estimação dos *accruals* discricionários totais apresentam limitações, como possíveis inconsistências na omissão de dados ou até mesmo inferências insuficientes (MARTINEZ, 2008). Segundo Martinez (2013), os modelos de *accruals* totais não conseguem tratar problemas da reversão desses *accruals* comprometendo os resultados. No entanto, Dechow *et al.* (2012) propõem uma melhoria no modelo de *accruals* discricionários, incorporando essas reversões.

Segundo Santana, Santos, Carvalho e Martinez (2020), o modelo de Dechow *et al.* (2012) é uma versão mais atualizada do modelo de Jones Modificado, pois considera as reversões dos *accruals* no período corrente. Logo, trata-se de um modelo mais completo, pois nele incluiu-se o intercepto na equação e os *accruals* discricionários defasados a fim de capturar a reversão dos *accruals* oriundos do período corrente (MARTINS *et al.*, 2016). Para Christensen *et al.* (2022), o novo modelo apresentado por Dechow *et al.* (2012) ajusta os modelos tradicionais de gerenciamento de resultados.

O modelo de Dechow *et al.* (2012) para estimar os *accruals* discricionários está descrito na equação 1.

$$ACC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \left(\frac{1}{A_{i,t-1}} \right) + \beta_2 \left(\frac{\Delta REC_{i,t} - \Delta CR_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \beta_3 \left(\frac{IMOB_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \beta_4 \left(\frac{ACC_{i,t-1}}{A_{i,t-2}} \right) + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Onde:

$ACC_{i,t}$ são os *accruals* totais da empresa *i* no período *t*, ponderados por seu ativo total da empresa *i* no final do período *t-1*;

$A_{i,t-1}$ é o ativo total da empresa *i* no final do período *t-1*;

$\Delta REC_{i,t}$ é a variação das receitas líquidas da empresa *i* entre os períodos *t-1* e *t*, ponderados pelo ativo total da empresa *i* no final do período *t-1*;

$\Delta CR_{i,t}$ é a variação das contas a receber de clientes da empresa *i* entre os períodos *t-1* e *t*, ponderados pelo ativo total da empresa *i* no final do período *t-1*;

$IMOB_{i,t}$ é o saldo do ativo imobilizado da empresa *i* no período *t*, ponderado pelo ativo total da empresa *i* no final do período *t-1*;

$ACC_{i,t-1}$ são os *accruals* totais da empresa *i* no período *t-1*, ponderados pelo ativo total da empresa *i* no final do período *t-2*;

β_0 = coeficiente linear;

$\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4$ = coeficientes angulares;

$\varepsilon_{i,t}$ = resíduos da regressão.

Embora existam evidências que as normas IFRS podem melhorar a qualidade contábil (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), em sentido contrário, outros estudos esclarecem que o padrão contábil tem papel limitado ou, até mesmo, não impede ações discricionárias (GRECCO, 2013; JOIA; NAKAO, 2014; CARDOSO; SOUZA; DANTAS, 2015; RODRIGUES; NIYAMA, 2018).

Grecco (2013) pesquisou as possibilidades de alterações nas práticas contábeis, especificamente associada às práticas de gerenciamento de resultados por *accruals*, em companhias não financeiras brasileiras após a adoção das IFRS. A partir do modelo proposto por Kothari *et al.* (2005) e período de 2005 a 2011, o estudo apurou os *accruals* discricionários e analisou o nível de gerenciamento de resultados com adoção das IFRS. Os achados não evidenciaram a redução das práticas discricionárias dos gestores após a adoção às normas de contabilidade no Brasil.

Em outro estudo na mesma temática, Joia e Nakao (2014) investigaram se as empresas que negociaram suas ações em bolsa de valores no período de 2006 a 2011, apresentaram após a adoção completa das IFRS em 2010, diminuição no gerenciamento de resultados. Os resultados não confirmaram a hipótese de que a adoção de IFRS afetou o nível de

gerenciamento de resultados no período analisado, mas mostraram que o tamanho e o endividamento apresentam relação significativa com os *accruals* discricionários, independentemente da adoção de IFRS.

No estudo de Cardoso, Souza e Dantas (2015), os autores pesquisaram se a adoção do IFRS teve impacto nas acumulações discricionárias por meio de uma amostra de 235 empresas abertas brasileiras não financeiras e não seguradoras mensurada pelo modelo Jones modificado e a partir da análise de duas políticas contábeis diferentes, ou seja, políticas contábeis baseadas nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil denominados BRGAAP e IFRS.

Os resultados evidenciaram que as acumulações discricionárias apuradas a partir dos dois padrões, BRGAAP e IFRS dos relatórios financeiros são significativamente diferentes entre si. Sendo assim, os autores concluíram que não é metodologicamente adequado fazer análises com base de dados contábeis em períodos pré-IFRS (antigo BRGAAP) e pós-IFRS.

Rodrigues e Niyama (2018) analisaram os efeitos da adoção dos padrões internacionais de contabilidade pelos países que compõem o G-7 e os BRICS sob a ótica do gerenciamento dos resultados contábeis. Com a utilização de dois modelos para estimar os *accruals* discricionários foi realizada a análise dos dados em painéis no período 1998 a 2011.

Os resultados evidenciaram aumento do gerenciamento de resultados após adoção dos padrões e, por isso, rejeitou-se a hipótese de redução do gerenciamento, utilizada como *proxy* da qualidade da informação contábil.

Logo, conforme já havia sido sinalizado por Macedo *et al.* (2013), com a convergência ao padrão contábil internacional, nota-se que as pesquisas desenvolvidas sobre os normativos contábeis devem avaliar os efeitos da adoção das IFRS na qualidade da informação contábil.

Ressalte-se, no entanto, que os estudos sobre a relação entre padrão contábil e gerenciamento de resultados apontam resultados ainda divergentes e contraditórios. Boina e Macedo (2018) reforçam esse entendimento ao esclarecer que ainda não há um consenso sobre os reais efeitos dos padrões contábeis, no entanto, pesquisas sugerem pontos positivos na qualidade da informação contábil (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; COSTA; AFONSO, 2015).

2.2.2 Gerenciamento de Receitas por *Accruals* Específicos

A estimação dos modelos de *accruals* agregados podem refletir algumas distorções na modelagem e estimação da parcela discricionária. Nesse sentido, McNichols e Wilson (1988)

trazem críticas às métricas que fazem uso dos componentes discricionários dos *accruals* para testar o gerenciamento de resultados. Portanto, uma alternativa para estimação dos *accruals* discricionários agregados é a análise de gerenciamento de resultados por meio de *accruals* específicos (MCNICHOLS; WILSON, 1988).

A discussão questionada nos estudos por McNichols e Wilson (1988), motivou outras pesquisas que buscaram uma modelagem para *accruals* específicos. No caso da análise da discricionariedade por *accruals* específicos, constata-se a análise da conta de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (BEAVER; ENGEL, 1996; MARTINEZ, 2001; RODRIGUES, 2008; MACEDO; KELLY, 2016; SOUSA; BRESSAN, 2018) e pelo contas a receber (CAYLOR, 2010; STUBBEN, 2010; STUBBEN; MCNICHOLS, 2018; BRAGA, 2020) e receitas diferidas (CAYLOR, 2010; GIEDT, 2018; BRAGA, 2020; MORAWSKA, 2021).

Especificamente, dentro dos estudos empíricos que tratam sobre os modelos de *accruals* específicos, destacam-se os estudos sobre gerenciamento de receitas de Caylor, (2010); Stubben, (2010); Giedt, (2018), ou seja, estudos que desenvolveram a modelagem para avaliação da prática de gerenciamento de receitas como *proxy* da qualidade da informação contábil.

No estudo de Caylor (2010), o autor esclarece, por meio do seu modelo, que dependendo do tipo ou setor da empresa, os *accruals* de contas a receber e diferimento (receita diferida de curto prazo) tem relação com o valor da receita reconhecida no período contábil. A partir deste modelo, ele examina se há discricionariedade no processo de reconhecimento de receitas utilizando as contas a receber e receitas diferidas de curto prazo com objetivo de evitar três *benchmarks* de ganhos: evitar perdas, redução de lucros e surpresas negativas nos lucros.

Sendo assim, através de uma amostra do ano de 2007 e eliminando empresas financeiras, o estudo não encontrou evidências de que os gerentes exerçam discricionariedade nas contas a receber e nas receitas diferidas de curto prazo, no entanto, testes complementares revelaram que os gerentes preferiam utilizar discricionariedade nas receitas diferidas antes da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) de 2002. Essa discricionariedade especificamente na receita diferida, segundo o autor, pode estar relacionada aos custos mais baixos se comparada as contas a receber (CAYLOR, 2010).

O modelo de Caylor (2010) estabelece que as receitas discricionárias ou anormais vem a partir de dois componentes, a) variação anormal das contas a receber bruta e b) variação anormal da receita diferida de curto prazo. Logo, o autor estima seu modelo com a premissa de

que a variação das contas a receber brutas estejam relacionadas à variação das vendas brutas no período corrente, já que as contas a receber são vendas acumuladas no período corrente.

Além disso, Caylor (2010) reforça o entendimento ao esclarecer que as contas a receber bruta estão relacionados ao fluxo de caixa operacional do próximo período, uma vez que os valores a receber serão arrecadados no período seguinte ao ano corrente. Isso implica que as variações nas contas a receber brutas devem ser relacionadas às variações atuais das receitas e variações futuras no fluxo de caixa das operações.

Com base nessas premissas, Caylor (2010) estima as variações anormais nas contas a receber brutas e receita diferida de curto prazo a fim de mensurar a prática de gerenciamento de receitas. O modelo definido nessa pesquisa para avaliar o gerenciamento de receitas é o de Caylor (2010) que estima os resíduos utilizados para cálculo das receitas discricionárias representados nas equações 2 e 3.

a) Variação normal das contas a receber bruta

$$\frac{\Delta CR_{it}}{AT_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 * \left(\frac{1}{AT_{it-1}} \right) + \beta_1 * \left(\frac{\Delta REC_{it}}{AT_{it-1}} \right) + \beta_2 * \left(\frac{\Delta FCO_{t+1}}{AT_{it-1}} \right) + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde:

ΔCR_{it} : é a variação anual nas contas a receber brutas durante o ano t;

$1/AT_{it}$: inverso dos ativos totais.

$At-1$ é o início do ativo total do ano (“ativo total defasado”).

ΔREC_{it} : é a variação nas vendas (receitas brutas) durante o ano t.

ΔFCO_{it+1} é a variação no fluxo de caixa das operações durante o ano t + 1.

ε_{it} : resíduo da regressão (variação anormal)

Além do termo de interceptação escalonado identificado em estudos prévios de *accruals* discricionários, Caylor (2010) inclui um termo constante baseado em Kothari *et al.* (2005).

No seu estudo, Caylor esclarece que as variações anormais nas contas a receber brutas representam a diferença entre a variação real nas contas a receber brutas e os valores previstos (estimados). Portanto, uma variação anormal nas contas a receber brutas ocorre quando a variação real excede o valor previsto.

Além das contas a receber bruta, Caylor (2010) argumenta que receita diferida de curto prazo está relacionada às receitas do próximo período (receitas diferidas são valores diferidos para o próximo período) é o caixa, pois resulta em fluxo de operações no período atual (o caixa associado à receita diferida foi recebido no período atual). Isso implica que as variações na

receita diferida de curto prazo devem ser positivamente relacionadas às variações nas receitas do próximo período e variações atuais no fluxo de caixa das operações.

b) Variação normal das receitas diferidas (curto prazo)

$$\frac{\Delta RDC_{it}}{AT_{t-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 * \left(\frac{1}{AT_{it-1}} \right) + \beta_1 * \left(\frac{\Delta REC_{t+1}}{AT_{it-1}} \right) + \beta_2 * \left(\frac{\Delta FCO_{it}}{AT_{it-1}} \right) + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Onde:

ΔRDC_{it} : é a variação anual na receita diferida de curto prazo durante o ano t

$1/AT_{it}$: inverso dos ativos totais.

AT_{t-1} é o início do ativo total do ano (“ativo total defasado”).

ΔREC_{t+1} : é a variação nas vendas (receitas brutas) durante o ano t.

ΔFCO_{it} é a variação no fluxo de caixa das operações durante o ano t.

ε_{it} : resíduo da regressão (variação anormal)

Semelhante à estimativa de variações normais nas contas a receber, Caylor (2010) utiliza os coeficientes estimados dessas regressões por ano e indústria para calcular uma variação normal ou prevista na receita diferida. O autor utiliza o componente de receita diferida de curto prazo e ignora o componente de longo prazo justificando que este último não reflete a receita que poderia ser reconhecida durante o período corrente ou atual. Ele reforça que a discricionariade no reconhecimento de receitas é realizada por meio da receita diferida de curto prazo.

Em consonância com a visão de Caylor (2010), Stubben (2010) defende que a receita tem grande representatividade no lucro e, portanto, é uma variável relevante para análise do gerenciamento de resultados. O autor ressalta que o gestor pode exercer discricionariade sobre as receitas, justamente pela flexibilidade existente no momento de reconhecer a receita.

Stubben (2010) também desenvolveu um modelo para mensurar a receita discricionária, porém estimando com base apenas na variação normal anual das contas a receber com a variação normal anual das receitas líquidas dos três primeiros trimestres e variação normal anual de receitas líquidas do quarto trimestre. Ele utilizou uma amostra com 70.580 observações no período de 1988 a 2003.

Após análise dos dados, Stubben (2010) concluiu que as receitas discricionárias são variáveis relevantes para avaliação sobre a gestão e a qualidade do lucro das empresas, pois os resultados indicaram que os modelos de receita são menos tendenciosos, mais bem especificados e mais poderosos do que os modelos de *accruals* agregados comumente utilizados para mensurar o gerenciamento de resultados, constatado também por Christensen *et al.* (2022).

O modelo proposto por Stubben (2010) pretende evidenciar que a variação anual das receitas durante o primeiro e terceiros trimestres apresentam uma estimativa diferente da variação das receitas durante o quarto trimestre. Sendo assim, o modelo proposto pelo autor está representado na equação 4.

$$\frac{\Delta CR_{it}}{AT_{t-1}} = \alpha_0 + \beta_1 * \left(\frac{\Delta R1_3_{it}}{AT_{it-1}} \right) + \beta_2 * \left(\frac{\Delta R4_{it}}{AT_{it-1}} \right) + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Onde:

ΔCR é a variação anual das contas a receber,

$\Delta R1_3$ é a variação anual das receitas líquidas dos três primeiros trimestres,

$\Delta R4$ é a variação anual das receitas líquidas do quarto trimestre,

Δ é a variação anual,

Todas as variáveis são escalonadas pelo ativo total do ano anterior.

Ainda com relação aos modelos e variáveis no processo de gerenciamento de receitas por *accruals* específicos, Giedt (2018) estende a análise e desenvolve um novo modelo baseado nos modelos de Caylor (2010) e Stubben (2010), porém complementando a análise com a variação normal das receitas diferidas de longo prazo e substituindo a variável de fluxo de caixa operacional pela variável fluxo de caixa além de estimar a variação da receita em dois períodos futuros.

Giedt (2018) esclarece que embora os fluxos de caixa das operações (CFO) estejam incluídos nos fluxos de caixa (CFS), o uso do CFO em vez de CFS, introduz desnecessariamente um erro na mensuração da variável, já que considera apenas as atividades da operação e, reforça que a variação de CFS é uma medida mais precisa e relevante.

Ademais, no estudo, a autora justifica que o novo modelo proposto compara e complementa a cobertura dos modelos de receita discricionária já existentes. Ela ainda argumenta que as receitas discricionárias (REVACC) surgem de variações em três contas do balanço: variações nas contas a receber bruta (ΔAR), variações na receita diferida de curto prazo (ΔDRC), e variações na receita diferido de longo prazo ($\Delta DRLT$).

De acordo com Giedt (2018), os resíduos ΔAR ; ΔDRC e $\Delta DRLT$ devem ser estimados separadamente conforme modelos de variação normal descritos nas equações 5, 6 e 7, respectivamente.

a) Variação normal das contas a receber bruta

$$\Delta AR_{it} = \beta_0 + \beta_1 \frac{1}{AT_{it}} + \beta_2 \Delta REVQ123_{it} + \beta_3 \Delta REVQ4_{it} + \beta_4 \Delta CFS_{it+1} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

Onde:

ΔAR é a variação anual nas contas a receber de clientes,

$1 / AT$ é o inverso da média total ativos,

ΔREV é a variação anual nas receitas,

ΔCF é a variação anual nos fluxos de caixa de vendas 'calculadas como $\Delta (REV - REVACC)$.

ΔREV_{Q123} é a variação anual nas receitas do primeiro ao terceiro trimestre, e

ΔREV_{Q4} é a variação anual nas receitas do quarto trimestre.

Todas as variáveis de fluxo são escaladas pelos ativos totais defasados, ou seja, do ano anterior. Em todas as especificações, a variável inversa dos ativos totais médios ($1 / AT$) é utilizada para controlar o efeito tamanho.

b) Variação normal das receitas diferidas de curto prazo

$$\Delta DRC_{it} = \beta_0 + \beta_1 \frac{1}{AT_{it}} + \beta_2 \Delta CFS_{it} + \beta_3 \Delta REV_{it+1} + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

Onde:

ΔDRC é a variação anual nas receitas diferidas de curto prazo,

$1 / AT$ é o inverso da média total ativos,

ΔCF é a variação anual nos fluxos de caixa,

ΔREV é a variação anual nas receitas.

c) Variação normal das receitas diferidas de longo prazo

$$\Delta DRLT_{it} = \beta_0 + \beta_1 \frac{1}{AT_{it}} + \beta_2 \Delta CFS_{it} + \beta_3 \Delta REV_{it+2} + \varepsilon_{it} \quad (7)$$

Onde:

$\Delta DRLT$ é a variação anual nas receitas diferidas de longo prazo,

$1 / AT$ é o inverso da média total ativos,

ΔCF é a variação anual nos fluxos de caixa,

ΔREV é a variação anual nas receitas.

O novo modelo estima os *accruals* específicos de receitas discricionárias decorrentes de variações anormalmente positivas das contas a receber bruta, variações anormalmente negativas das receitas diferidas de curto prazo e variações anormalmente negativas de receitas diferidas de longo prazo (GIEDT, 2018). Assim, as receitas discricionárias (os resíduos) devem ser calculadas a partir do modelo 8.

$$\text{anREVACC}_{it} = \text{an}\Delta\text{AR}_{it} - \text{an}\Delta\text{DRC}_{it} - \text{an}\Delta\text{DRLT}_{it} \quad (8)$$

O estudo revelou que quando a variação nas contas a receber (AR) for anormalmente alta, as receitas informadas serão superestimadas e quando as variações das receitas diferidas (DRC e DRLT) forem anormalmente baixas, as receitas reportadas serão subestimadas.

Há estudos identificados na literatura que utilizaram a *proxy* de gerenciamento de receitas a fim de avaliar a discricionariedade associada ao reconhecimento de receitas, Srivastava (2013) investigou a efetivação da *statements of Position* (SOP) 97-2 que retirou a liberdade das empresas de tecnologia em realizar o reconhecimento de receitas por meio de estimativas dos preços, a fim de reduzir ações oportunistas dos executivos.

A análise foi realizada pelo modelo de Stubben (2010) a partir de uma amostragem de 140 companhias do setor de tecnologia da informação no período de 1996 a 2000. Os resultados revelaram por meio de evidências estatísticas que houve queda significativa no gerenciamento através das estimativas de receitas discricionárias, porém ainda permanece em uso outros meios alternativos para gerenciar lucros.

Prakash e Sinha (2013) pesquisaram sobre como os *accruals* específicos de receitas diferidas impactaram na previsão de receitas e lucros futuros, sem analisar o nível de gerenciamento de receitas. O escopo da análise foi avaliar se as receitas diferidas influenciavam na capacidade de prever os lucros e, por conseguinte, na qualidade da informação contábil. A amostra foi composta por 9461 observações representadas por empresas e trimestres pelo período de 2002 a 2007. Os resultados da pesquisa revelaram que os efeitos da variação anual da receita diferida impactam na lucratividade futura e, portanto, concluiu-se que as receitas diferidas impactam a qualidade da informação contábil, pois elevam a complexidade de reconhecer a receita e reduzem a transparência da divulgação contábil.

Rad, Embong, Mohd-Saleh, Jaffar e Romlah (2016), analisaram a qualidade da informação contábil sob a ótica dos investimentos com a *proxy* de gerenciamento de resultados por meio da variável de receitas discricionárias. O estudo foi realizado com 558 empresas da Malásia no período de 2001 a 2011. Os achados demonstraram que a qualidade dos relatórios contábeis está associada positivamente aos investimentos eficientes e, além disso, concluiu-se que a aplicação de um padrão contábil melhora as estruturas de mercado.

Braga (2020) investigou se a adoção da IFRS 15 influenciou a prática de gerenciamento de resultados por *accruals* específicos de receitas. A pesquisa também verificou se a influência da IFRS 15 se diferencia em cada país e setor. A metodologia da pesquisa descreve uma amostra

de 1116 empresas pertencentes aos países do BRICS, classificadas em setores distintos, como telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis e, por fim, o automobilístico. Utilizou-se o modelo proposto por Caylor (2010) para estimar as receitas discricionárias no período 2016 a 2018. O processo foi realizado por meio de regressões multivariadas com dados em painel com efeitos aleatórios e erro padrão robusto.

Os achados da pesquisa evidenciaram que a IFRS 15 afetou positivamente a prática de gerenciamento de receitas e, portanto, houve aumento nos níveis de gerenciamento de receitas. O estudo também revelou que os efeitos se diferenciam de acordo com país e setor. Concluiu-se que o país mais impactado com os efeitos de gerenciamento de receitas após adoção do novo padrão foi a China, e, especificamente, em setores como os de engenharia, construção civil e imóveis, porém não apresentou efeitos significativos em alguns países como Brasil.

Morawska (2021) investigou a implementação do IFRS 15 nas empresas da Polônia analisando os efeitos sob a ótica do gerenciamento de receitas para evitar perdas e diminuições de lucros. O estudo utilizou uma amostra de 80 empresas de quatro setores específicos listados na bolsa de valores na Polônia no período 2016 a 2019. A pesquisa foi realizada a partir do modelo proposto por Caylor (2010) para estimação da receita discricionária e um modelo complementar que descreve essa relação.

O estudo concluiu que as empresas gerenciam os lucros por discricionabilidade através das contas a receber para evitar perdas, porém a pesquisa não confirmou que a adoção do IFRS 15 na Polônia afetou o nível gerenciamento por meio de receitas discricionárias para evitar divulgar perdas ou redução de lucros.

2.2.3 Persistência dos Lucros

A persistência dos lucros é considerada como uma métrica de qualidade dos lucros (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010; DICHEV; GRAHAM; HARVEY; RAJPAL, 2013). O conceito de persistência está associado a capacidade preditiva das variáveis lucro e fluxo de caixa. O lucro pode ser considerado persistente quando é constante no decorrer do tempo (LEV, 1983). Sendo assim, o lucro mais persistente, ou seja, não aleatório é visto como positivo na qualidade do lucro, pois é mais útil na avaliação das empresas (KOLOZVARI; MACEDO, 2016).

É importante destacar que quando o lucro é capaz de refletir com precisão o desempenho atual e futuro da empresa, ele representa uma medida de valor de alta qualidade (DECHOW;

SCHRAND, 2004). Além disso, o lucro fornece informações importantes para auxiliar no processo de tomada de decisões dos usuários, e, dessa forma, trata-se de um indicador importante para os investidores (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Os lucros são formados pelos fluxos de caixa operacional e pelos *accruals*. Assim, os lucros são as informações mais importantes para os usuários e, portanto, o conceito de qualidade dos lucros é relevante para as análises da contabilidade e das finanças (DICHEV *et al.*, 2013; KOLOZSVARI; MACEDO, 2016). Nesse sentido, Takamatsu e Fávero (2013) explicam que os componentes *accruals* são resultados da diferença entre lucro contábil do período e os fluxos de caixas associados a esse lucro, o que diferencia justamente por ser tratados por regimes separados, ou seja, por competência e caixa.

As pesquisas acadêmicas utilizam como *proxy* de caixa, o fluxo de caixa operacional (FCOs), pois referem-se as principais atividades geradoras de receita, custos e despesas. Por outro lado, as pesquisas limitam-se em avaliar a capacidade preditiva FCOs futuros por dados históricos contábeis, como lucro líquido ou prejuízo do exercício ou, até mesmo o fluxo de caixa operacional (BOINA; MACEDO, 2018). No entanto, Boina e Macedo (2018) ratificam que o lucro líquido é diferente do fluxo de caixa operacional devido ao regime de competência que tem relação com o evento econômico, já que receitas e despesas são reconhecidas independentemente da efetivação financeira (entradas e saídas de caixa) nas transações.

Quanto maior a persistência dos lucros contábeis melhores serão os resultados e, por isso, quanto maior a persistência, maior a qualidade da informação contábil (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). O modelo definido nessa pesquisa para avaliar da persistência dos lucros foi disposto por Dechow, Ge e Schrand (2010) conforme descrito na equação 9.

$$L_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 L_{it} + \varepsilon \quad (9)$$

Onde:

L_{t+1} : é a medida de lucro adotada pela empresa no período $t+1$;

L_t : é a medida de lucro adotada pela empresa no período t ;

β_0 : é o termo constante;

β_1 : é o coeficiente angular;

e ε : é o termo de erro.

As pesquisas de Lima, Carvalho, Paulo e Girão (2015); Perotti e Wagenhofer (2014); Silva Filho, Machado e Machado (2013); Takamatsu e Fávero (2013) medem a qualidade da informação reportada por meio da persistência dos lucros esclarecendo que a persistência é uma métrica que aumenta a recorrência dos resultados no futuro.

Dechow e Schrand (2004) afirmam que a característica de persistência de lucros é de alta qualidade quando representa o valor com precisão da empresa, também denominados lucros constantes, e que a persistência é um indicador relevante de qualidade quando os lucros refletem a real performance das empresas.

De acordo com Sloan (1996), o *accrual* discricionário possui menor persistência se comparado com o fluxo de caixa, pois apresenta mais subjetividade ao estimar fluxo de caixa futuro e, portanto, essa subjetividade assim como a natureza transitória dos *accruals* pode significar menor persistência.

No mesmo sentido, Perotti e Wagenhofer (2014), afirmam que alta persistência traz indícios de provável alta qualidade das informações contábeis, pois reflete menos volatilidade dos resultados e, portanto, maior estabilidade e previsibilidade dos números.

Rutledge; Karin; Kim, (2016) esclarecem que os analistas financeiros também consideram o grau de ganhos futuros previstos por lucro corrente em suas avaliações sobre o patrimônio porque a persistência dos lucros é uma das medidas mais importantes da qualidade dos lucros. A análise da informação contábil pela ótica da persistência dos lucros pode suportar melhores as avaliações sobre a qualidade do lucro. Assim, trata-se de uma característica qualitativa que faz diferença para as decisões de gestores ou investidores em relação às empresas.

Apesar da literatura evidenciar que a persistência dos lucros é uma métrica sobre a qualidade da informação contábil, conceitualmente e empiricamente, ela também aborda fatores que podem limitar sua utilidade para os usuários. Para o presente estudo, considera-se que o gerenciamento de resultados por meio de *accruals* específicos, no caso o gerenciamento de receitas, como um fator restritivo para a existência da persistência dos lucros nas empresas já que a adoção de IFRS em relatórios financeiros não parece melhorar a qualidade do lucro, e, por conseguinte, a persistência dos lucros (DOUKAKIS, 2010).

Nota-se que existem pesquisas que relacionam a persistência do lucro à qualidade da informação contábil. Portanto, a maior persistência de resultados só tem relação com a definição de qualidade dos resultados, se somente se, os resultados demonstrem o desempenho durante o período e se esse desempenho do período corrente persiste nos períodos futuros (DECHOW; SCHRAND, 2004).

Portanto, há estudos na literatura que discutem a relação da persistência dos lucros à qualidade da informação contábil e os seus efeitos sob âmbito dos padrões contábeis IFRS ou por meio da relação de gerenciamento de resultados. Doukakis (2010) examinou a persistência

dos lucros e dos componentes dos lucros após adoção das normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) em todas as empresas não financeiras listadas na bolsa de valores de Atenas no lapso temporal 2002 a 2007, incluindo dois anos antes e dois anos depois à adoção das IFRS.

O objetivo do estudo foi verificar se a adoção das IFRS afetou significativamente a persistência e o poder explicativo dos lucros e dos componentes dos lucros. Os resultados sugeriram que o tratamento contábil realizado por meio das diretrizes das IFRS não demonstra melhorar significativamente a persistência dos lucros e de seus componentes.

Takamatsu e Favero (2013) avaliaram se os diferentes componentes de lucro afetariam o resultado futuro das empresas brasileiras de capital aberto e os achados revelaram que os *accruals* não foram capazes de explicar o comportamento anormal do retorno futuro e nenhum retorno significativo foi alcançado em uma estratégia de investimento baseada em *accruals*.

Silva, Bonfim, Niyama e Silva (2017) analisaram a relação entre a persistência dos lucros e o padrão IFRS com 235 empresas brasileiras listadas na B3 nos períodos pré convergência (2003 a 2007) e pós convergência (2010 a 2014) utilizando os modelos de Dechow e Schrand (2004), Dechow, Ge e Schrand (2010) e Perotti e Wagenhofer (2014). Logo, os autores constataram que houve aumento na qualidade do lucro após adoção das IFRS apresentando consistência com os achados de outras pesquisas realizadas sobre qualidade dos lucros após adoção do padrão IFRS.

Marçal e Macedo (2019) analisaram o impacto dos *accruals* discricionários na persistência dos lucros considerando os efeitos do padrão IFRS nas empresas brasileiras não financeiras listadas na B3 no período 2000 a 2017. Os autores confirmaram que os *accruals* discricionários defasados explicam parte dos lucros correntes gerando controvérsias sobre a lógica de prejudicar a persistência dos lucros. Portanto, constatou-se que esse resultado pode ser explicado pelo gerenciamento de resultados não oportunístico, ou seja, que melhora a informação. A conclusão do estudo foi que a adoção dos padrões contábeis não tem reflexos significativos na persistência dos lucros em empresas listadas na B3.

Kajimoto e Nakao (2018) investigaram se existe persistência do lucro tributável após a adoção das IFRS. Os resultados evidenciaram que existe persistência no lucro tributável, confirmando que esse lucro pode ser uma *proxy* relevante de qualidade da informação. No entanto, o estudo demonstrou que a persistência do lucro tributável não sofreu alteração após adoção do IFRS.

Reis, Brunozi e Lima (2018) analisaram a relação entre as práticas de gerenciamento de resultados, *accruals* discricionários e a persistência dos resultados contábeis nas empresas de

capital aberto listadas no Brasil. As evidências demonstraram que o gerenciamento de resultados pode ocorrer com motivações associadas ao oportunismo ou por outros fatores. Em excesso, pode ocorrer prejuízos nas informações divulgadas, avaliações e aplicações futuras.

Kajimoto, Nakao e Moraes (2019), verificaram a relação da suavização do lucro líquido com a persistência de acordo com os interesses dos gestores. Os resultados sugerem que a associação do lucro líquido com a persistência ocorre por meio de contas de resultado que o compõem, mas sem redução da capacidade preditiva.

Prata e Flach (2021) analisaram o efeito do gerenciamento de resultados por atividades operacionais na persistência dos lucros em 141 empresas listadas na B3 no período de 2010 até 2019 utilizando o modelo de Roychowdhury (2006) avaliando as despesas discricionárias e custos de produção e a persistência dos lucros pelo modelo proposto por Dechow, Ge e Schrand (2010). Os resultados do estudo indicaram que empresas que utilizam a redução anormal nas despesas discricionárias e nos custos de produção podem apresentar lucros menos persistentes.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Na literatura acadêmica existem alguns estudos que abordam por meio de discussões teóricas e práticas, os impactos do novo padrão contábil de reconhecimento de receitas, e, até mesmo, os possíveis efeitos na qualidade da informação contábil, no âmbito nacional, (COVA, 2015; SOUZA, SOUZA, DALFIOR, 2015; TAVARES, 2016; CAMPOS, 2017; DANI *et al.*, 2017; DIAS *et al.*, 2019; AQUINO *et al.*, 2019; BRAGA, 2020; RIBEIRO *et al.*, 2020; BRAGA; NASCIMENTO; SANTOS, 2022; SOUZA; GONÇALVES; SILVA, 2022; Dias *et al.*, 2023).

Adicionalmente, há outras pesquisas internacionais que relacionam os impactos da adoção do IFRS 15 e seus efeitos (GALLISTEL *et al.*, 2012; KHAMIS, 2016; CHURCH, 2016; RUTLEDGE; KARIN; KIM, 2016; JONG, 2017; MATTEI; PAOLONI, 2019; TRABELSI., 2018; TUTINO *et al.*, 2019; DAVERN *et al.*, 2019; ALTIJI., ALOKDEH, 2019; HAMEED., AI-TAIE., AI-MASHHDANI, 2019; BOUJELBN., KOBBI-FAKH, 2020; ERGUDEN, 2020; NAPIER., STADLER, 2020; VEYSEY, 2020; DAVIS., MATSON; 2021; KOHLER., POCHE, MANH, 2021; KHERSIAT, 2021; COETSEE; MOHAMMADALI-HAJI; A.; VAN WYK, 2022).

Deve-se destacar o estudo de Gallistel *et al.* (2012) que esclareceram que o padrão parece ser uma melhoria marcante em relação a qualquer padrão existente, porém sinalizaram

que poderiam surgir problemas com consistência e comparabilidade entre empresas, setores e países. Além disso, os autores reforçaram que o IFRS 15 poderia provocar oportunismo no gerenciamento de resultados.

Nesse mesmo sentido, Cova (2015), buscou avaliar os possíveis impactos advindos com adoção da norma IFRS 15 pelas companhias abertas brasileiras através de um estudo descritivo e explicativo. Sua principal conclusão apontou no sentido de que os preparativos para aplicação do novo padrão deveriam ser realizados de forma antecipada e com celeridade, haja vista necessidade de mudanças em políticas, procedimentos, controles internos e sistemas devido à complexidade da norma.

Souza, Souza e Dalfior (2015) investigaram, por meio de uma análise exploratória e descritiva, os impactos no reconhecimento, mensuração e divulgação das informações relativas às receitas nas demonstrações financeiras devido à publicação da norma IFRS 15. Os autores concluíram que os principais impactos para as empresas são: (i) aumento da complexidade para reconhecimento das receitas e, conseqüentemente, nas exigências de divulgação; (ii) potencial alteração nos valores de receitas e lucros em relação aos atuais; (iii) investimento em desenvolvimento de controles, sistemas, processos e em capital humano.

Tavares (2016) realizou uma análise das mudanças nos processos e controles internos para reconhecimento da receita nos contratos de construção através de pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando entrevistas com auditores e contadores especializados em contratos de construção. Após análise, verificou-se mudanças no processo de reconhecimento de receita, tais como mudança no número das obrigações de desempenho, utilização de fator limitante para reconhecimento de receita da parcela variável dos contratos e identificação de componentes financeiros.

Campos (2017) analisou o desempenho das organizações de incorporação imobiliária no Brasil, sob a ótica dos usuários da informação contábil, em um cenário de mudanças dos critérios de reconhecimento da receita por meio de análise envoltória de dados e um modelo de retornos de escala. Constatou-se que a alteração de metodologias para o reconhecimento da receita influenciou na análise do desempenho das organizações de incorporação imobiliárias brasileiras, e, que a proposta pela IFRS 15 permite aos gestores maior discricionariedade na evidenciação do resultado econômico das organizações.

Dani *et al.* (2017) verificaram a relação entre a qualidade da informação contábil e a divulgação voluntária e antecipada das informações sobre receitas de contratos de clientes conforme a norma IFRS 15 pelas empresas brasileiras do setor de construção civil listadas na

B3. A amostra da pesquisa é composta por 23 empresas do setor de construção e a análise foi realizada no período de 2013 a 2015 por meio de regressão linear múltipla com dados em painel, utilizando o modelo de *value relevance* proposto por Ohlson (1995).

Os resultados sugerem que a divulgação voluntária e antecipada de informações sobre IFRS 15 auxilia a reduzir o viés de não comparabilidade e possíveis inconsistências, já que na norma anterior, existiam diferentes critérios nos contratos de construção. Ademais, os achados demonstraram que empresas que divulgam informações antecipadas das normas em seus relatórios são mais relevantes para o mercado de capitais e, por isso, tendem a refletir efeitos positivos nos preços das suas ações após publicação dos demonstrativos financeiros.

Khamis (2016) examinou a percepção dos preparadores egípcios e dos auditores sobre a IFRS 15, concentrando no nível de familiaridade, clareza, padrão e facilidade de aplicação em diferentes setores no Egito. Os resultados revelaram que os contabilistas egípcios e os auditores ainda não estavam preparados para adotar e não tinham conhecimentos suficientes sobre o IFRS 15, além de apresentar preocupação pelo aumento da discricionariedade e julgamento profissional no reconhecimento de receitas assim como no seu impacto potencial em diferentes indústrias.

Church (2016) realizou um estudo exploratório e documental com objetivo de analisar os efeitos provocados pelas alterações da norma a fim de proporcionar maior transparência e clareza sobre a sua aplicação. Sendo assim, o estudo forneceu uma visão geral e uma discussão ampla sobre o IFRS 15. Concluiu-se que a norma traz melhorias na comparação das informações contábeis.

Rutledge, Karin e Kim (2016) examinaram quais são os principais efeitos do IFRS 15 e como eles podem impactar os resultados da entidade. Os autores concluíram que esses efeitos podem reduzir a qualidade dos lucros porque esse padrão contábil aumentará os saldos de impostos diferidos, e proporcionará gestores maiores oportunidades de gerenciamento do resultado.

Jong (2017) analisou o efeito combinado relativo à estratégia do reconhecimento de receitas e os arrendamentos sobre os bens imóveis das empresas hoteleiras americanas nos planos futuros das companhias. As evidências da pesquisa esclareceram que apenas 8 empresas consideraram que a nova norma de reconhecimento de receita teria impacto significativo em suas estratégias reais. Porém, o estudo indicou que os resultados relacionados à IFRS 15 eram inconclusivos e sugere novas pesquisas com dados posteriores a 2016.

Mattei e Paoloni (2019), investigaram a correlação direta entre o impacto potencial da IFRS 15 na quantidade e qualidade da informação fornecidos nos relatórios anuais elaborados durante os dois anos anteriores à adoção do novo padrão contábil. A partir da análise de conteúdo, os autores descobriram que as empresas italianas esclareceram antecipadamente os efeitos previsíveis da IFRS 15 nos relatórios e, portanto, tiveram menos impactos na qualidade das informações contábeis do que as empresas espanholas.

Trabelsi (2018) analisou o efeito da adoção antecipada da IFRS 15 na qualidade das informações contábeis a partir da análise do lucro e do patrimônio líquido. Utilizou-se indicadores financeiros, técnicas estatísticas e as informações das demonstrações financeiras das empresas do setor imobiliário listadas no mercado financeiro de Dubai no ano de 2015.

Dessa forma, os resultados revelaram que abordagem de transição mais utilizada pelas empresas foi a retrospectiva modificada e que a adoção antecipada do IFRS 15 teve um efeito positivo e significativo sobre o lucro líquido e tal fato pode ser explicado em função do aumento da receita e/ou redução dos custos. O estudo também concluiu que a adoção voluntária do padrão contábil pode refletir um comportamento oportunista dos gestores.

Tutino *et al.* (2019) pesquisaram o impacto no gerenciamento de resultados decorrente da adoção do IFRS 15 em 23 empresas italianas listadas na bolsa pertencentes aos setores de telecomunicações e de serviços públicos (setor de maior e menor sensibilidade, respectivamente) no período de 2001 a 2017 a partir da análise do modelo de Jones (1991). A pesquisa concluiu que dentre as empresas que possuíram maiores impactos pelas práticas de gerenciamento de resultados, a maioria delas pertence ao setor de telecomunicações. A análise da norma feita pelos autores contribui para o entendimento de quais setores o gerenciamento de resultados exerce mais impacto e de possíveis previsões sobre escolhas que os gestores possam tomar frente a implementação do IFRS 15.

Davern *et al.* (2019) evidenciaram que as alterações no reconhecimento de receitas motivadas pela IFRS 15 afetam o desempenho financeiro e podem impactar as métricas contábeis utilizadas nos *covenants*, assim como, na remuneração de gestores e na definição do valor de bônus. Nesse sentido, verificaram os impactos do IFRS 15 por meio da visão dos elaboradores dos relatórios financeiros, ou seja, 143 pessoas foram pesquisadas, das quais 94,4% se definiram como diretores financeiros, auditores, gerentes financeiros ou contadores.

Nos achados, os autores revelam que 63% dos entrevistados entendem que os impactos do novo padrão contábil são complexos, pois não é uma mudança apenas de política contábil, e sim uma modificação relevante nos negócios e envolve diversas áreas além da contabilidade.

Dias *et al.* (2019) analisaram por meio de estudo documental 5 empresas de telecomunicações listadas na B3 com objetivo de avaliar o impacto do IFRS 15. Verificou-se que todas as empresas esclareceram informações sobre a IFRS 15 e, portanto, concluíram que a empresa que divulgou informações mais completas e, em conformidade com a IFRS 15 foi a TIM Participações S.A, assim como, divulgou os maiores efeitos econômicos e financeiros com a aplicação do novo padrão contábil.

Aquino *et al.* (2019) verificaram a aderência de empresas do segmento de medicina diagnóstica no Brasil à IFRS 15/CPC 47 por meio de um estudo exploratório e descritivo. A partir das evidências, concluíram que as empresas atenderam aos requerimentos regulatórios para reconhecimento, mensuração e registro contábil, porém, não estavam aderentes aos aspectos de uniformização, completude e transparência das informações divulgadas.

Braga (2020) teve como objetivo analisar se a adoção da IFRS 15 influenciou a prática de gerenciamento de resultados por *accruals* específicos de receitas por meio de uma amostra de 1116 empresas de países pertencentes ao acrônimo BRICS, classificadas nos setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e setor automobilístico, abrangendo uma janela temporal de 2016 a 2018. O estudo utilizou o modelo de Caylor (2010) que trata da estimação do *accruals* específicos de gerenciamento de receitas e outros dois modelos para medir o nível de gerenciamento a partir das variáveis de controle e interesse com setores, países e IFRS 15. Os dados foram analisados através de regressão linear múltipla com dados em painel.

Concluiu-se que há gerenciamento de receitas com a adoção do novo padrão de reconhecimento de receitas, porém o impacto é diferente entre setores e países. De acordo com os achados da pesquisa, a China teve o maior impacto, principalmente os setores de engenharias, construção e imóveis e o Brasil não teve efeitos significativos.

Ribeiro, Barcelos e Costa (2020) pesquisaram os impactos econômicos e o nível de evidenciação decorrentes da adoção do CPC 47 nas empresas brasileiras de capital aberto. O estudo esclareceu por meio de análise estatística com testes de diferença de médias não paramétrico que os setores mais impactados respectivamente foram os de Comunicação, TI, Utilidade Pública, Petróleo e Gás, Saúde, Bens Industriais, Consumo Cíclico e Consumo não Cíclico, totalizando 34 empresas impactadas.

Napier e Stadler (2020) definiram uma estrutura para analisar os diversos efeitos da adoção do novo padrão contábil IFRS 15, no qual eles descrevem por meio de métricas que abordam os efeitos contábeis, efeitos na informação, no mercado de capitais e efeitos reais

(associados a custos e fluxo de caixa) na aplicação do IFRS 15 nas maiores firmas europeias por meio de uma revisão nos relatórios anuais corporativos, cartas de comentários e entrevistas.

Nesse sentido, no processo de análise, a partir dessa estrutura e por meio de um quadro de referência, verificam-se diferentes tipos de efeito que uma nova norma contábil pode induzir, inclusive impactos adicionais. A partir da análise dos relatórios do ano de 2018 foram selecionadas um total de 48 empresas da *Stoxx Europe 50* de 14 setores diferentes. O estudo concluiu que o impacto contábil de reconhecimento e mensuração da receita, com exceção de poucos setores, especialmente o de telecomunicações, foi pequeno.

Souza, Gonçalves e Silva (2022) verificaram os efeitos do novo padrão contábil de receitas na qualidade dos *accruals* e no nível de gerenciamento de resultados nas empresas brasileiras listadas na B3. A amostra é composta por 305 companhias brasileiras no período 2011 a 2021. Para avaliar a qualidade dos *accruals* aplicou-se o modelo proposto por Dechow e Dichev (2002) e para verificar o nível de gerenciamento de resultados, utilizou-se o modelo de Pae (2005). Em ambos os modelos, a estimativa foi realizada por meio de regressão quantílica.

Logo, os resultados indicaram que após adoção da norma, ocorreu redução na qualidade dos *accruals*, de empresas do setor de tecnologia, bem como aumento no gerenciamento de resultados de modo geral, em especial no setor de produtos industrializados. Além disso, o estudo constatou que o IFRS 15 não trouxe melhorias na qualidade dos lucros em empresas brasileiras abertas.

Dias *et al.* (2023) analisaram os efeitos da adoção do CPC 47 pelo nível do gerenciamento de resultados de 207 empresas listadas no mercado brasileiro de capitais no período de 2012 a 2021 por meio de análise de regressão linear múltipla com dados em painel utilizando os modelos propostos por Dechow *et al.*, (2012) e Kothari, Leone e Wasley (2005). Os resultados não confirmaram a hipótese de que a adoção do CPC 47 afetou o nível de gerenciamento de resultados das empresas analisadas no período.

Além de todas essas discussões sobre os efeitos do padrão contábil de reconhecimento de receitas, outros estudos abordaram a análise dos efeitos de discricionariedade utilizando os *accruals* específicos Caylor, (2010); Stubben, (2010); Giedt, (2018). Portanto, tais estudos são relevantes nesse processo de análise dos efeitos do novo padrão de reconhecimento de receitas, pois desenvolveram novas modelagens para estimar variações em contas específicas e avaliar a prática de gerenciamento de receitas como *proxy* da qualidade da informação contábil.

A partir da análise dos estudos já realizados nessa temática, observou-se que o novo padrão contábil traz uma nova discussão sobre os efeitos na qualidade da informação, principalmente, pelo possível aumento da discricionariedade e julgamento profissional no reconhecimento de receitas e no seu impacto potencial em diferentes setores.

Os estudos revelaram um consenso no sentido de que o novo padrão pode melhorar a comparabilidade e, conseqüentemente, refletir maior relevância. Entretanto, pode ser um meio para comportamentos oportunistas dos gestores com objetivo de alterar o resultado das empresas, dado que dependendo a interpretação do profissional, o reconhecimento da receita pode ser realizado num momento específico ou ao longo do prazo contratual.

2.4 DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES DA PESQUISA

As hipóteses de pesquisa estão estruturadas na possibilidade do novo padrão de reconhecimento de receitas CPC 47 (IFRS 15) afetar a qualidade da informação contábil sob a ótica do gerenciamento de receitas e a persistência dos lucros, conforme o debate empírico proposto nos estudos já realizados. Assim, definiu-se as seguintes hipóteses da pesquisa:

H₁: a adoção do CPC 47 (IFRS 15) aumentou o nível de gerenciamento de receitas e, portanto, afetou negativamente a qualidade da informação contábil nas empresas brasileiras de capital aberto.

Portanto, a primeira hipótese desta pesquisa está estruturada conforme as discussões trazidas nos estudos relacionados aos possíveis efeitos da discricionariedade do novo padrão contábil de reconhecimento de receitas no gerenciamento de receitas (CAYLOR, 2010; STUBBEN, 2010; DALKILIC, 2014; RUTLEDGE; KARIN; KIM, 2016; GIEDT, 2018; BRAGA, 2020) e reforçada com o estudo de Souza, Gonçalves e Silva (2022) que encontraram redução na qualidade dos lucros e aumento do nível de gerenciamento de resultados com adoção do IFRS 15 pelas empresas brasileiras de capital aberto.

Com objetivo de enriquecer a análise do estudo, definiu-se a segunda hipótese dessa pesquisa seguindo o esclarecimento do órgão normatizador IASB informando que os setores com mais impactos seriam telecomunicações, tecnologia da informação, engenharias e construção, automobilístico e imóveis (IASB, 2014).

H₂: os efeitos da adoção do CPC47 (IFRS 15) sobre o gerenciamento de receitas nos setores de telecomunicações, tecnologia da informação, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico são maiores do que os demais setores classificados na B3.

Na literatura, alguns estudos já discutiram e avaliaram a relação da persistência dos lucros com adoção das IFRS (SILVA *et al.*, 2017; KAJIMOTO; NAKAO, 2018) e outros que apresentaram outras métricas da qualidade da informação contábil associados com a persistência dos lucros (KOLOZSVARI; MACEDO, 2018; REIS; BRUNOZI; LIMA, 2018; MARÇAL; MACEDO, 2019; KAJIMOTO, NAKAO, MORAES, 2019; TEODÓSIO *et al.* 2019; LI, 2019; JEONG; CHOI, 2019; PRATA; FLACH, 2021; SOUSA; MEURER; RIBEIRO; FELTES, 2022).

Huefner (2016) esclarece que há diversos casos de fraude com o reconhecimento de receitas, em que as companhias registram as receitas antecipadamente com objetivo de elevar os seus lucros. Sendo assim, partindo da premissa que a adoção do padrão CPC 47 (IFRS 15) aumentou o nível de gerenciamento de receitas, sugere-se que tal condição pode provocar efeitos negativos na qualidade dos lucros (HUEFNER, 2016; RUTLEDGE; KAREN; KIM, 2016). Diante disso, surge o interesse de investigar a terceira hipótese desta pesquisa.

H₃: a adoção do CPC 47 (IFRS 15) diminui a persistência dos lucros, e, portanto, afeta negativamente a qualidade da informação contábil nas empresas brasileiras de capital.

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Gil (2010. p.42), a pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Nesse sentido, pode-se classificar essa pesquisa como descritiva em relação aos objetivos, já que se pretende esclarecer a formação do fenômeno de gerenciamento de receitas a partir da análise dos *accruals* discricionários específicos, ou seja, as receitas discricionárias. Além disso, buscou-se analisar o impacto na adoção do CPC47 (IFRS 15) e das receitas discricionárias na persistência dos lucros a partir das empresas de capital aberto brasileiras.

Em relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, uma vez que, foram utilizados dados coletados a partir de uma base já existente com objetivo de obter as variáveis que devem ser aplicadas aos modelos para sustentar a análise das hipóteses.

De acordo com Raupp e Beuren (2006.p.90), “na contabilidade, utiliza-se com certa frequência a pesquisa documental, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia, como aspectos relacionados à situação patrimonial, econômica e financeira”.

Seguindo o entendimento de Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa será quantitativa, haja vista que houve coleta de dados e, posteriormente, tratamento e análise desses dados com a finalidade de inferir conclusões. Por meio da abordagem quantitativa, o problema é mais bem estruturado ao entender quais fatores ou variáveis influenciam um resultado (CRESWELL, 2007). Assim, trata-se, principalmente, de um estudo empírico-analítico com abordagem quantitativa.

3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA, COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A população da pesquisa é composta por todas as empresas não-financeiras de capital aberto listadas na B3 no lapso temporal de 2016 a 2020. Os dados foram coletados a partir da base do Economática®, em períodos anuais de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Após análise inicial, verificou-se que a base de dados Economática® não apresentava dados de receita bruta e adiantamento de clientes ou receita diferida de curto prazo.

No entanto, esses dados são necessários para aplicação do modelo teórico desta pesquisa e, por isso, eles foram coletados manualmente das demonstrações financeiras padronizadas (DFP) em julho de 2022, por meio do *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador das companhias abertas.

A partir da análise dos relatórios contábeis consolidados e notas explicativas das DFP, verificou-se que as receitas diferidas ou adiantamentos de clientes estão evidenciados no passivo circulante e subgrupo “outras obrigações”. Algumas empresas reportam essa informação como receita diferida, adiantamento de clientes ou na classificação contábil “outras”. Sendo assim, no caso de relatórios com termos “outras”, a coleta ocorreu por meio das notas explicativas a fim de coletar apenas o valor de adiantamentos ou receita diferidas.

Durante a coleta e análise dos dados, levou-se em consideração que o padrão contábil de reconhecimento de receitas foi emitido pelo IASB em 2014, porém a sua adoção obrigatória passou a vigorar só a partir de janeiro de 2018. Sendo assim, nessa etapa do processo, foram considerados os dois anos anteriores 2016 e 2017 como possibilidade de adoção voluntária do CPC47 (IFRS15) pelas empresas, o ano de adoção obrigatória a partir de 2018 e dois anos posteriores 2019 e 2020.

Após leitura e análise detalhada das notas explicativas, não foi identificada a prática de adoção voluntária ou antecipada pelas empresas deste estudo e sim esclarecimentos sobre possíveis impactos ou efeitos da adoção do novo padrão em consonância com pesquisas sobre a relevância da divulgação antecipada em relação aos impactos do novo padrão de reconhecimento de receitas¹.

O modelo econométrico utilizado possui variáveis defasadas (períodos anteriores) e futuras (períodos posteriores) do lapso temporal, de forma que, foram utilizadas informações dos anos de 2015 e 2021, com objetivo de realizar o estudo nos anos de 2016 2017, 2018, 2019 e 2020. A população é representada por 408 empresas, ou seja, todas as companhias listadas na B3 com data base 31 de julho de 2022.

1 Dani *et al.* (2017) esclareceu que a adoção antecipada de informações sobre receitas de contratos de construção apresenta relevância para o mercado de capitais, impactando no preço das ações após a publicação dos relatórios financeiros e que o nível de adoção antecipada geral da IFRS 15 foi de 62%, considerado positivo e satisfatório devido ao fato de 57% das empresas do setor de construção civil divulgarem informações já nos três períodos analisados, ou seja, 2013 a 2015. Esse resultado sobre a relação positiva e significativa de *value relevance* e IFRS 15 estão aderentes aos estudos realizados por Trabelsi (2018) e Braga, Nascimento e Santos (2022).

Quadro 5: Amostra da pesquisa

POPULAÇÃO E AMOSTRA FINAL DA B3	
Momento / Exclusão	Nº de empresas
População (todas as empresas listadas na B3)	408
Exclusão de empresas financeiras	- 63
Exclusão de empresas com dados inexistentes ou não observáveis no período	-233
Amostra Final	112

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme descrito no quadro 5, após análise da população, foram excluídas 63 empresas do setor financeiro e desconsideradas 233 empresas que não apresentaram dados completos para execução deste estudo, já que na pesquisa foi escolhido utilizar um painel totalmente balanceado. Portanto, a amostra final desta pesquisa é composta por 112 empresas. Ressalte-se que especificamente para operacionalização dos modelos de persistência, excluiu-se da amostra empresas que apresentaram prejuízos no período da análise e, por isso, a amostra final para análise da persistência foi 91 empresas. Sendo assim, o quadro 6 apresenta o quantitativo de empresas e seus respectivos setores e subsetores.

Ressalte-se que nesta pesquisa utilizou-se como critério de análise os subsetores por ser mais detalhado. Além disso, no quadro 6, pode-se constatar que 27 empresas estão classificadas em setores mais impactados com efeitos do CPC 47 conforme literatura acadêmica.

Quadro 6: Amostra final por setor

AMOSTRA FINAL E SETOR		
Setores/Total Empresas	SubSetores	Nº de empresas
Bens industriais/27	Comércio	2
	Construção e engenharia	1
	Máquinas e equipamentos	8
	Material de transporte	5
	Serviços diversos	1
	Transporte	10
Comunicações/4	Telecomunicações	4
Consumo cíclico/39	Automóveis e motocicletas	2
	Comércio	6
	Construção civil	18
	Diversos	4
	Hotéis e restaurantes	1
	Tecidos vestuário e calçados	3
	Utilidades domésticas	2
	Viagens e lazer	3
Consumo não cíclico/10	Agropecuária	3
	Alimentos processados	6
	Comércio e distribuição	1
Materiais básicos/13	Embalagens	1
	Madeira e papel	5
	Materiais diversos	1
	Químicos	2
	Siderurgia e metalurgia	4

Petróleo gás e biocombustíveis/3	Petróleo gás e biocombustíveis	3
Saúde/3	Equipamentos	1
	Medicamentos	1
	Serviços médico-hospitalares	1
Tecnologia da informação/2	Computadores e equipamentos	1
	Programas e serviços	1
Utilidade pública/11	Água e saneamento	1
	Energia elétrica	10
Total		112

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada por métodos estatísticos multivariados a partir de regressão com dados em painel a um nível de confiança de 95% e significância de 5%. Além disso, foi aplicado painel curto (número de indivíduos maior do que o de períodos analisados) e balanceado (o mesmo número de observações ao longo do período) com objetivo de analisar o acompanhamento cronológico do efeito do novo padrão contábil com todos os dados das empresas presentes na amostra.

Segundo Gujarati e Porter (2011), com dados em painel é possível examinar o comportamento de cada empresa ao longo do tempo, ou seja, uma dimensão de espaço e tempo, além de garantir uma maior quantidade de dados informativos, maior variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, maior eficiência nas estimações e um controle mais amplo sobre a heterogeneidade.

Quanto ao tratamento dos dados, as informações foram calculadas por meio de planilhas eletrônicas do Microsoft Excel e pelos testes estatísticos com o apoio do *software Time-series Library* - GRETL[®]. Após execução das regressões dos modelos, foi verificado se todos os pressupostos de normalidade e as condições de homocedasticidade foram atendidos por meio dos testes Jarque-Bera e Bresuch-Pagan, respectivamente, seguindo os ensinamentos de Corrar, Paulo e Dias Filho (2007).

Contudo, vale ressaltar que de acordo com Gujarati e Porter (2011), a não normalidade dos resíduos não é considerada um problema, tendo em vista o tamanho da amostra e o relaxamento desse pressuposto com base no Teorema do Limite Central. Ademais, Gujarati e Porter (2011) também esclarecem que se ocorrer heterocedasticidade, há o tratamento com correção robusta de White.

Adicionalmente, foi avaliado o grau de colinearidade, ou seja, a multicolinearidade das variáveis pelo teste de Fator de Inflação da Variância (VIF). Todas as variáveis independentes devem apresentar valores inferiores a 10, parâmetro utilizado por Gujarati e Porter (2011), o que significa que elas possuem baixa correlação.

Na análise dos dados, foi verificada a possível existência de autocorrelação entre os resíduos da regressão. Conforme esclarecido por Gujarati e Porter (2011) esse pressuposto é de que o termo de erro de uma observação não sofra interferência pelo termo de erro de outra observação. Sendo assim, quando identificado problemas de autocorrelação nos resíduos, foi aplicada a correção robusta para resolver as inconsistências. O teste de Wooldridge é uma ferramenta adequada para a verificação da existência do problema de autocorrelação entre os resíduos, de acordo com Drukker (2003).

Em relação aos dados da amostra utilizada, para evitar problemas com a presença de *outliers*, as variáveis foram “winsorizadas” a 1%, desta forma, os valores não-ausentes de uma variável, geraram uma nova variável idêntica, exceto que os valores maiores e menores foram substituídos pelo valor seguinte, contando para dentro dos extremos.

3.3 MODELO E VARIÁVEIS

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foram utilizados modelos econométricos de *accruals* discricionários agregados e específicos (gerenciamento de receitas) além do modelo da persistência dos lucros. Inicialmente, o estudo pretendia mensurar o gerenciamento de receita a partir do modelo proposto por Giedt (2018) que estende a análise realizada pelos modelos de Caylor (2010) e Stubben (2010), pois inclui a variação normal da receita diferida de longo prazo.

O modelo proposto por Giedt (2018) assume que todas as receitas diferidas de longo prazo são revertidas em dois anos posteriores, ou seja, trata-se de um modelo que estima com maior poder de explicação se comprado aos demais modelos de gerenciamento de receitas. Entretanto, McNichols e Stubben (2018) sinalizam possíveis problemas na aplicação nos modelos de gerenciamento de receitas, principalmente em relação à coleta de dados, haja vista que a receita diferida pode ser material para alguns setores específicos e não tão relevante e difundida em outros se comparado com a variável das contas a receber.

Além disso, os autores reforçam no estudo sobre a necessidade de avaliar qual modelo de gerenciamento de receitas é o mais apropriado para estimar e capturar o efeito proposto no estudo. Portanto, a partir desse entendimento, o modelo de Giedt (2018) não foi utilizado nesta pesquisa porque durante a coleta da receita diferida nas demonstrações financeiras padronizadas

foi constatado que a maior parte das empresas brasileiras não apresenta receita diferida de longo prazo.

Nesse estudo, utilizou-se o modelo de Caylor (2010) que, diferentemente do modelo proposto por Giedt (2018), estima variável receita diferida ou adiantamento de cliente de curto prazo. É importante destacar que, durante o processo de coleta de dados, observou-se que grande parte da amostra excluída foi justamente pela ausência da variável de receita diferida indo ao encontro dos esclarecimentos de McNichols e Stubben (2018) em relação a possível ausência desta variável nas empresas por particularidades identificadas em cada setor.

Além da receita diferida ou adiantamento de cliente, o modelo de Caylor (2010) requer a utilização das variáveis de contas a receber de curto prazo, receita bruta e fluxo de caixa operacional. As variáveis do modelo de Caylor (2010), contas a receber bruta e fluxo de caixa operacional foram extraídas da base do Economática[®], enquanto a receita bruta e receita diferida de curto prazo foram coletadas, de forma manual, a partir das demonstrações financeiras padronizadas (DFP) já que essas informações não estavam disponíveis na base do economática.

As variáveis dos modelos de *accruals* específicos de receitas desenvolvido por Stubben (2010) e *accruals* totais agregados por Dechow *et al.* (2012) foram extraídos na sua totalidade pela base de dados Economática[®].

No modelo de persistência dos lucros utilizou a variável de lucro líquido seguindo a definição do modelo básico de persistência disposto por Dechow, Ge e Schrand (2010) extraídas diretamente da base de dados Economática[®].

3.3.1 Modelo e Variáveis de Gerenciamento

As hipóteses 1 e 2 definidas nesta pesquisa, foram testadas a partir do modelo formulado por Caylor (2010) que estima as receitas discricionárias por meio de *accruals* específicos. As contas a receber e as receitas diferidas são os *accruals* específicos de receitas que foram estimados por esse modelo e que são utilizados como *proxy* de gerenciamento de receitas. Portanto, o modelo de Caylor (2010) analisa a variação normal dos saldos das receitas diferidas de curto prazo e das contas a receber anuais com o objetivo de verificar se as empresas gerenciam suas receitas.

Um ponto relevante do modelo de Caylor (2010) é que as variáveis das contas a receber e receitas diferidas são estimadas de forma individual e separadas a fim de minimizar os erros

na mensuração. O modelo apresenta duas equações distintas para estimar os resíduos (receitas discricionárias) conforme indicado nas equações (2) e (3) e detalhado no referencial teórico.

Após escolha dos modelos, realizou-se a coleta das variáveis das contas a receber de curto prazo, fluxo de caixa operacional e ativo total a partir da base de dados do Economática® e, manualmente, as receitas bruta e diferida ou adiantamento de cliente de curto prazo nas DFP's.

Em seguida, as variáveis foram calculadas por meio de planilhas eletrônicas do Microsoft Excel conforme cálculo manual da variação anual e, posteriormente, dimensionadas pelo ativo total do ano anterior conforme proposto pelo modelo de Caylor (2010). Por fim, após coletar todas as variáveis foi possível estimar as receitas discricionárias (resíduos da regressão), tratados em módulo, ou seja, em valores absolutos já que este estudo buscou mensurar a magnitude ou nível de gerenciamento. No quadro 7 é apresentada uma síntese do modelo representados pelas equações (1) e (2) e variáveis do modelo proposto por Caylor (2010).

Quadro 7: Síntese dos modelos e variáveis de Caylor (2010)

Variável Dependente		
Variáveis	Operacionalização	Sinal Esperado
Variação anual das contas a receber (ΔCR_{it})	$\Delta CR_{it} = (CR_{it} - CR_{it-1})$	
Variação anual das receitas diferidas de curto prazo (ΔRDC_{it})	$\Delta RDC_{it} = (RDC_{it} - RDC_{it-1})$	
Variável Independente		
Inverso dos ativos totais ($1/AT_{it}$)	$1/AT_{it} = 1/\text{Ativo Total}$	?
Ativo total do ano anterior (AT_{it-1})	AT_{it-1}	
Variação nas receitas brutas durante o ano t (ΔREC_{it})	$\Delta REC_{it} = (REC_{it} - REC_{it-1})$	+
Variação nas receitas brutas no ano seguinte t+1 (ΔREC_{it+1})	$\Delta REC_{it+1} = (REC_{it+1} - REC_{it})$	+
Variação no fluxo de caixa das operações durante o ano t (ΔFCO_{it})	$\Delta FCO_{it} = (FCO_{it} - FCO_{it-1})$	+
Variação nas receitas brutas no ano seguinte t+1 (ΔFCO_{it+1})	$\Delta FCO_{it+1} = (FCO_{it+1} - FCO_{it})$	+

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Caylor (2010).

Nota: Eq. 1 $\Delta CR_{it}/A_{t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 1/A_{t-1} + \beta_1 \Delta REC_{it}/A_{t-1} + \beta_2 \Delta FCO_{it+1}/A_{t-1} + \varepsilon_{it}$; Eq. 2 $\Delta RDC_{it}/A_{t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 1/A_{t-1} + \beta_1 \Delta REC_{it+1}/A_{t-1} + \beta_2 \Delta FCO_{it}/A_{t-1} + \varepsilon_{it}$.

Com objetivo de aprofundar e complementar os resultados e tornar o estudo mais robusto em relação a análise das práticas de gerenciamento de receitas após adoção do CPC47 (IFRS15), utilizou-se o modelo de Stubben (2010), que trata da relação entre a variação normal das contas a receber anual com a variação normal das receitas líquidas nos três primeiros trimestres e a variação normal do quarto trimestre em períodos anuais representado pela equação (4) no referencial teórico utilizado também por Piosik (2021). No quadro 8 é apresentado uma síntese do modelo representado pela equação (3) e as variáveis do modelo proposto por Stubben (2010).

Quadro 8: Síntese dos modelos e variáveis de Stubben (2010)

Variável Dependente		
Variáveis	Operacionalização	Sinal Esperado
Variação anual das contas a receber (ΔCR_{it})	$\Delta CR_{it} = (CR_{it} - CR_{it-1})$	
Variável Independente		
Ativo total do ano anterior (AT_{it-1})	AT_{it-1}	
Variação anual das receitas líquidas dos três primeiros trimestres ($\Delta R1_3_{it}$)	$\Delta R1_3_{it} = (R1_3_{it} - R1_3_{it-1})$	+
Variação anual das receitas líquidas do quarto trimestre ($\Delta R4_{it}$)	$\Delta R4_{it} = (R4_{it} - R4_{it-1})$	+

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Stubben (2010).

Nota: Eq. 3 $\Delta CR_{it}/A_{t-1} = \alpha_0 + \beta_1 \Delta R1_3_{it}/A_{t-1} + \beta_2 \Delta R4_{it}/A_{t-1} + \varepsilon_{it}$

Com objetivo de realizar uma análise mais comparativa e agregar maior grau de robustez no estudo, também foi aplicado o modelo de gerenciamento por *accruals* agregados desenvolvido por Dechow *et al.* (2012), utilizado também por Martins *et al.* (2016), Boina e Macedo (2018) e Marçal (2021). O modelo teórico de Dechow *et al.* (2012) está detalhado no referencial teórico na equação (1).

Vale destacar que para estimar os *accruals* discricionários agregados totais utilizou-se a abordagem do fluxo de caixa (HRIBAR; COLLINS, 2002), pois diminui a possibilidade de ocorrer erros na mensuração e comum nas análises pelas contas do balanço seguindo Boina e Macedo (2018) e Marçal (2021) conforme descrita na equação (10). No quadro 9 é apresentado

uma síntese com o modelo representado pela equação (4) e as variáveis do modelo proposto por Dechow *et al.* (2012).

$$ACC_{i,t} = LL_{i,t} - FCO_{i,t} \quad (10)$$

Onde:

$ACC_{i,t}$ = *accruals* totais da empresa *i* no tempo *t*;

$LL_{i,t}$ = Lucro ou prejuízo do exercício da empresa *i* no período *t*;

$FCO_{i,t}$ = fluxo de caixa operacional da empresa *i* no tempo *t*.

Quadro 9: Síntese dos modelos e variáveis de Dechow *et al.* (2012)

Variável Dependente		
Variáveis	Operacionalização	Sinal Esperado
<i>Accruals</i> totais do período <i>t</i> (ACC_{it})	$ACC_{it} = LL_{it} - FCO_{it}$	
Variável Independente		
Ativo total do ano anterior (AT_{it-1})	AT_{it-1}	
Ativo total de dois anos anteriores (AT_{it-2})	AT_{it-2}	
Variação anual das receitas líquidas (ΔREC_{it})	$\Delta REC_{it} = (REC_{it} - REC_{it-1})$	+
Variação anual das contas a receber (ΔCR_{it})	$\Delta CR_{it} = (CR_{it} - CR_{it-1})$	+
Saldo do ativo imobilizado ($IMOB_{it}$)	$IMOB_{it}$	+
<i>Accruals</i> totais do período <i>t-1</i> (ACC_{it-1})	$ACC_{it-1} = LL_{it-1} - FCO_{it-1}$	+

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Dechow *et al.* (2012).

Nota: Eq. 4 $ACC_{it}/A_{t-1} = \alpha_0 + \beta_1 1/A_{it-1} + \beta_2 \Delta REC_{it} - \Delta CR_{it}/A_{it-1} + \beta_3 IMOB_{it}/A_{it-1} + \beta_4 ACC_{it}/A_{it-2} + \varepsilon_{it}$

3.3.2 Modelo e Variáveis de Persistência dos Lucros

A persistência dos lucros significa que os lucros atuais estão associados aos lucros futuros. Conforme apresentado por Dechow, Ge e Schrand (2010), o modelo básico para mensurar a persistência dos lucros está representado pela equação (9) no referencial teórico.

De acordo com Dechow, Ge e Schrand (2010), qualquer medida de lucro pode ser utilizada na análise de persistência, como por exemplo: lucro líquido, lucro operacional, *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT), porém a variável adotada para análise desta pesquisa foi o lucro líquido, seguindo a mesma escolha realizada por Dechow, Ge e Schrand (2010).

Esse modelo básico de persistência serve como ponto de partida para analisar o efeito do CPC47 (IFRS 15) no lucro líquido. No quadro 10 é apresentado uma síntese com o modelo básico representado pela equação (5) e as variáveis do modelo proposto por Dechow, Ge e Schrand (2010).

Quadro 10: Síntese dos modelos e variáveis de Dechow, Ge e Schrand (2010)

Variável Dependente		
Variáveis	Operacionalização	Sinal Esperado
Lucro líquido no período t+1 (LL_{it+1})	LL_{it+1}	
Variável Independente		
Lucro líquido no período t (LL_{it})	LL_{it}	+

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Dechow; Ge e Schrand (2010).

Nota: Eq. 5 $LL_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \varepsilon_{it}$

A partir dos resíduos dos modelos teóricos de gerenciamento por *accruals* discricionários específicos de receitas, *accruals* discricionários agregados e de persistência dos lucros formulou-se os modelos econométricos para testar as hipóteses desta pesquisa.

3.4 MODELOS DA PESQUISA

3.4.1 Variáveis e Modelos Finais de Gerenciamento

Os modelos de pesquisa sobre gerenciamento de receitas estão representados separadamente conforme variável dependente de cada modelo pelas equações (1a) e (1b). Esses modelos buscam testar a primeira hipótese elaborada nesse estudo. Utilizou-se a variável

dependente receitas discricionárias anRD que são os resíduos anormais da regressão estimados pelo modelo básico de Caylor (2010) representados pelas equações (2) e (3) no referencial. Os modelos (1a) e (1b) utilizaram variáveis independentes de interesse e controle com objetivo de analisar a relação dessas variáveis com as receitas discricionárias ou gerenciamento de receitas após adoção do novo padrão.

A variável de interesse trata-se de uma *dummy*, que busca verificar o efeito da adoção do CPC 47 (IFRS 15) nas receitas discricionárias anRD. É importante ratificar que, a variável anRD foi tratada no modelo da pesquisa em valores absolutos, pois o interesse da pesquisa reside em avaliar a prática de gerenciamento em níveis de intensidade e magnitude.

Assim, espera-se uma relação significativa, ou seja, que a variável de interesse *dummy* CPC47 apresente significância estatística. A expectativa é que o coeficiente β_1 apresente sinal positivo e significativo nos modelos de pesquisa representados pelas equações (1a) e (1b) confirmando a hipótese 1 desta pesquisa.

$$\text{anRD}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{CPC47}_{it} + \beta_2 \text{ROA}_{it} + \beta_3 \text{END}_{it} + \beta_4 \text{TAM}_{it} + \beta_5 \text{COVID19}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1a)$$

$$\text{anRD}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{CPC47}_{it} + \beta_2 \text{ROA}_{it} + \beta_3 \text{END}_{it} + \beta_4 \text{TAM}_{it} + \beta_5 \text{COVID19}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1b)$$

Onde:

anRD_{it} = é receita discricionária, representada por um dos resíduos estimados pelo modelo de Caylor (2010), ou seja, equação (1a) variações dos saldos anuais anormais no contas a receber bruta (anΔGrossA/R_{it}) e (1b) as variações dos saldos anuais anormais da receita diferida de curto prazo (anΔDefREV_{it});

CPC47_{it} = é a variável *dummy* 1 para períodos posteriores ao CPC 47 e 0 para anteriores;

ROA_{it} = é o retorno sobre os ativos totais da empresa i no período t;

END_{it} = é o nível de endividamento da empresa i no período t;

TAM_{it} = é o tamanho da empresa, da empresa i no período t;

COVID19_{it} é a variável *dummy* representando “1” para presença de COVID-19, e “0” caso contrário; β_0 = é termo constante da regressão; $\beta_{1,2,3, n}$ = são os coeficientes angulares da regressão; ε_{it} = são os resíduos da regressão.

Conforme discussão no referencial teórico, os setores de telecomunicações, tecnologia da informação, construção civil, engenharias e imóveis, e automobilístico podem ter sido mais impactados com os efeitos do CPC 47 (IFRS 15). Nesse sentido, a partir da hipótese 2, constituiu-se um novo modelo no qual foram adicionadas variáveis de interesse tipo *dummy* para setor e outra com setor associada a variável CPC 47 a fim de analisar se o efeito da adoção

do novo padrão contábil de reconhecimento de receitas é mais significativo nesses setores específicos do que nos demais setores econômicos da B3.

Na hipótese 2, espera-se que o padrão CPC 47 (IFRS 15) apresente um impacto maior em setores específicos e, portanto, foi definido através dos modelos representados pelas equações (2a) e (2b), uma variável de interesse multiplicativa entre as variáveis CPC47*SETOR e que essa variável tenha uma relação com significância estatística, ou seja, o coeficiente β_3 apresente sinal positivo e significativo.

$$anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2a)$$

$$anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2b)$$

Onde:

$anRD$ = é receita discricionária, representada por um dos resíduos estimados pelo modelo de Caylor (2010), ou seja, (2a) variações anuais anormais no contas a receber bruta ($an\Delta C/R_{it}$) e (2b) as variações anuais anormais da receita diferida de curto prazo ($an\Delta DefREV_{it}$) a empresa i no período t ;

$CPC47_{it}$ = é a variável *dummy* 1 para períodos posteriores ao CPC 47 e 0 para anteriores;

$SETOR_{it}$ = é a variável *dummy* sobre setores mais impactados da empresa i no período t ;

ROA_{it} = é o retorno sobre os ativos totais da empresa i no período t ;

END_{it} = é o nível de endividamento da empresa i no período t ;

TAM_{it} = é o tamanho da empresa, da empresa i no período t ;

$COVID19_{it}$ é a variável *dummy* representando “1” para presença de COVID-19, e “0” caso contrário; β_0 = é termo constante da regressão; $\beta_{1,2,3, n}$ = são os coeficientes angulares da regressão; ε_{it} = são os resíduos da regressão.

Além da variável dependente $anRD$ (receitas discricionárias) e das *dummies* CPC47 e SETOR, este estudo inseriu nas equações (1a), (1b) e (2a), (2b) as variáveis de controle: desempenho (ROA) retorno sobre o ativo, endividamento (END), tamanho (TAM) e período da pandemia do coronavírus (COVID19).

As hipóteses 1 e 2 também foram avaliadas por meios de testes complementares utilizando os resíduos dos modelos teóricos de gerenciamento por *accruals* específicos de receitas proposto por Stubben (2010) e por gerenciamento de resultados por *accruals* totais por Dechow *et al.* (2012) representados conforme indicados nas equações (1c) e (1d) e (2c) e (2d). É importante ratificar que, as variáveis GRES e GRES foram tratadas no modelo da pesquisa em valores absolutos, pois o interesse da pesquisa reside em avaliar a prática de gerenciamento em níveis de intensidade e magnitude.

$$GREC_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 COVID19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1c)$$

$$GRES_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 COVID19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1d)$$

$$GREC_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2c)$$

$$GRES_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2d)$$

Onde:

GREC = representa os resíduos estimados pelo modelo de Stubben (2010)

GRES = representa os resíduos estimados pelo modelo de Dechow *et al.* (2012)

CPC47_{it} = é a variável *dummy* 1 para períodos posteriores ao CPC 47 e 0 para anteriores;

ROA_{it} = é o retorno sobre os ativos totais da empresa i no período t;

END_{it} = é o nível de endividamento da empresa i no período t;

TAM_{it} = é o tamanho da empresa, da empresa i no período t;

COVID19_{it} é a variável *dummy* representando “1” para presença de COVID-19, e “0” caso contrário; β_0 = é termo constante da regressão; $\beta_{1,2,3, n}$ = são os coeficientes angulares da regressão; ε_{it} = são os resíduos da regressão.

A seguir são apresentadas algumas justificativas para inclusão das variáveis nos modelos desta pesquisa. Na primeira hipótese, a variável de interesse *dummy* justifica-se porque buscou-se analisar o efeito da adoção do CPC 47 nos *accruals* discricionários de receita (receitas discricionárias). Enquanto a motivação para utilizar as variáveis de controle está relacionada com estudos já realizados nesta temática que identificam relação com a prática de gerenciamento e o novo padrão contábil de reconhecimento de receitas (CAYLOR, 2010; PRAKASH; SINHA, 2013; RAD *et al.*, 2016; GIEDT, 2018; TUTINO *et al.*, 2019; BRAGA, 2020; MORAWSKSA, 2021; SOUZA; GONÇALVES; SILVA, 2022; DIAS *et al.*, 2023).

De acordo com Kothari, Leone e Wasley (2005), a variável de desempenho, representada por (ROA) retorno sobre os ativos, quando relacionada ao cálculo dos *accruals* discricionários, reflete maior confiabilidade e poder preditivo do gerenciamento de resultados. Dessa forma, seguindo o cálculo de Kothari *et al.* (2005), foi utilizado o ROA como *proxy* de performance mensurando o lucro líquido em relação ao ativo total. Outros estudos com essa temática utilizaram essa métrica como Joia e Nakao (2014); Baldissera *et al.* (2018); Braga (2020); Morawska (2021); Souza, Gonçalves e Silva (2022); Dias *et al.* (2023).

O Endividamento trata-se de uma variável utilizada em diversas pesquisas nacionais e internacionais como variável de controle para gerenciamento de resultados (LEE; ROSETT,

2005; JOIA; NAKAO, 2014; BALDISSERA *et al.*; 2018). Os estudos demonstraram que a variabilidade dos *accruals* está relacionada ao endividamento. Watts e Zimmerman (1990) esclarecem que quanto maior a dependência do capital de terceiros, no caso, dívidas totais representadas no passivo circulante e não circulante, mais a gestão utiliza-se da contabilidade para aumentar o resultado.

O estudo de Defond e Jiambalvo (1994) confirmou que um elevado nível de dívida pode refletir no aumento de gerenciamento de resultados a fim de melhorar o resultado e, dessa forma, evitar perdas ou falências. Conforme Joia e Nakao (2014); Baldissera *et al.* (2018); Braga (2020), Morawska (2021), Souza, Gonçalves e Silva (2022) e Dias *et al.* (2023) a variável endividamento foi calculada considerando o total do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total.

Outra variável utilizada na pesquisa foi o tamanho. De acordo com os autores Gu, Lee e Rosett (2005), tamanho é uma das características mais importantes das empresas. Caylor (2010) utilizou-se dessa variável para controlar as diferenças das variações anormais das contas a receber e da receita diferida de curto prazo. Sendo assim, essa pesquisa utilizou o logaritmo natural do ativo total seguindo os estudos mais recentes sobre gerenciamento de resultados (JOIA; NAKAO, 2014; BALDISSERA *et al.*, 2018; BRAGA, 2020, MORAWSKA, 2021; SOUZA; GONÇALVES; SILVA, 2022; DIAS *et al.*, 2023).

Por fim, utilizou-se a variável COVID19 para controlar os efeitos do período da pandemia do coronavírus no gerenciamento de resultados. De acordo com Oliveira e Modena (2022) a pandemia exerceu influência aumentando a prática oportunista de manipulação dos resultados.

Todas as informações sobre as variáveis, operacionalização e referências foram resumidas no quadro 11:

Quadro 11: Variáveis de controle e interesse dos modelos finais de gerenciamento

Variável Dependente			
Variáveis	Operacionalização	Sinal Esperado	Referências
Receita discricionária ($anRD_{it}$)	Resíduos da regressão dos modelos de Caylor (2010)		Caylor (2010); Braga (2021); Morawska (2021); Morawska (2021).
Gerenciamento de Receita ($GREC_{it}$)	Resíduos da regressão dos modelos de Stubben (2010)		Stubben (2010); Piosik (2021)
Gerenciamento de resultados ($GRES_{it}$)	Resíduos da regressão dos modelos de Dechow <i>et al.</i> (2012)		Dechow <i>et al.</i> (2012); Boina; Macedo (2018).
Variável Independente			

Retorno sobre os ativos totais (ROA _{it})	ROA = Lucro Líquido/Ativo Total	+	Joia; Nakao (2014); Baldissera <i>et al.</i> (2018); Giedt (2018); Braga (2020); Piosik (2021); Morawska (2021); Souza; Gonçalves; Silva (2022).
Tamanho da empresa (TAM _{it})	Logaritmo natural do ativo total TAM= Ln (Ativo Total)	+	Caylor (2010); Joia; Nakao (2014); Braga (2020); Piosik (2021); Morawska (2021); Souza; Gonçalves; Silva (2022).
Endividamento (END _{it})	END = Passivo Exigível/Ativo Total	+	Joia; Nakao (2014) Baldissera <i>et al.</i> (2018); Braga (2020); Piosik (2021); Morawska (2021); Souza; Gonçalves; Silva (2022).
Variável <i>dummy</i> (SETOR _{it})	<i>Dummy</i> , 1 para os setores telecomunicações, <i>softwares</i> , construção civil, engenharias e imóveis, e automobilístico como mais impactados e 0 para demais setores	+	IASB (2014); Cova (2015); PWC (2017); Braga (2020).
Variável <i>dummy</i> (CPC 47 _{it})	<i>Dummy</i> , 1 para períodos a partir da adoção obrigatória do CPC 47 (2018-2020) e 0 para os demais (2016-2017)	+	Baldissera <i>et al.</i> (2018); Braga (2020); Morawska (2021).
Variável <i>dummy</i> (COVID19 _{it})	<i>Dummy</i> , 1 para períodos com COVID-19 (2020) e 0 para os demais (2016-2019)	+	Šušak (2020); Girão, Duarte, Martins e Souza (2020); Araújo e Rodrigues (2022); Santos, Carmo e Rech (2022); Oliveira e Modena (2022) Yassin, Al-Shaban, Sraheen e Daoud (2022).

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 12, apresenta-se uma síntese dos modelos para avaliar o nível de gerenciamento propostos nesta pesquisa considerando “a” e “b” com utilização dos resíduos estimados pelo modelo de gerenciamento de (Caylor, 2010), “c” por (Stubben, 2010) “d” (Dechow *et al.*; 2012) conforme hipóteses 1 e 2 estabelecidas nesta pesquisa. Optou-se por

segregar os modelos de pesquisa conforme extração dos resíduos em diferentes modelos teóricos.

Quadro 12: Síntese dos modelos de pesquisa de gerenciamento

Modelo	Hipótese	Equação
1a	H ₁	$anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$
1b	H ₁	$anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$
1c	H ₁	$GREC_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$
1d	H ₁	$GRES_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 ROA_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \beta_5 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$
2a	H ₂	$anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$
2b	H ₂	$anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$
2c	H ₂	$GREC_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$
2d	H ₂	$GRES_{it} = \beta_0 + \beta_1 CPC47_{it} + \beta_2 SETOR_{it} + \beta_3 CPC47_{it} * SETOR_{it} + \beta_4 ROA_{it} + \beta_5 END_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$

Fonte: elaborado pelo autor.

3.4.2 Variáveis e Modelos Finais de Persistência dos Lucros

A análise da pesquisa sobre o efeito do CPC 47 na persistência dos lucros foi realizada a partir do modelo básico apresentado por Dechow, Ge e Schrand (2010) conforme detalhado na equação (9) no referencial teórico. Na construção do modelo de pesquisa, definiu-se segregar o período antes e depois da adoção do padrão contábil de reconhecimento de receitas, utilizando uma variável *dummy* CPC 47 que assume valor 1 para períodos a partir da adoção obrigatória ao CPC47 e 0 para anteriores.

Nesse sentido, a hipótese 3 pretende analisar a persistência antes e depois da adoção do CPC47 por meio da equação (3a) descrita a partir do modelo teórico de persistência. Além disso, no modelo (3a) foi incluída as variáveis de interesse representada por CPC47 e a interação entre as variáveis lucro líquido com a variável *dummy* CPC47. Sendo assim, a partir do que foi determinado na hipótese 3, espera-se que as interações entre as variáveis CPC47*LL apresentem significância estatística e, portanto, β_2 apresente sinal negativo e significativo.

Além disso, dado os impactos nos mercados com a queda da demanda, consequência das medidas restritivas e do isolamento social no Brasil, pretende-se utilizar nessa pesquisa uma variável de controle COVID19 para avaliar o efeito na persistência dos lucros. Espera-se que o período da pandemia do coronavírus tenha relação negativa com os lucros futuros (GIRÃO *et al.*, 2021).

Estudos mais recentes evidenciam que a Covid-19 impactou negativamente no valor de mercado das empresas e que no momento de incerteza econômica, a prática de suavização exerce influência positiva sobre o valor de mercado (SANTOS; CARMO; RECH, 2022). Sendo assim, essa pesquisa irá complementar a análise do modelo da pesquisa incluindo a *dummy* COVID19.

As variáveis utilizadas nos modelos de persistência foram ponderadas pelo ativo total do ano anterior de cada empresa, com a finalidade de controlar efeito do tamanho das companhias na análise. Esse procedimento de ponderação dos dados visa a diminuição de assimetria em função do tamanho das empresas conforme já havia sido sinalizado por Almeida, Lopes e Corrar (2011).

$$LL_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \beta_2 LL * CPC47_{it} + \beta_3 LL * COVID19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3a)$$

Onde:

LL_{t+1} : é a medida de lucro adotada pela empresa i no período t+1;

LL_{it} : é a medida de lucro líquido adotada pela empresa i no período t;

$CPC47_{it}$ = é a variável *dummy* 1 para períodos posteriores ao CPC 47 e 0 para anteriores;

$COVID19_{it}$ é a variável *dummy* representando “1” para presença de COVID-19, e “0” caso contrário;

β_0 = é termo constante da regressão;

$\beta_{1,2,3, n}$ = são os coeficientes angulares da regressão;

ε_{it} = são os resíduos da regressão.

Todas as informações sobre as variáveis, operacionalização e referências foram resumidas no quadro 13.

Quadro 13: Variáveis de controle e interesse dos modelos finais de persistência

Variável Dependente			
Variáveis	Operacionalização	Sinal Esperado	Referências
Lucro Líquido do período seguinte (LL_{t+1})	Modelo de persistência dos lucros representado pela equação 8		Dechow, Ge e Schrand (2010)
Variável Independente			
Lucro Líquido do período atual (LL_{it})	Modelo de persistência dos lucros representado pela equação 8	+	Dechow, Ge e Schrand (2010)

Variável <i>dummy</i> (CPC 47 _{it})	<i>Dummy</i> , 1 para períodos a partir da adoção obrigatória do CPC 47 e 0 para os demais.	-	Rutledge, Karin e Kim (2016)
Variável Multiplicativa (LL _{it} x CPC 47 _{it})	Variável lucro líquido interagindo com a variável COVID 19.	-	Rutledge, Karin e Kim (2016)
Variável <i>dummy</i> (COVID19 _{it})	<i>Dummy</i> , 1 para períodos com COVID-19 (2020) e 0 para os demais (2016-2019).	-	Šušak (2020); Araújo e Rodrigues (2022); Santos, Carmo e Rech (2022); Oliveira e Modena (2022)
Variável Multiplicativa (LL _{it} x COVID19 _{it})	Variável lucro líquido interagindo com a variável COVID 19.	-	Šušak (2020); Araújo e Rodrigues (2022); Santos, Carmo e Rech (2022); Oliveira e Modena (2022)

Fonte: elaborado pelo autor.

Espera-se que o período da pandemia do coronavírus tenha relação negativa com os lucros futuros (GIRÃO *et al.*, 2021). Estudos mais recentes evidenciam que a Covid-19 impactou negativamente no valor de mercado das empresas e que no momento de incerteza econômica, a prática de suavização exerce influência positiva sobre o valor de mercado (SANTOS; CARMO; RECH, 2022).

As variáveis utilizadas nos modelos de persistência foram ponderadas pelo ativo total do ano anterior de cada empresa, com a finalidade de controlar efeito do tamanho das companhias na análise. Esse procedimento de ponderação dos dados visa a diminuição de

assimetria em função do tamanho das empresas conforme já havia sido sinalizado por Almeida, Lopes e Corrar (2011).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise tem como objetivo avaliar os resultados obtidos por meio dos testes estatísticos realizados nesse estudo. A exposição e discussão dos resultados encontrados pela pesquisa inicia-se pela análise descritiva das variáveis do estudo e, posteriormente, são apresentados os resultados dos modelos de gerenciamento de receitas e persistência dos lucros. Por fim, foi realizada a análise dos modelos de pesquisa com os métodos de regressão com dados em painel.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Na Tabela 1 são apresentadas as informações referentes a análise descritiva das variáveis quantitativas utilizadas nos modelos de pesquisa de gerenciamento.

Tabela 1: Estatística descritiva das variáveis de gerenciamento de receitas (H1 e H2)

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
anRDC/Rit	560	0,02443	0,02591	0,00024	1,13289
anRDR/Dit	560	0,00931	0,01452	0,00000	0,07430
GRECit	560	0,02290	0,02438	0,00040	0,12828
GRESit	560	0,05547	0,05723	0,00000	0,26051
ROAit	560	-0,01512	0,12728	-0,55886	0,19500
ENDit	560	0,82593	0,58864	0,10469	3,5875
TAMit	560	15,086	1,7612	11,347	18,504

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 1, verifica-se variações relevantes entre os valores máximos e mínimos, o que permite observar que há empresas com tamanhos diferentes na amostragem da pesquisa. Pode-se constatar que as variáveis de gerenciamento (anRDC/R); (anRDR/D); (GREC) e (GRES); apresentaram os menores desvios padrão da amostra, o que significa que elas são menos dispersas, e, portanto, variam menos e estão mais próxima da homogeneidade. Em sentido contrário, o tamanho (TAM) apresenta o maior desvio padrão da amostra, sendo assim mais dispersa e menos próxima da homogeneidade.

Tabela 2: Estatística descritiva das variáveis de persistência de lucros (H3)

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
LL_{it+1}	455	0,10182	0,07881	0,00024	0,67293
LL_{it}	455	0,08607	0,12089	0,00023	2,2457

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa.

A partir da tabela 2, verifica-se que a variável (LL_{it+1}) apresenta menor desvio padrão indicando ser menos dispersa, e, portanto, varia menos e está mais próxima da homogeneidade. Entretanto, a variável (LL_{it}) apresenta o maior desvio padrão e, por isso, mais dispersa e menos próxima da homogeneidade.

4.2 RESULTADOS DOS MODELOS DE GERENCIAMENTO

Inicialmente, ressalte-se que todos os modelos deste estudo não atenderam os pressupostos de normalidade e homocedasticidade dos resíduos, entretanto, atenderam a determinação de Gujarati e Porter (2011) sobre multicolinearidade e, além disso, apresentaram resíduos auto correlacionados. Diante disso, o não atendimento destes pressupostos foram tratados conforme sinalizado na metodologia.

É importante destacar que nos modelos desta pesquisa foram realizados o diagnóstico de painel pelos testes de Chow, Hausman e Multiplicador de Lagrange de Breusch-Pagan com objetivo de avaliar a melhor escolha de abordagem do painel *Pooled*, efeitos fixos ou aleatórios.

Para mensurar os níveis de gerenciamento de resultados por meio de receitas discricionárias foi escolhido os modelos desenvolvidos por Caylor (2010), sendo eles o de variação normal nas contas a receber e variação normal da receita diferida de curto prazo a fim de determinar as variações anormais tanto nas contas a receber como nas receitas diferidas (adiantamento de clientes).

Na tabela 3, os modelos de Caylor (2010) são representados pela numeração (1) referentes à variação normal das contas a receber e (2) a variação normal da receita diferida de curto prazo. Após execução dos testes, o modelo (1) apresentou resultado que leva a rejeição da hipótese nula e indica que a melhor abordagem é o de efeitos fixos enquanto no modelo (2) o resultado não rejeita a hipótese nula a um nível de significância de 5% e, portanto, trata-se de efeitos aleatórios.

Para melhor análise dos resultados, definiu-se a representação do modelo de Stubben (2010) pela sequência numérica (3) e Dechow *et al.* (2012) pela (4). Observa-se na tabela 3 que os resultados dos testes dos modelos (3) e (4) levam a rejeição da hipótese nula e indicam que

a melhor abordagem é o de efeitos fixos. A partir dos dados em painel com efeitos fixos e aleatórios e erro padrão robustos, realizou-se a mensuração dos *accruals* discricionários específicos estimados pelos modelos (1) e (2) propostos por Caylor (2010), (3) pelo Stubben (2010) e, adicionalmente, o (4) referente à *accruals* discricionários agregados por Dechow *et al.* (2012). Sendo assim, a síntese destes resultados foram descritos na tabela 3:

Tabela 3: Resultados da regressão dos modelos teóricos de gerenciamento

Variáveis	Caylor (1)	Caylor (2)	Stubben (3)	Dechow <i>et al.</i> (4)
Constante	-0,015 (0,007***)	0,000 (0,597)	-0,003 (0,000***)	-0,035 (0,000***)
(1/A _{it-1})	11739 (0,015**)	45,031 (0,848)		-839,713 (0,795)
(ΔRec _{it} /A _{it-1})	0,065 (0,000***)			
(ΔFCO _{it+1} /A _{it-1})	0,036 (0,162)			
(ΔRec _{it+1} /A _{it-1})		0,012 (0,000***)		
(ΔFCO _{it} /A _{it-1})		0,015 (0,266)		
(ΔR _{it1_3} /A _{it-1})			0,019 (0,464)	
(ΔR _{it4} /A _{it-1})			0,321 (0,000***)	
(ΔREC _{it} - ΔCR _{it} /A _{it-1})				0,043 (0,367)
(IMOB _{it} /A _{it-1})				0,009 (0,675)
(ACC _{it} /A _{it-2})				0,501 (0,000) ***
Análise de significância do modelo				
R ²	0,382	0,037	0,465	0,236
F	8,264	14,555	33,01	15,11
P-valor (F)	0,000***	0,002***	0,000***	0,000***
Jarque-Bera	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***
Breusch-Pagan	0,000***	0,041	0,024	0,000***
Wooldridge	0,079	0,840	0,008	0,000***
Maior VIF	1,007	1,018	1,161	1,028
DurbinWatson	1,696	1,916	1,645	1,666
Diagnóstico de painel				
Chow	0,002***	0,467	0,000***	0,000***
Breusch-Pagan	0,017**	0,041**	0,000***	0,000***
Hausman	0,000***	0,078	0,001***	0,000***
Resultado	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa. Os valores dentro dos parênteses representam os coeficientes a regressão, os valores fora dos parênteses representam o p-valor com nível de significância:*** 1%, ** 5%, * 10%.

Notas: (1) $\Delta CR_{it}/A_{it-1} = \alpha_0 + \alpha_1 1/A_{it-1} + \beta_1 \Delta Rec_{it}/A_{it-1} + \beta_2 \Delta FCO_{it+1}/A_{it-1} + \varepsilon_{it}$ (2) $\Delta RDC_{it}/A_{it-1} = \alpha_0 + \alpha_1 1/A_{it-1} + \beta_1 \Delta Rec_{it+1}/A_{it-1} + \beta_2 \Delta FCO_{it}/A_{it-1} + \varepsilon_{it}$ (3) $\Delta CR_{it} = \alpha_0 + \beta_1 \Delta R_{it1_3}/A_{it-1} + \beta_2 \Delta R_{it4}/A_{it-1} + \varepsilon_{it}$ (4) $\Delta ACC_{it}/A_{it-1} = \alpha_0 + \beta_1 1/A_{it-1} + \beta_2 \Delta REC_{it} - \Delta CR_{it}/A_{it-1} + \beta_3 IMOB_{it}/A_{it-1} + \beta_4 ACC_{it}/A_{it-2} + \varepsilon_{it}$

Em geral, nota-se na tabela 3 que os modelos não apresentaram normalidade e homoscedasticidade nos resíduos, porém não há problemas de colinearidade entre os regressores, dado que o maior VIF 1,161 e, portanto, menor que o limite permitido abaixo de 10. Verifica-se que todos os modelos são estatisticamente significativos a um nível de 5%.

O modelo (2) de *accruals* discricionários específicos de receitas proposto por Caylor (2010) apresentou o menor poder de explicação (R²) com aproximadamente 4% sugerindo um baixo poder explicativo se comparado aos modelos de *accruals* específicos de receitas (1) de

Caylor (2010), (3) Stubben (2010) e modelo (4) de *accruals* discricionários agregados totais desenvolvido por Dechow *et al.* (2012) com 38%, 47% e 24% respectivamente.

De acordo com o esclarecimento de Wooldridge (2008), o baixo poder explicativo do modelo não é um problema e pode ser relaxado, pois o modelo não tem outras variáveis e, além disso, não tem finalidade de se fazer previsões, ou seja, busca-se apenas avaliar o nível da relação entre as variáveis e a sua significância estatística.

Ainda no modelo (2), as variáveis independentes apresentaram betas com sinais positivos e a variável de receita do próximo período (ΔRec_{it+1}) apresentou significância estatística e, dessa forma, em consonância aos resultados achados por Caylor (2010). Por outro lado, em contraste as evidências de Caylor (2010), não houve significância para variável fluxo de caixa operacional (FCO).

Diante disso, com os *accruals* discricionários extraídos a partir dos resíduos dos modelos teóricos são demonstradas as análises dos modelos da pesquisa para confirmação das hipóteses deste estudo. Para melhor análise dos dados, os modelos estão representados numericamente como (1a) de Caylor (2010), (1b) de Caylor (2010), (1c) de Stubben (2010) e (1d) Dechow *et al.* (2012), onde 1 refere-se a hipótese 1 e a sequência (a, b, c, d) os quatro modelos de pesquisa para testar a primeira hipótese de acordo com os resíduos extraídos de cada modelo empírico.

Após execução dos testes e o diagnóstico de painel, todos os modelos apresentaram resultados indicando como melhor opção a forma empilhada (*pooled*) conforme indicado na tabela 4. Logo, a partir dos dados em painel com efeitos *pooled* e com erro padrão robustos, realizou-se a análise do modelo da pesquisa com as variáveis dependentes, ou seja, os resíduos da regressão dos modelos de Caylor (2010), Stubben (2010) e Dechow *et al.* (2012) para validação da hipótese 1 desta pesquisa. Os resultados dos quatro modelos de pesquisa foram apresentados na tabela 4.

Tabela 4: Resultados da regressão dos modelos de gerenciamento da pesquisa (H1)

Variáveis	Modelo (1a)	Modelo (1b)	Modelo (1c)	Modelo (1d)
Constante	0,032 (0,000*)	-0,004 (0,373)	0,028 (0,000***)	0,017 (0,416)
CPC47 _{it}	0,000 (0,960)	0,000 (0,764)	-0,000 (0,840)	0,004 (0,500)
ROA _{it}	0,009 (0,317)	0,001 (0,810)	0,011 (0,063*)	0,004 (0,813)
END _{it}	0,002 (0,423)	0,000 (0,631)	0,001 (0,320)	0,000 (0,920)
TAM _{it}	-0,001 (0,236)	0,001 (0,004***)	-0,000 (0,463)	0,002 (0,070*)
COVID19 _{it}	0,002 (0,623)	0,000 (0,969)	-0,001 (0,646)	-0,008 (0,192)
Análise de significância do modelo				
R ²	0,006	0,011	0,005	0,008
F	0,606	1,839	0,950	1,229
P-valor (F)	0,695	0,111	0,452	0,300
Jarque-Bera	0,000	0,000	0,000	0,000

Breusch-Pagan	0,154	0,819	0,564	0,416
Wooldridge	0,772	0,638	0,994	0,391
Maior VIF	1,221	1,221	1,221	1,221
DurbinWatson	1,570	1,664	1,580	1,743
Diagnóstico de painel				
Chow	0,128	0,894	0,630	0,974
Breusch-Pagan	0,301	0,818	0,564	0,416
Hausman	0,455	0,042**	0,303	0,352
Resultado	Efeitos Pooled	Efeitos Pooled	Efeitos Pooled	Efeitos Pooled

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa. Os valores dentro dos parênteses representam os coeficientes a regressão, os valores fora dos parênteses representam o p-valor com nível de significância:*** 1%, ** 5%, * 10%. O erro padrão de cada coeficiente é apresentado entre parênteses.

Nota: (1a) $anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2ROA_{it} + \beta_3END_{it} + \beta_4TAM_{it} + \beta_5COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$ (1b) $anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2ROA_{it} + \beta_3END_{it} + \beta_4TAM_{it} + \beta_5COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$ (1c) $GREC_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2ROA_{it} + \beta_3END_{it} + \beta_4TAM_{it} + \beta_5COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$ (1d) $GRES_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2ROA_{it} + \beta_3END_{it} + \beta_4TAM_{it} + \beta_5COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$

Na tabela 4, verifica-se que os resultados dos modelos da pesquisa não indicam a significância do modelo como um todo a um nível de significância de 5%, e, além disso, o modelos apresentaram baixo poder de explicação.

A análise dos dados dos modelos de regressão na tabela 4 não forneceu nenhuma confirmação de que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15) afetou os níveis de gerenciamento de receitas ou resultados, pois não houve uma relação estatisticamente significativa com a variável dependente.

Com objetivo de validar a segunda hipótese (H2), foram incluídas as variáveis de controle setor e de interesse CPC 47*SETOR. Para melhor análise dos dados, os modelos estão representados como (2a) de Caylor (2010), (2b) de Caylor (2010), (2c) de Stubben (2010) e (2d) Dechow *et al.* (2012), onde 2 refere-se a hipótese 2 e a sequência (a, b, c, d) os quatro modelos de pesquisa para testar a segunda hipótese.

Após execução dos testes e o diagnóstico de painel, todos os modelos apresentaram resultados indicando como melhor opção a forma empilhada (*pooled*) conforme indicado na tabela 5. Logo, a partir dos dados em painel com efeitos *pooled* e com erro padrão robustos, realizou-se a análise do modelo da pesquisa com as variáveis dependentes, ou seja, os resíduos da regressão dos modelos de Caylor (2010), Stubben (2010) e Dechow *et al.* (2012) para validação da hipótese 2 desta pesquisa. Os resultados dos quatro modelos de pesquisa foram apresentados na tabela 5.

Tabela 5: Resultados da regressão dos modelos da pesquisa (H2)

Variáveis	Modelo (2a)	Modelo (2b)	Modelo (2c)	Modelo (2d)
Constante	0,031 (0,000***)	-0,005 (0,208)	0,027 (0,000***)	0,014 (0,504)
CPC47 _{it}	0,001 (0,582)	0,002 (0,342)	0,001 (0,620)	0,006 (0,330)
SETOR _{it}	0,004 (0,375)	0,005 (0,062)	0,005 (0,332)	0,012 (0,219)
CPC47 _{it} x SETOR _{it}	-0,006 (0,311)	-0,005 (0,143)	-0,007 (0,218)	-0,009 (0,497)

ROA _{it}	0,010 (0,282)	0,003 (0,486)	0,012 (0,048**)	0,009 (0,561)
END _{it}	0,002 (0,395)	0,001 (0,373)	0,001 (0,282)	0,001 (0,712)
TAM _{it}	-0,001 (0,231)	0,001 (0,004***)	-0,000 (0,450)	0,002 (0,066)
COVID19 _{it}	0,002 (0,624)	0,000 (0,974)	-0,001 (0,646)	-0,008 (0,191)
Análise de significância do modelo				
R ²	0,009	0,020	0,008	0,012
F	0,610	2,651	0,845	1,255
P-valor (F)	0,747	0,014	0,552	0,279
Jarque-Bera	0,000	0,000	0,000	0,000
Breusch-Pagan	0,290	0,177	0,551	0,312
Wooldridge	0,841	0,692	0,899	0,366
Maior VIF	2,821	2,821	2,821	2,821
DurbinWatson	1,560	1,661	1,574	1,748
Diagnóstico de painel				
Chow	0,122	0,906	0,616	0,977
Breusch-Pagan	0,305	0,177	0,552	0,312
Hausman	0,433	0,061*	0,318	0,422
Resultado	Efeitos Pooled	Efeitos Pooled	Efeitos Pooled	Efeitos Pooled

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa. Os valores dentro dos parênteses representam os coeficientes a regressão, os valores fora dos parênteses representam o p-valor com nível de significância:*** 1%, ** 5%, * 10%.

Nota: (2a) $anRD_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2SETOR_{it} + \beta_3CPC47xSETOR_{it} + \beta_4ROA_{it} + \beta_5END_{it} + \beta_6TAM_{it} + \beta_7COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$ (2b) $nRD_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2SETOR_{it} + \beta_3CPC47xSETOR_{it} + \beta_4ROA_{it} + \beta_5END_{it} + \beta_6TAM_{it} + \beta_7COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$ (2c) $GREC_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2SETOR_{it} + \beta_3CPC47xSETOR_{it} + \beta_4ROA_{it} + \beta_5END_{it} + \beta_6TAM_{it} + \beta_7COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$ (2d) $GRES_{it} = \beta_0 + \beta_1CPC47_{it} + \beta_2SETOR_{it} + \beta_3CPC47xSETOR_{it} + \beta_4ROA_{it} + \beta_5END_{it} + \beta_6TAM_{it} + \beta_7COVID19_{it} + \varepsilon_{it}$

Na tabela 5, verifica-se os resultados dos modelos da pesquisa indicam a não significância do modelo como um todo a um nível de significância de 5%. Logo, o resultado não significativo das variáveis retorno sobre ativos (ROA), endividamento (END) e tamanho (TAM) vai ao encontro dos achados de Baldissera *et al.* (2018), porém em sentido contrário aos resultados de Joia e Nakao (2014); Grecco (2013) e Braga (2020), principalmente, em relação a influência nas práticas de gerenciamento de resultados.

Baldissera *et al.* (2018) utilizou o modelo de *accruals* agregados para analisar o efeito do CPC 17, norma anterior ao CPC 47 aplicada ao setor de construção civil, e não obteve significância estatística nas variáveis de retorno sobre ativos (ROA), endividamento (END) e tamanho (TAM) em relação às práticas de gerenciamento de resultados por *accruals*.

Entretanto, Braga (2020) evidenciou que adoção do IFRS 15 influenciou no aumento do nível de gerenciamento de receitas em outros países em setores específicos, mas não teve efeitos no Brasil. Quanto as variáveis de controle, o tamanho apresentou relação negativa e significativa, enquanto o retorno sobre ativos e endividamento foram positivos e significativos.

As evidências indicadas na tabela 5 estão em conformidade com os resultados do estudo de Morawska (2021) que também utilizou o modelo proposto por Caylor (2010) e encontrou baixo poder de explicação no modelo de pesquisa e o efeito da adoção do novo padrão de

reconhecimento de receitas não pode ser confirmada, pois não apresentou relação estatística significativa com a prática de gerenciamento de receitas. No entanto, deve destacar que Morawska (2021) encontrou relação significativa na variável retorno sobre ativos (ROA) e endividamento (END), mas o tamanho (TAM) não apresentou relação significativa com as receitas discricionárias. Esse fato pode estar relacionado com o lapso temporal ou características específicas das empresas selecionadas e, até mesmo, escolhas metodológica em relação a análise dos setores.

Algumas pesquisas sobre os efeitos do coronavírus na qualidade da informação contábil como de Araújo e Rodrigues (2022) evidenciaram que a variável COVID19 apresentou significância estatística e era negativamente relacionada ao nível gerenciamento de resultado. Oliveira e Modena (2022) apontaram que a pandemia exerceu influência positiva e significativa e, portanto, aumentando as práticas de manipulação dos resultados.

Nos resultados desta pesquisa, constatou-se ausência de impacto da variável COVID19 nas práticas de gerenciamento e, portanto, em sentido contrário aos achados dos estudos de Araújo e Rodrigues (2022) e Oliveira e Modena (2022).

Os resultados desta pesquisa estão em linha com os esclarecimentos de Napier e Stadler (2020) e Veysey (2021), pois evidenciaram que não houve efeitos significativos nos lucros e pouca redução nas receitas com a implementação do IFRS 15 em comparação com o padrão anterior.

No estudo de Braga (2020) sobre o efeito do IFRS 15 em setores específicos, os resultados não foram estatisticamente significantes para empresas brasileiras. Nesse sentido, verificou-se que não houve efeitos do CPC 47 (IFRS 15) no gerenciamento de receitas. Embora a proposta de análise de setor seja diferente da construção de Braga (2020), a presente pesquisa também não encontrou significância estatística na variável (SETOR) e sua interação com a variável (CPC47).

Ainda, deve-se destacar que, em contraponto, Braga (2020) confirmou que os efeitos do IFRS 15 sobre o gerenciamento de receitas se diferenciam entre os setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico. No estudo, ela evidenciou que o setor de construção civil é o que apresenta maior aumento do gerenciamento de receitas em relação aos demais setores da amostra e, portanto, em consonância aos resultados de Souza, Gonçalves e Silva (2022).

Souza, Gonçalves e Silva (2022) constataram que a adoção do IFRS 15 reduziu a qualidade informacional dos lucros em empresas do setor de tecnologia e o aumento do nível

de gerenciamento de resultados, principalmente, em empresas pertencentes ao setor de produtos industrializados.

Tutino *et al.* (2019) utilizou o modelo Jones (1991) de *accruals* agregados para analisar o efeito do IFRS 15 entre empresas pertencentes a dois setores distintos, telecomunicações (mais impactado com o novo padrão) e serviço público (menos impactado com o novo padrão) e seus achados evidenciam presença de gerenciamento de resultados nas empresas de telecomunicações após adoção da norma de reconhecimento de receitas.

Historicamente, os estudos que utilizaram modelos de *accruals* agregados não apresentam um consenso em relação aos efeitos dos normativos contábeis no gerenciamento de resultados. No estudo de Baldissera *et al.* (2018), os autores identificaram que o padrão CPC 17 (anterior ao CPC 47) influenciou negativamente a qualidade da informação com aumento da prática de gerenciamento de resultados nas empresas de construção civil e sugere novas pesquisas com o CPC 47. Por outro lado, Dias *et al.* (2023) demonstraram que a adoção do novo normativo CPC 47 não afetou significativamente às práticas de gerenciamento de resultados nas empresas do mercado brasileiro de capital.

Enquanto Joia e Nakao (2014) evidenciaram que não era possível afirmar que a aderência à norma internacional haveria redução ou aumento no nível de gerenciamento de resultados nas empresas brasileiras de capital aberto com o modelo de *accruals* agregados. No mesmo sentido, Grecco (2013) concluiu que não houve alterações no nível de gerenciamento após adoção das IFRS.

A partir da análise destes resultados, não foi possível inferir que os gestores dessas empresas pertencentes aos setores mais impactados usam a discricionariedade presente no novo padrão contábil CPC 47 para fazer o gerenciamento de receitas, ou seja, manipular o resultado. Essa falta de especificação sobre a relação entre adoção do novo padrão com os níveis de gerenciamento de receitas pode estar associado ao impacto bidirecional do normativo na qualidade da informação e possibilidades de gerenciamento esclarecido por Rutledge, Karin e Kim (2016).

Nesse sentido, Boina e Marcelo (2018) esclarecem que há estudos que relatam os impactos das alterações advindas dos novos normativos contábeis IFRS, mas ainda não há um consenso porque alguns não evidenciam efeitos significativos e outros argumentam melhorias na qualidade da informação contábil. Os indicativos estatísticos revelam que não há relação aos *accruals* específicos de receita (receitas discricionárias) com a adoção do novo padrão de

reconhecimento de receitas CPC 47 (IFRS 15) e, por isso, não é possível confirmar as hipóteses desta pesquisa.

Adicionalmente, os testes estatísticos com *accruals* agregados discricionários realizados neste estudo não confirmaram que a adoção do novo padrão aumentaram as práticas de gerenciamento de resultados e, portanto, neste estudo a análise fica limitada no que tange aos efeitos do CPC 47 no nível de gerenciamento de resultados, ou seja, sem significância.

Diante disso, nota-se que os resultados encontrados para validação da hipótese 1 não possibilitam inferir que, a adoção do novo padrão CPC47 (IFRS 15), que permite um maior poder de julgamento do gestor no reconhecimento de receitas, influenciou no aumento das práticas de gerenciamento nas empresas pertencentes na amostra desta pesquisa.

As evidências deste estudo não confirmaram os *insights* de Rutledge, Karin e Kim (2016) e estão, em sentido contrário, aos achados de Souza, Gonçalves e Silva (2022) já que essa pesquisa argumenta que a adoção do novo normativo contábil de reconhecimento de receitas aumentou as práticas de gerenciamento. Sendo assim, a hipótese 1 que estabelece houve um aumento de gerenciamento de receitas a partir da adoção do novo padrão contábil CPC 47 (IFRS 15) não pode ser confirmada.

Além disso, nota-se que os resultados apresentados por este estudo não possibilitou inferir que o aumento da prática de gerenciamento é maior nos setores de telecomunicações, tecnologia da informação, engenharias, construção civil e imóveis, e automobilístico e que os gestores usam da discricionariedade presente no CPC47 (IFRS 15) para gerenciar seus resultados. Portanto, a hipótese 2 que afirma que alguns setores foram mais impactados com a adoção deste novo normativo não pode ser confirmada. De forma geral, com base na análise por regressão com dados em painel, os resultados obtidos não estão de acordo com a primeira e segunda hipóteses elaboradas neste estudo.

4.3 RESULTADOS DOS MODELOS DE PERSISTÊNCIA DOS LUCROS

Com objetivo de mensurar a persistência dos lucros foi escolhido o modelo proposto por Dechow, Ge e Schrand (2010). Inicialmente, foi realizado os testes de Chow, Hausman e Multiplicador de Lagrange de Brausch-Pagan para definir o diagnóstico de painel e verificar qual modelo é o mais adequado para análise e tratamento dos dados, sendo eles *Pooled OLS*, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios conforme apresentado na tabela 6.

Na Tabela 6 apresenta-se os resultados obtidos por meio do modelo básico de persistência dos lucros (3) desenvolvido por Dechow, Ge e Schrand (2010) e o modelo de pesquisa (3a) proposto na metodologia com objetivo de validar a hipótese 3 deste estudo.

Tabela 6: Resultados da regressão dos modelos de persistência e da pesquisa (H3)

Variáveis	Modelo (3)	Modelo (3a)
Constante	(0,095) 0,000***	(0,084) 0,000***
LL _{it}	(0,080) 0,004***	(0,059) 0,000***
CPC47 x LL _{it}		(0,080) 0,2483
COVID19 x LL _{it}		(0,494) 0,000***
Análise de significância do modelo		
R ²	0,463	0,543
F	10,591	4,174
P-valor (F)	0,000***	0,000***
Jarque-Bera	0,000	0,000
Breusch-Pagan	0,000	0,000
Wooldridge	0,186	0,000
Maior VIF	-	3,413
DurbinWatson	1,561	1,823
Diagnóstico de painel		
Chow	0,000***	0,000***
Breusch-Pagan	0,000***	0,000***
Hausman	0,000***	0,000***
Resultado	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa. Os valores dentro dos parênteses representam os coeficientes a regressão, os valores fora dos parênteses representam o p-valor com nível de significância:*** 1%, ** 5%, * 10%.

Notas: (3) $LL_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \varepsilon_{it}$; (3a) $LL_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \beta_3 CPC47_{it} \times LL_{it} + \beta_4 COVID19_{it} \times LL_{it} + \varepsilon_{it}$

Os resultados do modelo básico de persistência dos lucros (3) e da pesquisa (3a) na tabela 6, indicam a significância do modelo como um todo a um nível de significância de 5% com poder explicativo de 46% e 54% respectivamente. Constata-se no modelo proposto nesta pesquisa que as variável de interesse, a *dummy* que interagiu (CPC 47) com o lucro líquido (LL) no período, não apresentou significância estatística ao nível de significância de 5%.

Logo, pode-se inferir que a persistência dos lucros não foi afetada pela convergência ao padrão CPC 47 (IFRS 15) indo ao encontro dos resultados de Marçal e Macedo (2019) que não constatarem alterações na persistência dos lucros após adoção das normas IFRS.

Verificou-se também que a variável *dummy* COVID19 interagindo com a variável lucro líquido (LL) no período, apresentou significância estatística e sinal positivo, e, por isso, pode-se inferir que o período da pandemia do coronavírus afetou aumentando a persistência dos lucros indo ao encontro dos achados de Susak (2020) que evidenciou possível crescimento das

práticas de gerenciamento de resultados e atrasos na divulgação dos relatórios financeiros para mitigar provável deterioração da lucratividade em períodos futuros.

Esses achados estão aderentes aos resultados de Doukakis (2010), Kajimoto e Nakao (2018) e Marçal e Macedo (2019), pois os estudos concluíram a adoção das IFRS não gerou efeito significativo na persistência dos lucros, porém contrários a evidências encontradas por Silva, Bonfim, Niyama e Silva (2017) e Kolozsvari e Macedo (2018) que demonstraram um aumento da persistência dos lucros com adoção das IFRS.

Santiago, Cavalcante e Paulo (2015) evidenciaram, por meio de testes estatísticos, que antes da implementação do CPC 17, ou seja, o padrão contábil de reconhecimento de receitas anterior ao CPC 47, havia persistência dos lucros, porém após a vigência do CPC 17, não foi possível inferir existência de persistência dos lucros sugerindo que a adoção do IFRS alterou os efeitos na persistência dos lucros. No entanto, conforme descrito na tabela 6, os resultados evidenciados seguem em sentido contrário aos apontamentos de Rutledge, Karin e Kim (2016) ao esclarecer que o novo padrão de reconhecimento de receitas poderia afetar a persistência dos lucros.

De forma geral, com base na análise por regressão com dados em painel, os resultados obtidos não estão de acordo com o que foi previsto na terceira hipótese, ou seja, que a implementação do novo padrão contábil de reconhecimento de receitas iria trazer efeitos para a persistência dos lucros e, portanto, a hipótese 3 deve ser rejeitada.

Verificou-se que a variável COVID19 apresentou significância estatística, e, por isso, pode-se inferir que o período da pandemia do coronavírus afetou positivamente a persistência dos lucros indo ao encontro dos achados de Susak (2020) que evidenciou possível aumento das práticas de gerenciamento de resultados e atrasos na divulgação dos relatórios financeiros para mitigar provável deterioração da lucratividade em períodos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura científica, há pesquisas que buscam analisar os efeitos dos normativos contábeis nos relatórios financeiros, principalmente a partir da divulgação dos IFRS. No entanto, constatou-se poucos estudos que avaliam os efeitos do novo padrão contábil CPC 47 (IFRS 15) na qualidade da informação contábil, que é o caso do presente estudo. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o efeito do CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Clientes sob a ótica do gerenciamento de receita e persistência dos lucros em companhias brasileiras de capital aberto.

Para alcançar o objetivo proposto e responder ao problema da pesquisa, foram analisadas 112 empresas brasileiras não financeiras, abrangendo uma janela temporal de 2016 a 2020. A partir disso, utilizou-se modelos econométricos de gerenciamento de receitas proposto por Caylor (2010), sendo eles, o de variação normal das contas a receber e o de variação normal de receita diferida de curto prazo. Além disso, a partir de uma análise suplementar, essa pesquisa também utilizou outros dois modelos, o primeiro é o modelo de Stubben (2010) que estima as receitas discricionárias como medida de gerenciamento de receitas, e o segundo, o modelo de Dechow *et al.* (2012) que estima o nível de gerenciamento de resultados com *accruals* discricionários agregados totais.

Nos modelos de pesquisa, foram inclusas variáveis de interesse e controle consideradas condicionantes para a prática discricionária de gerenciamento, sendo elas: *dummy* CPC 47, *dummy* setor, retorno sobre ativos, endividamento, tamanho e *dummy* COVID-19. Para a análise de persistência dos lucros, foi utilizado o modelo desenvolvido por Dechow *et al.* (2010), com a inclusão das variáveis *dummy* CPC 47, (anRD) receitas discricionárias, (GREC) gerenciamento de receitas, (GRES) gerenciamento de resultados e *dummy* COVID-19 nos modelos de pesquisa estruturado na metodologia.

O argumento deste estudo foi estruturado a partir da hipótese de que o efeito do CPC 47 (IFRS 15) iria afetar negativamente a qualidade da informação contábil com o aumento da prática de gerenciamento de receitas. Entretanto, a análise estatística efetuada neste estudo não permitiu especificar claramente o efeito da adoção do CPC 47 (IFRS 15) no nível de gerenciamento de resultados por meio das receitas discricionárias, principalmente, devido à falta de uma relação estatisticamente significativa do modelo.

A partir da análise de regressão com dados em painel, não foi possível inferir que o novo padrão afetou negativamente, pois os resultados dos modelos da pesquisa não confirmaram a

relação entre do CPC 47 (IFRS 15) e as receitas discricionárias. Além disso, por meio da análise complementar com *accruals* agregados discricionários, o resultado da regressão evidenciou uma relação não significativa com a adoção obrigatória do CPC 47 (IFRS 15) e os níveis de gerenciamento de resultados e, portanto, confirmando que o novo padrão não afetou os níveis de gerenciamento.

Conforme a literatura científica, a segunda hipótese do estudo previa que alguns setores específicos seriam mais impactados com a adoção do novo padrão e, portanto, o efeito do CPC 47 (IFRS 15) iria aumentar o nível de gerenciamento de receitas nesses setores se comparado com os demais setores da B3. Os achados não confirmaram relação entre a adoção do CPC 47 (IFRS 15) e os setores mais impactados com o gerenciamento de receitas, assim como pela análise complementar por *accruals* discricionários agregados. Diante disso, as hipóteses 1 e 2 não foram confirmadas.

O argumento estruturado na hipótese 3 desta pesquisa sugeriu que o CPC 47 (IFRS 15) afetaria a persistência dos lucros, e, portanto, a qualidade do lucro. Após análise da regressão com dados em painel, o resultado evidenciou uma relação não significativa entre o período de adoção obrigatória do CPC 47 (IFRS 15) e os lucros correntes com a persistência dos lucros. Logo, considerando a hipótese 3 sobre o efeito do novo padrão na persistência dos lucros, constatou-se que a falta de relação significativa e, portanto, a hipótese 3 foi rejeitada.

Como contribuição teórica, a pesquisa amplia e favorece a literatura com aplicação de modelos de gerenciamento de *accruals* específicos e agregados simultaneamente para mensurar os efeitos do CPC 47 (IFRS 15) na análise da qualidade da informação contábil. Além disso, ao incluir modelos de gerenciamentos e persistência, esse estudo contribui com as pesquisas ampliando e enriquecendo a discussão na academia em relação a análise dos efeitos de um padrão contábil a partir da avaliação de como uma métrica de qualidade da informação pode influenciar outra utilizando modelos distintos e, de forma, simultânea.

Na prática, essa pesquisa também pode evidenciar para os usuários dos relatórios financeiros que as receitas discricionárias não têm relação significativa com a adoção do padrão contábil de reconhecimentos de receitas, dado que a discussão científica aponta possibilidades de aumento na discricionariedade, no maior julgamento e oportunismo do gestor sugerindo a manipulação sobre o momento de reconhecer as receitas no período a partir de escolhas dos gestores.

Esse estudo possui algumas limitações. Primeiro, os modelos empíricos de gerenciamento de receitas, por mais que sejam mais especificados, ainda possuem algumas

críticas na literatura. Segundo o presente estudo utiliza uma amostra de 112 empresas, porém apenas 27 estão classificadas em setores mais impactados pela literatura acadêmica. E, terceiro, a análise dos dados foi realizada em um painel totalmente balanceado, necessitando excluir observações que não apresentavam a variável proposta no modelo teórico conforme sinalizado na metodologia.

Como sugestão de pesquisas futuras, propõe-se: a) Aplicação de outros modelos de gerenciamento de resultados ou interagindo simultaneamente com outras métricas como o modelo de *value relevance* já conhecido na literatura; b) Aplicação e análise com outras variáveis de controle, incluindo a diferenciação dos setores; c) Avaliar o impacto da pandemia do coronavírus nas demonstrações contábeis comparando os resultados dos modelos de *accruals* específicos e agregados e sua interação com a persistência dos lucros; d) Elaboração de um estudo de caso sobre a aplicação do novo padrão contábil em empresas mais impactadas.

REFERÊNCIAS

- AB KLISH, A.; SHUBITA, M. F. S.; WU, J. IFRS adoption and financial reporting quality in the MENA region. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 23, n. 3, p. 570-603, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/JAAR-08-2020-0155>.
- AHMED, K.; CHALMERS, K.; KHLIF, H. A meta-analysis of IFRS adoption effects. **The International Journal of Accounting**, v. 48, n. 2, p. 173-217, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2013.04.002>.
- ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 188 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, p. 62-74, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000200005>.
- ALMEIDA, J. E. F.; LOPES, A. B. L.; CORRAR, L. J. Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa dos mercados de capitais: Impactos no índice market-to-book. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 1, p. 44-62, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14392/ASAA.2011040103>.
- ALTAJI, F.; ALOKDEH, S. The impact of the implementation of international financial reporting standards no. 15 on improving the quality of accounting information. **Management Science Letters**, v. 9, n. 13, p. 2369-2382, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5267/j.msl.2019.7.018>.
- BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, 159-178. 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/2490232>.
- BARTH, M. E. Measurement in financial reporting: the need for concepts. **Accounting Horizons**, v. 28, n. 2, 331-352, 2014. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch-50689>.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>.
- BANSAL, M.; GARG, A. Do high-quality standards ensure higher accounting quality? A study in India. **Accounting Research Journal**, v. 34, n. 6, p. 597-613, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1108/ARJ-06-2020-0162>.
- BEAVER, W. H.; ENGEL, E. E. Discretionary behavior with respect to allowances for loan losses and the behavior of security prices. **Journal of Accounting and Economics**, v. 22, n. 1-3, p. 177-206, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(96\)00428-4](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(96)00428-4).
- BEAVER, W. H. The information content of annual earnings announcements. **Journal of accounting research**, 67-92. 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/2490070>.

BOINA, T. M.; MACEDO, M. A. S. Capacidade preditiva de accruals antes e após as IFRS no mercado acionário brasileiro. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 29, n.78, p. 375-389, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806300>.

BOUJELBEN, S.; KOBBI-FAKHFAKH, S. Compliance with IFRS 15 mandatory disclosures: an exploratory study in telecom and construction sectors. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, 2020.

BRAGA, J.P. Efeitos da adoção das IFRS sobre a qualidade das demonstrações financeiras: a relevância dos fatores institucionais. In: **Anais do 16º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2016. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/16UspInternational/312.pdf>.

BRAGA, P, G, S. **Efeitos da adoção da IFRS 15 no gerenciamento de receitas: uma análise dos países do BRICS**. 60f. Dissertação (Mestrado m Ciências Contábeis), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Goiás 2020.

BRAGA, E. C.; DO NASCIMENTO, J. F.; DA COSTA SANTOS, M. I. Value Relevance: Análise dos efeitos da adoção da IFRS 15–Receita de Contrato com clientes. **Revista Gestão e Conhecimento**, v. 16, n. 1, p. 90-114, 2022. DOI: <https://doi.org/10.55908/RGCV16N1-007>.

BRÜGGEMANN, U.; HITZ, J.M; SELFHORN, T. Intended and unintended consequences of mandatory IFRS adoption: A review of extant evidence and suggestions for future research. **European Accounting Review**, v. 22, n. 1, p. 1-37, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180.2012.718487>.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Financial accounting information and corporate governance. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1, p. 237-333, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00027-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00027-1).

CAMPOS, L. A. **Indicadores de desempenho para organizações da construção civil com adoção da IFRS 15**. Dissertação (Mestrado – Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

CAPPELLESSO, G.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Influências da regulação na qualidade das informações contábeis no âmbito do mercado de capitais: um ensaio Teórico. **Revista Universo Contábil**, v. 16, n. 2, p. 07-25, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2020207>.

CARDOSO, R. L.; DE SOUZA, F. S. R. N.; DANTAS, M. M. Impactos da adoção do IFRS na acumulação discricionária e na pesquisa em gerenciamento de resultados no brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, p. 65-84, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2015212>.

CAYLOR, M. L. Strategic revenue recognition to achieve earnings benchmarks. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 29, n. 1, p. 82-95, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2009.10.008>.

CHRISTENSEN, T. E. et al. Accruals earnings management proxies: Prudent business decisions or earnings manipulation? **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 49, n. 3-4, p. 536-587, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/jbfa.12585>.

COELHO, C. M. P.; NIYAMA, J. K.; RODRIGUES, J. M. Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 7-20, 2011. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v6i2.13235.

COETSEE, D.; MOHAMMADALI-HAJI, A.; VAN WYK, M. Revenue recognition practices in South Africa: An analysis of the decision usefulness of IFRS 15 disclosures. **South African Journal of Accounting Research**, v. 36, n. 1, p. 22-44, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/10291954.2020.1855886>.

COLARES, A.C.V et al. Divulgação dos principais assuntos de auditoria sobre o reconhecimento de receitas: uma análise comparativa. **PISTA: Periódico Interdisciplinar: Sociedade, Tecnologia e Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 65-87, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pista/article/view/20369/14753>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes**. 2018. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/527_CPC_47.pdf.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2007. 642p.

CORREA, R.T.B.; MARTINS, M. S. **Impacto da adoção do IFRS 15 em empresas nos setores de construção civil e telecomunicações listadas na B3**. 21f. Monografia (Graduação em ciências contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Faz Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

COVA, C. J. G. Os Impactos da assimilação da norma internacional de relatório financeiro (IFRS 15) que trata de reconhecimento das receitas de contratos com os clientes, e seus efeitos assimétricos nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 48-56, 2015. Disponível em: <http://www.arena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2623/2205>.

COSTA, J. A.; AFONSO, L. E. O valor preditivo do resultado líquido contábil, dos accruals e do fluxo de caixa operacional das seguradoras. In: **Anais do 15º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2015. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/55>.

CHURCH, I. T. **The Effects of Accounting Standards Update 2014-09: Revenue from Contracts with Customers**. 2016. Tese de Doutorado. Appalachian State University.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos e misto** (3a. ed.). Porto Alegre: Artmed. 2010.

DALKILIC, A. F. The real step in convergence project: A paradigm shift from revenue recognition to revenue from contracts with customers. **International Journal of Contemporary Economics and Administrative Sciences**, v. 4, n. 3-4, p. 67-84, 2014. Disponível em: <http://www.ijceas.com/index.php/ijceas/article/view/91>.

DANI, A. C et al. Efeito da adoção antecipada da IFRS 15 na Qualidade da Informação Contábil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n. 2, p. 131-146, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v36i2.33913>.

DAMASCENA, L. G.; DE LIMA DUARTE, F. C.; PAULO, E. Meta-análise dos efeitos da adoção das IFRS na qualidade da informação contábil no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 22, n. 1, p. 28-48, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12979/31902>.

DAVERN, M et al. Implementing AASB 15 Revenue from Contracts with Customers: The preparer perspective. **Accounting Research Journal**, v. 32, n. 1, p. 50-67, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/ARJ-03-2018-0055>.

DAVIS, L. R.; MATSON, D. M. St. Hubertus crossing: Revenue recognition under ASC 606 guidance. **Journal of Accounting Education**, v. 55, p. 100726, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2021.100726>.

DEANGELO, L. Accounting numbers as market valuation substitutes: a study of management buyouts of public stockholders. **The Accounting Review**, v. 61, n. 3, p. 400-420, 1986. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/247149>>.

DE ARAÚJO, K. R. A.; RODRIGUES, J. M. Qualidade da informação contábil: Uma investigação quanto ao gerenciamento de resultados em tempos de Covid-19. In: **Anais do 19º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. 2022. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3833.pdf>.

DE AQUINO, C. E. M. et al. Receita de contrato com cliente (IFRS 15/CPC 47): aspectos contábeis do segmento de medicina diagnóstica no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 16, n. 41, p. 137-161, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p137>.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. **The accounting review**, v. 77, n. s-1, p. 35-59, 2002. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>.

DECHOW, P. M., GE, W. The persistence of earnings and cash flows and the role of special items: Implications for the accrual anomaly. **Review of Accounting studies**, v. 11, n. 2-3, p. 253-296, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-006-9004-1>.

DECHOW, P. M., GE, W., SCHRAND, C. M. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2, p. 344-401, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>.

DECHOW, P. M.; HUTTON, J. H. K.; SLOAN, R. G. Detecting earnings management: A new approach. **Journal of Accounting Research**, v. 50, n. 2, p. 275-334, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2012.00449.x>.

DECHOW, P. M.; SCHRAND, C. M. Earnings quality. **Research Foundation of CFA Institute**. 2004. Disponível em: <https://www.cfainstitute.org/-/media/documents/book/rf-publication/2004/rf-v2004-n3-3927-pdf.pdf>.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G. Executive incentives and the horizon problem: An empirical investigation. **Journal of accounting and Economics**, v.14, n. 1, pp. 51-89, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1016/0167-7187\(91\)90058-S](https://doi.org/10.1016/0167-7187(91)90058-S).

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G., SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. **The accounting Review**. v. 70, n.2, p. 193-225, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/248303>.

DECHOW, P. M.; SKINNER, D. J. Earnings management: reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. **Accounting Horizons**, v. 14, n. 2, p. 235–250, 2002. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch.2000.14.2.235>.

DEFOND, M. L. Earnings quality research: Advances, challenges and future research. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 402-409, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.10.004>.

DEFOND, M. L et al. Did China's adoption of IFRS attract more foreign institutional investment? **Marshall School of Business Working Paper No. ACC**, v. 1, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2426484>.

DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J. Debt covenant violation and manipulation of accruals. **Journal of accounting and economics**, v. 17, n. 1-2, p. 145-176, 1994. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90008-6](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90008-6).

DE MOURA, G. D.; ZILIOOTTO, K.; MAZZIONI, S. Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 27, p. 17-30, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v10i27.107810>.

DIAS, A. L et al. Um estudo comparativo sobre a aplicação da norma IFRS 15 nas Empresas de Telecomunicações Listadas na B3. In: **10º Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2019. IAG| PUC-Rio**. 2019. Disponível em: <http://adcont.net/index.php/adcont/adcont2019/paper/view/3616>.

DIAS, A. L et al. Efeitos do CPC 47 no gerenciamento de resultados das empresas listadas na B3. **Revista Ambiente Contábil**, v. 15, n. 1, p. 154-179, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2023v15n1ID27956>.

DICHEV, I. D.; GRAHAM, J. R.; HARVEY, C. R.; RAJGOPAL, S. Earnings quality: Evidence from the field. **Journal of Accounting and Economics**, v. 56, n. 2-3, p. 1-33, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.05.004>.

DINIZ, M. M. **Qualidade da informação contábil: um estudo das cooperativas de crédito brasileiras**. 55f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. João Pessoa, Paraíba, 2020.

DUARTE, F. C. L., PAULO, E. Análise da Simultaneidade das *Proxies* de Qualidade das Informações Contábeis. In: **Anais do 17º USP International Conference in Accounting**. 2017. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/207.pdf>.

EILER, L. A.; MIRANDA-LOPEZ, J.; TAMA-SWEET, I. The impact of IFRS on earnings management: evidence from Mexico. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 12, n. 1, p. 77-96, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/JAEE-11-2020-0316>.

EL DIRI, M. Definitions, activities, and measurement of earnings management. In **Introduction to earnings management**. Springer, Cham, 2018. p. 5-44. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-62686-4_2.

ERGUDEN, E.A. Analysis of tourism companies listed in istanbul stock exchange according to IFRS-15 standart. **International Journal of Finance & Banking Studies**. v. 9, n. 1, p. 47-57, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20525/ijfbs.v9i1.650>.

FARIA, M.; MACHADO, M. R. R.; DANTAS, J. A. Fraude corporativa e gerenciamento de resultados: um estudo em instituições bancárias brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 2, p. 115-134, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i2.51591>.

FERREIRA, F. R et al. Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 5, p. 488-501.2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902012000500002>.

FIEDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. **Empirical research on accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 255-307, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00028-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00028-3).

FUAD, F.; JULIARTO, A.; HARTO, P. Does IFRS convergence really increase accounting qualities? Emerging market evidence. **Journal of Economics, Finance and Administrative Science**, v. 24, n. 48, p. 205-2020, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/JEFAS-10-2018-0099>.

GALLISTEL, D. J. et al. Projeto de Convergência IASB & FASB: Reconhecimento de Receita. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2092/2011>.

GIEDT, J. Z. Modelling receivables and deferred revenues to detect revenue management. **Abacus**. v. 54, n. 2, p.181-209, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/abac.12119>.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa** (5a. ed.). São Paulo: Atlas, 2010.

GIRÃO; L. F. A. P.; DUARTE, F. C. L.; MARTINS, O. S.; SOUZA, A. N. M. Contaminação dos fundamentos pela covid-19: Previsão de receitas, gerenciamento de resultados e risco de insolvência no Brasil. In: **Anais do 20º USP International Conference in Accounting**. 2020. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2879.pdf>.

GIRÃO, L. F. A. P.; DUARTE, F. C. L.; MARTINS, O. S.; SOUZA, A. N. M. Second-round effects? How covid-19 infected corporate balance sheets in Brazil. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3829147.

GOMES, M. C et al. Relação entre Gerenciamento de Resultados e Market Timing. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200289>.

GRECCO, M. C. P. O. The Effect of Brazilian convergence to IFRS on earnings managment by listed Brazilian nonfinancial companies. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 117-140, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.5>.

GU, Z.; LEE, C. J.; ROSET, J. G. What determines the variability of accounting accruals? **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 24, n. 3, p. 313-334, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11156-005-6869-1>.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica* (5a. ed.). Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAMEED, A. M.; AL-TAIE, B. F. K.; AL-MASHHADANI, B. N. A. The Impact of IFRS 15 on Earnings Quality in businesses such as hotels: critical evidence from the Iraqi environment. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 8, n. 4, p. 1-11, 2019.

HEALY, P.M. The effect of bonus schemes on accounting decision. **Journal of Accounting and Economics**. V.7, n. 1-3, p. 85-107, 1985. DOI: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(85\)90029-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(85)90029-1).

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A Review of the Earnings Management Literature and Its implications for Standard Setting. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 4, p. 365–383, 1999. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HRIBAR, P.; COLLINS, D. W. Errors in estimating accruals: Implications for empirical research. **Journal of Accounting research**, v. 40, n. 1, p. 105-134, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00041>.

HUEFNER, R. J. The impact of new financial reporting standards on revenue management. **Journal of Revenue and Pricing Management**, v. 15, n. 1, p. 78-81, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1057/rpm.2015.45>.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). IFRS 15 revenue from contracts with customers. **Project Summary and Feedback Statement**. Disponível em: <https://www.ifrs.org/-/media/project/revenue-from-contracts-with-customers/project-summary-feedback-statement.pdf>.

JEONG, K. H.; CHOI, S. U. Does real activities management influence earnings quality and stock returns in emerging markets? Evidence from Korea. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 55, n. 12, p. 2834-2850, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/1540496X.2018.1535970>.

JOIA, R. M.; NAKAO, S. H. Adoção do IFRS e gestão de resultados nas companhias abertas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 8, n. 1 p. 22-38, 2014. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v8i1.1014>.

JONES, J. J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of accounting research**, v. 29, n. 2, p. 193-228, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/2491047>.

JONG, R. The impact of new accounting standards for leases and revenue recognition on the real estate strategy of listed hotel firms. **Radboud University Nijmegen**. 2017. Disponível em: <https://theses.ubn.ru.nl/handle/123456789/4907>.

KAJIMOTO, C, G, K.; NAKAO, S, H. Persistência do lucro tributável com a adoção das IFRS no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 29, n. 1, p. 130-149, 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/issue/view/302>.

KAJIMOTO, C, G, K.; NAKAO, S, H.; MORAES, M, B, C. A suavização do lucro líquido e a persistência das contas de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.154173>.

KANG, S.; SIVARAMAKRISHNAN, K. Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. **Journal of accounting Research**, v. 33, n. 2, p. 353-367, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/2491492>.

KARPINAR, A.; ZAIF, F. Does the IFRS improve earnings quality? A comparison of Turkish GAAP and IFRS. **Journal of Islamic Accounting and Business Research**, v. 13, n. 2, p. 277-296, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/JIABR-10-2019-0206>.

KHAMIS, A. M. Perception of preparers and auditors on new revenue recognition standard (IFRS 15): Evidence from Egypt. **Jurnal Dinamika Akuntansi dan Bisnis**, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2016. Disponível: <http://e-repository.unsyiah.ac.id/JDAB/article/view/5383>.

KHERSIAT, O. M. Impact of the application of IFRS 15 on the profitability of Jordanian telecom companies (Case Study: Jordan Orange Telecom). **International Journal of Financial Research**, v. 12, n. 2, p. 308-317, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5430/ijfr.v12n2p308>.

KOHLER, H.; POCHET, C.; LE MANH, A. Auditors as intermediaries in the endogenization of an accounting standard: The case of IFRS 15 within the telecom industry. **Accounting, Organizations and Society**, v. 91, p. 101-227, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2021.101227>.

KOLOZSVARI, A. C.; MACEDO, M. A. S. Análise da influência da presença da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 72, p. 306-319, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201602610>.

KOLOZSVARI, A. C.; MACEDO, M. A. S. The relation between income smoothing, earnings persistence e IFRS adoption. **Brazilian Review of Finance**, v. 16, n. 2, p. 251-284, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12660/rbfin.v16n2.2018.62269>.

KOTHARI, S. P., LEONE, A. J., WASLEY, C. E. Performance matched discretionary accrual measures. **Journal of accounting and economics**, v. 39, n. 1, p. 163-197, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002>.

KPMG. **IFRS em destaque 02/14: First Impressions IFRS 15 - Receita de contratos com Clientes**. 2014. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/10/br-ifrs-em-destaque-02.14.pdf>.

KPMG. **IFRS 15 Receitas. É hora de se envolver**. 2016. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/10/br-ifrs-em-destaque-03-16.pdf>.

LI, V. The effect of real earnings management on the persistence and informativeness of earnings. **The British Accounting Review**, v. 51, n. 4, p. 402-423, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.02.005>.

LIMA, A. S.; CARVALHO, E. V. A.; PAULO, E.; GIRÃO, L. F. A. P. Estágio do ciclo de vida e qualidade das informações contábeis no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 3, p. 398-418, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151711>.

LOPES, A. B. **A informação contábil e o Mercado de Capitais**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2002.

LOPES, F. C. C.; PEIXOTO, F. M.; CARVALHO, L. Gerenciamento de resultados, ativos intangíveis e controle familiar: análise da qualidade da informação contábil brasileira. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 2, p. 153-170, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i2.49073>.

LOURENÇO, I. M. E. C.; BRANCO, M. E. M. A. D. C. Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 126-139, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201500090>.

MACEDO, M. A. S.; KELLY, V. L. D. A. Gerenciamento de resultados em instituições no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 82-96, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18405/recfin20160206>.

MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; MENDONÇA, P. H. C. Impacto da convergência às normas contábeis internacionais no Brasil sobre o conteúdo informacional da contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 3, p. 222-239, 2013. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v7i3.905>.

MARÇAL, R. R.; MACEDO, M. A. S. Análise da persistência do lucro diante dos accruals discricionários: Um estudo com base no impacto da adoção das IFRS. **CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 17, n. 2, p. 129-159, 2019. DOI: <https://doi.org/10.19094/contextus.v17i2.40706>.

MARÇAL, R. R. Gerenciamento de resultados via accruals discricionários: seriam os lucros medidas confiáveis para os investidores? **Revista Ambiente Contábil**, v. 13, n. 1, p. 72-89, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2021v13n1ID20159>.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 153p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINEZ, A. L. Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 46, p. 7-17, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>.

MARTINS, V. G.; PAULO, E.; MONTE, P. A. O gerenciamento de resultados contábeis exerce influência na acurácia da previsão de analistas no Brasil? **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 3, p. 73-90, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4270/ruc.2016322>.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTEI, G.; PAOLONI, N. I. Understanding the potential impact of IFRS 15 on the telecommunication listed companies, by the disclosures' study. **International Journal of Business and Management**, v. 14, n. 1, p. 169-179, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5539/ijbm.v14n1p169>.

MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. Determinantes da qualidade da informação contábil sob a perspectiva das características empresariais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 35, n. 1, p. 55-73, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v35i1.30510>.

MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. Aspectos da qualidade da informação contábil no contexto internacional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 20, n. 1, p. 92-111, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i1.2630>.

MELO, E. C.; NUNES, R. V.; SALES, G. A. W. Impacto da implementação do IFRS 15 em companhia do setor elétrico brasileiro. **CAFI-Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação**, v. 3, n. 2, p. 223-238, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23925/cafi.v3i2.46905>.

MENDES, L. P.; PIMENTA, M. M.; SOUSA, G. A. D. Fusões e aquisições versus gerenciamento de resultados: Análise da qualidade da informação contábil das companhias listadas na B3. **Pensar Contábil**, v. 21, n. 74, p. 11-19, 2019.

MORÁS, V. R.; KLANN, R.C. Influência da governança corporativa na escolha do tipo de gerenciamento de resultados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 44, p. 105-122, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p105>.

MORAWSKA, I. The impact of the IFRS 15 implementation on the revenue-based earnings management in Poland. **Journal of Economics and Management**, v. 43, n. 18, p. 387- 403, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22367/jem.2021.43.18>.

MOTA, R.H.G et al. Reconhecimento de Receitas nos Contratos de construção imobiliária: um estudo do Exposure Draft ED/2010/6 – Receitas de contratos de clientes. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 2, p. 89-103. 2012.

McNICHOLS, M. F.; STUBBEN, R. S. Research design issues in studies using discretionary accruals. **Abacus**, v. 54, n. 2, p. 227- 246, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/abac.12128>.

McNICHOLS, M. F.; WILSON, G. P. Evidence of earnings management from the provision for bad debts. **Journal of Accounting Research**, v. 26, p. 1-31, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/2491176>.

McNICHOLS, M. F. Discussion of the quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, v. 77, n. s-1, p. 61-69, 2002. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.61>.

NAPIER, C. J.; STADLER, C. The real effects of a new accounting standard: The case of IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers. **Accounting and Business Research**, v. 50, n. 5, p. 474–503, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2020.1770933>.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2010.

NOBES, C. The continued survival of international differences under IFRS. **Accounting and Business Research**, v. 43, n. 2, p. 83-111, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2013.770644>.

OLIVEIRA, R. X.; CRABBI, T. M.; RODRIGUES, J. M. Nível de aderência das empresas brasileiras listadas do setor de telecomunicações ao pronunciamento contábil CPC 47. **Revista Ambiente Contábil**, v. 12, n. 1, pág. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n1ID16288>.

OLIVEIRA, A. M.; MODENA, J. L. COVID-19 em países da América Latina: Análise da influência da pandemia sobre gerenciamento de resultados em companhias de capital aberto. In: **Anais do 22º USP International Conference in Accounting**. 2022. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3966.pdf>.

OLIVEIRA, K. A. C.; SANTIAGO, J. S.; SANTOS, F. J. L.; ALMEIDA, M. G. F. Disclosure de informações financeiras após a implementação do CPC 47: Uma análise nas empresas de construção civil registradas na B3. In: **Anais do 14º Congresso ANPCONT**. 2020. Foz do Iguaçu, PR, Brasil. Disponível em: https://anpcont.org.br/pdf/2020_CFF529.pdf.

ÖZTÜRK, Can. Some observations on IFRS 15 and IFRS 16 in the airline industry: The Case of Air France–KLM. **Emerald Publishing Limited**, v. 35, n.1, p. 51-80, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/S1479-351220220000035003>.

PAE, J. Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 24, n. 1, p. 5-22, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11156-005-5324-7>.

PAIN, P.; VICTOR, F. G.; BIANCHI, M. Impact of the adoption of IFRS 15 on the financial analysts' forecasts. In: **Anais do 21º Congresso USP International Conference in Accounting**. 2021. São Paulo, SP, Brasil. Disponível: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3474.pdf>.

PARREIRA, M. T. S.; NASCIMENTO, E. M.; PUPPIN, L.; MURCIA, F.D.R. Rodízio de auditoria independente e gerenciamento de resultados: uma investigação entre empresas de capital aberto no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 1, p. 67-86, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i1.44318>.

PAULO, E. P. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 2007. v2. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2007.

PAULO, E. P., MOTA, R. H. G. Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 30, p. 216-233, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806870>.

PEREIRA, P. M. R. **Análise da implementação do pronunciamento CPC 47 na perspectiva da gestão da inovação de processo**. 2017, 46 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

PEROTTI, P.; WAGENHOFER, A. Earnings quality measures and excess returns. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 41, n. 5-6, p. 545-571, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/jbfa.12071>.

PIOSIK, Andrzej. Revenue recognition in achieving consensus on analysts' forecasts for revenue, operating income and net earnings: The role of implementing IFRS 15. Evidence from Poland. **Procedia Computer Science**, v. 192, p. 1560-1572, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procs.2021.08.160>.

PRAKASH, R.; SINHA, N. Deferred revenues and the matching of revenues and expenses. **Contemporary Accounting Research**, v. 30, n. 2, p. 517-548, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2012.01164.x>.

PRATA, B. C.; FLACH, L. Gerenciamento de resultados e governança corporativa: uma análise a partir da adoção do IFRS no Brasil. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 13, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2021v13n2ID20193>.

PWC. **IFRS 15 O futuro está aqui: Analisando o impacto da nova norma sobre reconhecimento de receita nos seus negócios**. Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/futuro_ifrs_17.pdf.

RAD, S. S. E et al. Financial information quality and investment efficiency: evidence from Malaysia. **Asian Academy of Management Journal of Accounting & Finance**, v. 12, n. 1, p. 129-151, 2016. Disponível em: https://ejournal.usm.my/aamjaf/article/view/aamjaf_vol12-no1-2016_6/pdf.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

REIS, F. R.; JÚNIOR, A. C. B.; LIMA, B. P. Gerenciamento de resultados e persistência dos dados contábeis em empresas de capital aberto listadas no Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro**, v. 13, n. 3, 2018. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i3.15368.

RODRIGUES, A. **Gerenciamento da informação contábil e regulação: evidências no mercado brasileiro de seguros**. 2008. 150p. Tese (Doutorado em Controladoria e

Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, J. M.; NIYAMA, J. K. Qualidade da informação contábil: uma análise da adoção dos padrões internacionais de contabilidade pelos países que compõem o G-7 e BRICS. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 4, p. 33-48, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i4.34646>.

RIBEIRO, M. C. R. G.; BARCELOS, L. Z.; COSTA, T. A. Análise dos impactos da adoção do CPC 47 nas empresas brasileiras de capital aberto. In: **Anais do 20º USP International Conference in Accounting**. 2020. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2708.pdf>.

RUTLEDGE, R. W.; KARIN K. E.; KIM, T. The FASB's and IASB's new revenue recognition standard: What will be the effects on earnings quality, deferred taxes, management compensation, and on industry-specific reporting? **Journal of Corporate Accounting & Finance**. v. 27, n. 6, p. 43-48, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1002/jcaf.22188>.

SANTOS, L. S.; CARMO, C. H. S.; RECH, I. J. Suavização de resultados e o valor de mercado das empresas durante a Covid-19. In: **Anais do 22º USP International Conference in Accounting**. 2022. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3940.pdf>.

SANTANA, C. V. S.; SANTOS, L. P. G.; CARVALHO, C. V. O. MARTINEZ, A. L. Sentimento do investidor e gerenciamento de resultados no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 31, p. 283-301, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909130>.

SANTIAGO, J. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v.11, n. 2, p. 174-195, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4270/ruc.2015217>.

SCHIPPER, K. Earnings management. **Accounting Horizons**, v. 3, p. 91-102, 1989.

SEVERIANO, L. S.; DE ALENCAR, R. C.; DA ROCHA GARCIA, E. A. Adoção da IFRS 15—revenue from contracts with customers em empresas brasileiras: principais obstáculos. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 17, n. 32, p. 146-166, 2017.

SILVA, A. S. **Os impactos da IFRS 15 em companhias do setor de transportes**. 2018. 20p. Monografia (Bacharel em ciências contábeis) - Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. 2018.

SILVA, D. I.; JUNIOR, M. A. P. Adoção do CPC 47 (IFRS 15) nas empresas do setor de telecomunicações listadas na B3. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 12, n. 2, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v12i2.75691>.

SILVA, J. P.; BONFIM, M. P.; NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Adoção ao padrão IFRS e earnings quality: a persistência do lucro das empresas listadas na BM&F Bovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 29, n. 1, p. 46-55, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v11i29.125846>.

SILVA, D. M.; MARTINS, V. A.; LEMES, S. Escolhas contábeis: Reflexões para a pesquisa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**; v. 13, n. 29, p. 129-156, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p129>.

SILVA FILHO, A. C.; MACHADO, M. A. V. Persistência e relevância dos accruals: evidências do mercado de capitais brasileiro. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 4, p. 387- 486, 2013. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v7i4.985>.

SLOAN, R. G. Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? **Accounting review**, v. 71, n. 3, p. 289-315, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/248290>.

SRIVASTAVA, A. Selling-price estimates in revenue recognition and the usefulness of financial statements. **Review Of Accounting Studies**; v. 19, n. 2, p. 661-697, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-013-9263-6>.

SOUSA, A. M.; FELTES, T.; MEURER, R. M.; RIBEIRO, A, M. Efeito da suavização intencional de resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**; v. 41, n. 2, p. 87-106, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v41i2.53295>.

SOUZA, E. T.; SOUZA, C. A.; DALFIOR, V. A. O. O impacto do IFRS 15 – receita de contrato com clientes nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. In: **Anais do 12º Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/512250.pdf>.

SOUZA, L. O.; BRESSAN, V. G. F. Gerenciamento de resultados em bancos: Indícios relacionados à aversão a divulgação de prejuízos. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**; v. 6, n. 1, p. 83-100, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18405/recfin20180105>.

SOUZA, P. V. S.; GONÇALVES, R. S.; SILVA C. A. T. O Impacto da IFRS 15 na qualidade dos *accruals* e no gerenciamento de resultados das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 24, p. 675-691, 2022. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i4.4197>.

SOUZA NETO, A. C. N.; OLIVEIRA S. D. J.; FLORES, E. Alterações de CEOs e o gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. **Brazilian Review of Finance**, v. 19, n. 1, p. 97-124, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12660/rbfin.v19n1.2021.81397>.

STUBBEN, S. R. Discretionary revenues as a measure of earnings management. **The Accounting Review**, v. 85, n. 2, p. 695-717, 2010. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2010.85.2.695>.

STUBBEN, S. R.; McNICHOLS, M. F. Research design issues in studies using discretionary accruals. **Abacus**, v. 54, n. 2, p. 227-246, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/abac.12128>.

ŠUŠAK, Toni. The effect of regulatory changes on relationship between earnings management and financial reporting timeliness: The case of COVID-19 pandemic. **Zbornik Radova Ekonomski Fakultet u Rijeka**, v. 38, n. 2, p. 453-473, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18045/zbefri.2020.2.453>.

TAVARES, T. N. **A implementação do IFRS 15 no Brasil: análise das mudanças nos processos e controles internos para o reconhecimento da receita nos contratos de construção.** 2016. 74f. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.

TAKAMATSU, R.T. **Accruals contábeis, persistência dos lucros e retorno das ações.** São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

TAKAMATSU, R. T.; FÁVERO, L. P. Accruals, persistence of profits and stock returns in brazilian public companies. **Modern Economy**, v. 4, n. 2, p. 109-118, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4236/me.2013.42014>.

TEODÓSIO, I. R. M.; MEDEIROS, J. T.; SOARES, R. A.; LUCA, M. M. M. Persistência dos lucros e gerenciamento de resultados contábeis. In: **Anais do 19º Congresso USP International Conference in Accounting**. 2019. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressusp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1471.pdf>.

TORO, P. E. Z.; SILVA, R. C. S.; COLAUTO, R. D. Políticas contábeis para reconhecimento de receitas em empresas do setor de telecomunicações. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 10, n. 3, p. 107-121, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v10i3.67036>.

TRABELSI, N. S. IFRS 15 Early adoption and accounting Information: case of real estate companies in Dubai. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**. v. 22, n. 1, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://www.abacademies.org/articles/ifrs-15-early-adoption-and-accounting-information-case-of-real-estate-companies-in-dubai-1528-2635-22-1-129.pdf>.

TUTINO, M. et al. Does the IFRS 15 impact earnings management? Initial evidence from Italian listed companies. **African Journal of Business Management**, v. 13, n. 7, p. 226-238. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5897/AJBM2018.8735>.

VAN, T. B.; VANSTRAELEN, A. Earnings management under German GAAP versus IFRS. **The European Accounting Review**, v. 14, n. 1, p. 155-180, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/0963818042000338988>.

VEYSEY, R. The real effects of a new revenue accounting standard- a practitioner view. **Accounting and Business Research**, v. 50, n. 5, p. 504-506, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2020.1770935>.

WATTS, R.; ZIMMERMAN, J. **Positive accounting theory**. 1986.

WAGENHOFER, A. The role of revenue recognition in performance reporting. **Accounting and Business Research**, v. 44, n. 4, p. 349-379, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2014.897867>.